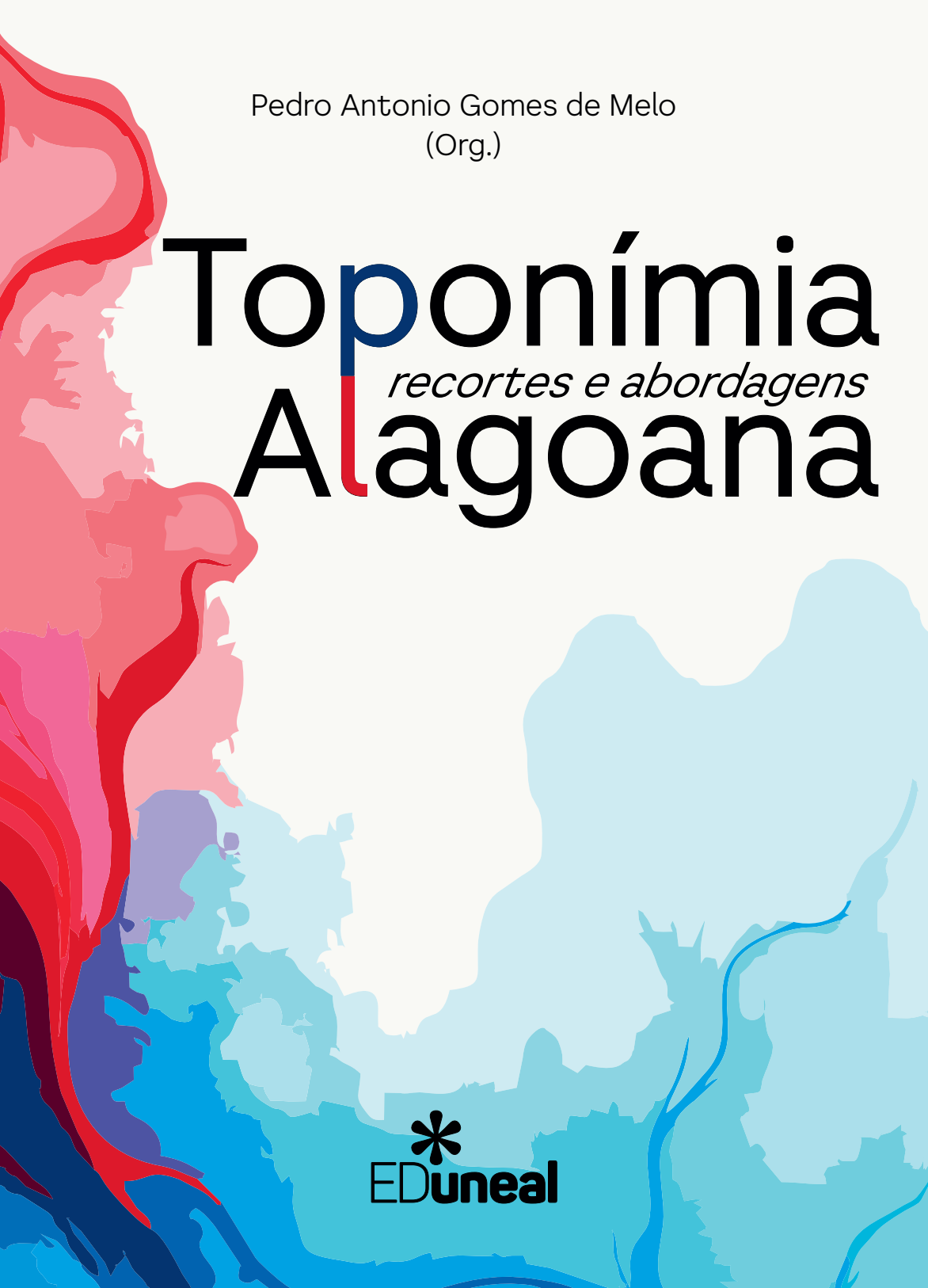




Pedro Antonio Gomes de Melo
(Org.)

Toponímia

recortes e abordagens

Alagoana


EDuneal

Pedro Antonio Gomes de Melo
(Org.)

TOPONÍMIA ALAGOANA RECORTES E ABORDAGENS



Arapiraca/AL
2025



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS

Reitor: Odilon Máximo de Moraes

Vice-Reitor: Anderson de Almeida Barros

Diretor da Eduneal: Renildo Ribeiro-de-Siqueira

CONSELHO EDITORIAL DA EDUNEAL

Presidente: Renildo Ribeiro-de-Siqueira

Titulares

Professores:

José Lidemberg de Sousa Lopes

João Ferreira da Silva Neto

Luciano Henrique Gonçalves da Silva

Natan Messias de Almeida

Maria Francisca Oliveira Santos

Márcia Janaina Lima de Souza - Sistema de Bibliotecas (SIBI)

Suplentes

José Adelson Lopes Peixoto

Edel Guilherme Silva Pontes

Maryny Dyellen Barbosa Alves Brandão

Ariane Loudemila Silva de Albuquerque

Ahiranie Sales dos Santos Manzoni

Elisângela Dias de Carvalho Marques - Sistema de Bibliotecas (SIBI)

Planejamento do Projeto gráfico e diagramação

Mariana Lessa de Santana

Capa

Marseille Evelyn Santana

Revisão

Pedro Antonio Gomes de Melo

Catálogo na Fonte

T675 Toponímia alagoana recortes e abordagens / Pedro Antonio Gomes de Melo
 (Org.). – Arapiraca : Eduneal, 2025.
 280 p. il.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-6061-044-6.

1. Toponímia. 2. Alagoas. 3. Nomes. I. Melo, Pedro Antonio Gomes de, org.

CDU: 81'373

Elaborada por Fernanda Lins de Lima – CRB – 4/1717

Dedicamos a todos que estudam, em Alagoas, as relações onomásticas existentes entre a linguagem toponímica e o sujeito-nomeador que desta se apropria para nomear lugares habitados.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: TOPONÍMIA ALAGOANA: RECORTES E ABORDAGENS _____ 9

Pedro Antonio Gomes de Melo

DA INTRODUÇÃO _____ 19

Pedro Antonio Gomes de Melo

CAPÍTULO 1 - NOMES DE MUNICÍPIOS DE TAXONOMIA DE ORDEM FÍSICA NA TOPONÍMIA ALAGOANA: ENLACES ENTRE O HOMEM, SUA LÍNGUA E SEU HABITAT _____ 43

Pedro Antonio Gomes de Melo



CAPÍTULO 2 -NOMES DE MUNICÍPIOS DE TAXONOMIA DE ORDEM ANTROPOCULTURAL NA TOPONÍMIA ALAGOANA: ENLACES ENTRE O HOMEM, SUA LÍNGUA E SUA CULTURA _____ 69

Pedro Antonio Gomes de Melo

CAPÍTULO 3 - DO PASSADO AO PRESENTE: MUDANÇAS TOPONÍMICAS DE NOMES DE MUNICÍPIOS ALAGOANOS_ 97

Karollyny de Araújo Lima

CAPÍTULO 4 -MOTIVAÇÕES DOS NOMES DE ALGUNS POVOADOS DO MUNICÍPIO DE FEIRA GRANDE/AL ____ 121

Renata dos Santos Tenório

CAPÍTULO 5 -MOTIVAÇÕES DOS NOMES DE ALGUNS POVOADOS DO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA /AL _____ 143

Taís Caroline Leite dos Santos

**CAPÍTULO 6 - TOPONÍMIA, DISCURSO E CULTURA:
NOMES DE DOIS POVOADOS DO MUNICÍPIO DE
IGACI/ALAGOAS _____ 169**

Max Silva da Rocha

**CAPÍTULO 7 - TOPONÍMIA E LITERATURA: NOMES
DE PRAÇAS E DE BAIRROS ALAGOANOS NA OBRA
LITERÁRIA *ANGÚSTIA* (1936) DE GRACILIANO RAMOS ____ 197**

Camila de Oliveira Souza

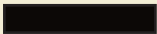
**CAPÍTULO 8 - UM RECORTE INDÍGENA NA TOPONÍMIA
DE ALAGOAS: NOMES DE ÉTIMO TUPI DESIGNATIVOS
DE MUNICÍPIOS ALAGOANOS _____ 221**

Maria Madalena Moura do Nascimento

**CAPÍTULO 9 -TOPONÍMIA, PESQUISA E ENSINO:
CONSTRUINDO NOVOS SABERES EM UMA
PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR _____ 247**

Vagner Soares da Silva

SOBRE OS AUTORES _____ 271



APRESENTAÇÃO

TOPONÍMIA ALAGOANA: RECORTES E ABORDAGENS

Seja muito bem-vindo à obra *Toponímia alagoana: recortes e abordagens*, este primeiro volume objetiva contribuir para a construção do conhecimento acerca da toponímia alagoana, em especial sobre os topônimos e o ato de nomear lugares habitados no território alagoano. É destinada a estudantes de graduação e pós-graduação dos cursos de Letras e afins, além de demais interessados no assunto. São abordados temas atemporais distintos, como as questões humanas, mas que possuem uma conexão inegável, qual seja: as materialidades discursivas que permeiam as interconexões entre o lugar habitado, seu signo toponímico e a ação de nomeá-lo.

A língua se constitui, concomitantemente, como um sistema e como uma prática de interação. Ao mesmo tempo, ela é concebida como um conjunto de componentes inter-relacionados que se manifestam em vários níveis de organização, inclusive no léxico toponímico, efetivando-se no interior do meio sociocultural, dimensão de socialização dos membros de uma sociedade. E suas interfaces entre os



interlocutores e seu meio ambiente podem ser evidenciadas pela maneira como o sujeito ver o mundo, suas apreciações valorativas, seus diferentes comportamentos, materializados em suas interações linguísticas.

Ao contrário do que muitos pensam, o acervo dos nomes de lugares habitados, um recorte onomástico-toponímico em constante construção histórico-social na produção e organização do espaço, não deve ser estudado apenas em uma abordagem espacial, compreendendo-o tão somente como uma lista entorpecida de nomes geográficos, como apenas um conjunto de vocábulos identificadores de características objetivas de um lugar sob uma dimensão pontual (localização espacial absoluta). Pois, os topônimos transcendem ao próprio ato verbal de nomear, uma vez que eles particularizam e ressignificam os lugares nomeados, traduzindo uma projeção do ambiente¹ e resgatando singularidades do território e de suas novas construções identitárias.

A toponímia, em seus recortes urbanos e rurais, mediatiza a relação verbal com o ambiente onde se vive. Isso se encontra refletido nas relações entre os aspectos geográficos, linguísticos e culturais memorizados nos topônimos. Assim, em seus elos culturais com o território, o homem cria representações da realidade que lhe sejam significativas, materializando-as na língua, desvelando a maneira como o sujeito-nomeador ver o espaço circundante, seu pertenci-

1 Usamos, nesta obra, o termo 'ambiente' entendido de acordo com Sapir (1961), na base do conceito de cultura, considerando a língua como um complexo de símbolos que refletem todo o quadro físico e social em que se acha situado o aglomerado humano.



mento a determinado grupo social, a opiniões políticas e às ideologias, suas apreciações de meios naturais ou humanizados, cristalizados nos nomes de lugares habitados.

No esteio desse entendimento, os signos toponímicos são, portanto, receptores e refletores de memórias, tornando-se signos ideológicos por excelência e particularizam espaços em um dado território real e/ou simbólico, no sentido de representações da realidade, afinados, de forma direta ou indireta, com as dinâmicas territoriais e as intervenções humanas produzidas no decorrer de um dado momento histórico, suscetível às influências dos fatos que aconteceram nesse período. Portanto, as motivações de nomes de lugares se constituem em uma memória coletiva que se faz mister o seu registro, permitindo a (re)construção de uma toponímia que muitos desconhecem seu sentido primeiro.

O campo de estudo da Toponímia² uma das áreas de pesquisa da Onomástica nas Ciências do Léxico, nos últimos anos, tem experimentado significativos avanços originados por sua expansão epistemológica, estendendo suas interconexões entre os diferentes campos de conhecimento como a Educação, a Linguística, a Literatura, a Geografia, a História, dentre muitas outras, complementando-os, convergindo-os, discordando-os; articulando e integrando, assim, informações que transitam em outros campos de investigação.

2 Usamos, nesta obra, a palavra 'Toponímia', com inicial em maiúscula, para se referir à ideia da disciplina científica que estuda os nomes de lugares (topônimo) e o processo de nomear lugares. Já o uso da palavra 'toponímia', com a inicial minúscula, para se referir à ideia de léxico toponímico (um conjunto de topônimos).



Diante desse cenário, as pesquisas que se ocupam de temas acerca do repertório toponímico evidenciam a importância desses estudos para a aquisição de diversos conhecimentos que podem ser associados a várias áreas do saber. Com efeito, o amplo espectro da vida social recoberto pelos nomes de lugares faz da Toponímia um ramo dos estudos linguísticos interdisciplinares bastante profícuo.

No entanto, investigações científicas relacionadas à toponímia do território alagoano, considerando o contexto histórico-político-social em que surgiu e se expandiu, em diálogo interdisciplinar com elementos que permeiam as relações entre o território e a cultura, ainda são escassas. Por isso, na literatura toponímica alagoana, ainda há lacunas significativas nesse tipo de abordagem acerca dos topônimos.

Daí a relevância da publicação desta obra, pois pesquisar - em recortes e abordagens diferentes - a prática de nomear lugares habitados e o seu produto linguístico-cultural, o topônimo, em Alagoas, é tecer novas práxis e novos saberes no campo da Toponímia, é compreender as circunstâncias sociais e políticas do processo histórico de composição do léxico toponímico alagoano, é refletir epistemologicamente o espaço onde habitamos, suas condições naturais e antrópicas e suas dinâmicas territoriais.

É sob esse prisma, que nasce a obra *Toponímia alagoana*: recortes e abordagens, a partir do desejo de reunir, sob o fio condutor de desvelar singularidades da nomenclatura toponímica de Alagoas, pesquisas sobre as relações toponomásticas existentes entre a linguagem toponímica e o sujeito-nomeador que dela se apropria para



nomear lugares habitados – municípios, cidades, povoados, bairros, praças etc. e suas relações interdisciplinares - em território alagoano.

Seu conteúdo está organizado em nove capítulos, cada capítulo, de alguma forma, dialoga na dinâmica do outro em uma perspectiva espaço-temporal. Entendemos, nessa direção, que as temáticas apresentadas nesta coletânea descortinam, ao longo dos nove trabalhos, novos olhares acerca das conexões existentes no território alagoano entre a sociedade, o lugar habitado e o signo toponímico a ele atribuído, em que as partes formam um todo resultante dessa ação cultural.

Nesse percurso, abrindo a presente coletânea, temos os dois primeiros capítulos assinados pelo professor-pesquisador Pedro Antonio Gomes de Melo, intitulados de *Nomes de municípios de taxonomia de ordem física na toponímia alagoana: enlaces entre o homem, sua língua e seu habitat* e *Nomes de municípios de taxonomia de ordem antropológica na toponímia alagoana: enlaces entre o homem, sua língua e sua cultura*, respectivamente. Esses dois estudos abordam tendências denominativas em relação à natureza toponomástica acerca do inventário dos 102 nomes institucionalizados atribuídos aos municípios alagoanos. Trate-se de duas pesquisas de vertente lexicológica de cunho bibliográfico e documental, de abordagem quali-quantitativa, fundamentada pelos princípios teórico-metodológicos da Toponímia tradicional, em especial a proposta de categorização de Dick (1990 e desdobramentos atuais) em interlocução interdisciplinar.



A seguir, temos o terceiro capítulo, intitulado de *Do passado ao presente: mudanças toponímicas de nomes de municípios alagoanos* e assinado pela professora-pesquisadora Karollyny de Araújo Lima. Trate-se de um estudo diacrônico, considerando as escalas espaciais e temporais locais na formação do território alagoano, sobre as mudanças dos nomes dos municípios de Alagoas, considerando desde a sua origem (denominação primitiva) até a institucionalização do macrotopônimo atual (oficialização do nome do município emancipado). A pesquisa segue uma vertente lexicológica de cunho bibliográfico e documental, fundamentada pelos princípios teórico-metodológicos da Toponímia tradicional, em especial a proposta de Dick (1990 e desdobramentos atuais) e, no campo da categorização das mudanças toponímicas, parte da proposta de Dauzat (1926) e adota o modelo de tipificação de mudanças toponímicas proposto por Melo (2018). Como conclusão, a autora aponta três fatores preponderantes para a dinâmica de mudança no recorte lexical analisado, quais sejam: o marco temporal, os elementos de constituição geoespacial das terras alagoanas e os aspectos socioculturais.

Sequencialmente, temos os capítulos quarto e quinto, intitulados de *Motivações dos nomes de alguns povoados do Município de Feira Grande/Alagoas* e *Motivações dos nomes de alguns povoados do Município de Arapiraca/Alagoas*, assinados pelas professoras-pesquisadoras Renata dos Santos Tenório e Taís Caroline Leite dos Santos, respectivamente. Essas pesquisas abordam a ação antrópica de nomeação de alguns povoados do interior alagoano. Diferentemente dos



estudos que discorrem sobre os nomes de municípios alagoanos que, geralmente, apresentam farta documentação escrita, os povoados e seus nomes, quase sempre, não têm registros bibliográficos ou documentais para explicar suas origens e motivações toponímicas. Sendo assim, as autoras apresentam, a partir da história oral, questões referentes à história e à memória destes aglomerados humanos por meio de narrativas de moradores locais sobre o passado, reconhecendo as especificidades da fonte oral. Tais pesquisas se tornam de suma relevância, permitindo o registro e a (re) construção, de modo científico, de saberes da toponímia regional que muitos desconhecem.

Logo após, temos o sexto capítulo, intitulado de *Toponímia, Discurso e Cultura*: nomes de dois povoados do município de Igaci/Alagoas e assinado pelo professor-pesquisador Max Silva da Rocha. Nessa pesquisa, o autor apresenta uma interpretação analítica sobre a prática denominativa de dois lugares habitados em Alagoas, considerando alguns aspectos sócio-histórico-culturais a eles relacionados e materializados em seus signos toponímicos. Trata-se de uma pesquisa indisciplinar entre as áreas dos Estudos Culturais e a Linguística, na observância da prática linguístico-cultural de nomeação de aglomerados humanos. Como resultado, o autor revela, por meio dos topônimos analisados, aspectos culturais e discursivos materializados nos nomes dos povoados Caraibinhas e Lagoa do Caldeirão, localizados no município de Igaci/Alagoas.

Em seguida, temos o sétimo capítulo, intitulado de *Toponímia e Literatura*: nomes de praças e de bairros alago-



anos na obra literária *Angústia* (1936) de Graciliano Ramos e assinado pela professora-pesquisadora Camila de Oliveira Souza. Trata-se de um estudo toponomástico interdisciplinar entre a Toponímia e a Literatura acerca de um recorte toponímico urbano-regional de nomes de praças e de bairros maceioenses mencionados na obra literária *Angústia*, de Graciliano Ramos. Nesse estudo, a autora identifica as motivações e mudanças toponímicas ocorridas no recorte investigado. A pesquisa segue os princípios teórico-metodológicos da Toponímia tradicional, em especial a proposta de Dick (1990 e desdobramentos atuais) e, no campo da categorização das mudanças toponímicas, parte da proposta de Dauzat (1926) e adota o modelo de tipificação de mudanças toponímicas proposto por Melo (2018).

Logo depois, temos o oitavo capítulo, intitulado de *Um recorte indígena na toponímia de Alagoas*: nomes de étimo tupi designativos de municípios alagoanos e assinado pela professora-pesquisadora Maria Madalena Moura do Nascimento. Trate-se de uma pesquisa de vertente léxico-lógica de cunho bibliográfico e documental, de abordagem quali-quantitativa, fundamentada pelos princípios teórico-metodológicos da Toponímia tradicional, em especial a proposta de categorização de Dick (1990 e desdobramentos atuais) em interlocução interdisciplinar. Nessa investigação, a autora apresenta uma descrição toponomástica acerca das motivações de um recorte de 31 tupinismos na função de designativos de municípios alagoanos, detalhando um conjunto de singularidades que os envolve, como, por exemplo,



particularidades culturais, linguísticas, históricas, geográficas, sociais, entre outras.

Encerrando esta coletânea, mas não menos importante, temos o nono capítulo, intitulado de *Toponímia, Pesquisa e Ensino*: construindo novos saberes em uma perspectiva interdisciplinar e assinado pelo professor-pesquisador Vagner Soares da Silva. Nesse último capítulo, o autor aborda a dimensão da interdisciplinaridade das pesquisas toponímicas no ambiente escolar, trazendo um estudo acerca dos nomes das municipalidades da região geográfica intermediária de Santana do Ipanema, em Alagoas. Trata-se de uma descrição toponomástica, na qual o autor demonstra, em diálogo com a área da Educação, como pesquisas acerca de topônimos podem ser uma profícua ferramenta de investigação e prática pedagógica de ensino/aprendizagem na construção de diversos saberes na escola e que tais conhecimentos podem ser integrados em diferentes componentes curriculares e entre os aprendizes-ensinantes e os ensinantes-aprendizes.

Salientamos, assim, que, ao final deste percurso, reuniram-se nove investigações, em perspectiva sincrônica e diacrônica, oriundas de estudos de pesquisadores alagoanos, cujos textos apresentados em cada capítulo atribuem à obra *Toponímia alagoana: recortes e abordagens* um caráter único temático, mas, ao mesmo tempo, abre possibilidades de um entrelaçamentos aos estudos da Linguística e áreas afins sobre o léxico toponímico de Alagoas.

Cumpre ressaltarmos, ainda, que os resultados das pesquisas aqui apresentadas não têm o objetivo de abran-



ger todas as questões inerentes à toponímia do território de Alagoas, mas suscitar inquietações em torno dessas temáticas, estimulando esse tipo de reflexão, descortinando tramas de uma intencionalidade discursiva do sujeito-nomeador de externar experiências vividas e suas conexões com o lugar, que expressam relações econômicas, políticas, simbólicas e culturais de poder.

Desejamos uma ótima leitura a todos!

Prof. Dr. Pedro Antonio Gomes de Melo

<http://orcid.org/0000-0003-4873-564X>





DA INTRODUÇÃO

Prof. Dr. Pedro Antonio Gomes de Melo
<http://orcid.org/0000-0003-4873-564X>

Os espaços geográficos historicizados são portadores de memórias que, ao longo da sua história, criam um espírito de comunidade e pertencimento. Por conseguinte, é partir da observação da interação entre homem e natureza e das histórias impressas nessas memórias coletivas que o pesquisador interpreta os meandros do processo de nomeação de aglomerados humanos (Melo, 2024, p. 68).



Ao consideramos que o estado de Alagoas se caracteriza como um território marcado por múltiplas territorialidades e rica herança cultural, traçaremos, nesta Introdução, o lócus ao contexto de formação socioespacial em questão, no qual as pesquisas toponímicas apresentadas na obra *Toponímia alagoana: recortes e abordagens* foram desenvolvidas, tanto na escala municipal quanto na estadual, como nos espaços urbanos e rurais. Para tal fim, organizamos este texto introdutório da seguinte forma.

Em primeiro lugar, esboçamos algumas descrições acerca da geografia regional física das terras alagoanas, pondo em foco sua localização espacial no Brasil, sua

divisão político-administrativa e algumas feições das paisagens naturais, em especial o clima, a hidrografia, o relevo e a vegetação; em seguida, descrevemos alguns aspectos do cenário histórico-social do processo de construção do atual território de Alagoas. Dessa forma, alinhamos o perfil inicial de territorialização das *Terras dos Marechais* nos períodos colonial, monárquico e republicano.

É importante ressaltar que recorreremos à divisão entre aspectos físico-naturais (geografia física) e histórico-culturais (geografia humana) para delinear o território alagoano, apenas, por uma questão de apresentação didática deste conteúdo, visto que corroboramos a concepção de que o meio ambiente é tão completamente penetrado e reordenado pela vida sociocultural humana que nada mais pode ser chamado com certeza de apenas natural ou social. A natureza transformou-se em áreas de ação nas quais precisamos tomar decisões políticas, práticas e éticas (Beck; Giddens; Lash, 1997).

Nessa direção, destacamos como os atributos naturais e sociais de Alagoas foram articulados para a formação da toponímia alagoana ao longo da história. E ainda, como estes processos temporais e espaciais sugerem, no conjunto das pesquisas toponímicas aqui apresentadas, a potencialidade para descrever, explicar, caracterizar e interpretar os nomes de lugares habitados e suas possíveis motivações.



UM OLHAR PARA A GEOGRAFIA FÍSICA DO TERRITÓRIO DE ALAGOAS

O espaço geográfico alagoano apresenta um cenário natural constituído por diversos contrastes, desde o litoral ao sertão, passando pela zona da mata e pelo agreste que, representado por sua fauna, flora, hidrografia, formas topográficas, constituição do solo etc., ainda conserva, em poucas áreas, aspectos de sua fisionomia primitiva, característicos de suas regiões geográficas.

No âmbito das características físico-naturais, citamos longamente Carvalho (2021) que nos explica que, de modo geral, o espaço territorial de Alagoas se caracteriza:

Pela planície litorânea – com os recifes de coral e algas, restingas, mangues, várzeas, dunas, terraços marinhos, estuários, lagunas, além dos tabuleiros que margeiam quase toda a costa. Maceió e as lagunas estão situadas na base desses tabuleiros, na planície costeira. Já no interior, sobre o domínio das rochas cristalinas, a escarpa cristalina oriental é a continuação do planalto da Borborema, representada por serras, como as do vale do Rio Mundaú. Nas proximidades dos Rios Paraíba do Meio, Mundaú e Canhoto, situados no Norte do Estado, a forma mais expressiva do relevo é a denominada ‘Mata de Morro’. Já do agreste ao sertão, o pediplano sertanejo, caracterizado por terras aplainadas ou desgastadas, distribuindo-se até o Rio Moxotó (Carvalho, 2021, p. 23-24).



Recortes desse cenário natural são materializados na toponímia local, por meio dos topônimos, geralmente de modo transparente e de motivação de ordem física, alusivos às especificidades mais salientes da geografia de uma determinada região, uma vez que, como um nível de realização linguística, o léxico é a esfera da língua que melhor reflete o ambiente físico e social.

Na dimensão espacial, o território de Alagoas está localizado na porção centro-oriental do Nordeste brasileiro, em comparação às outras 25 Unidades Federativas do Brasil e o Distrito Federal, é o segundo menor estado do país com uma área territorial total de 27.830, 661 km² (IBGE, 2024), um contingente populacional estimado de 3.220.104 habitantes (IBGE, 2024) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,684 (IBGE, 2021), dos quais 82 km² são constituídos de águas, sendo, em decorrência dessa riqueza hídrica, conhecido turisticamente pela perífrase *Paraíso das Águas*.

O Estado de Alagoas tem como gentílico o adjetivo pátrio alagoano e sua capital é a cidade de Maceió, faz fronteiras com os estados de Pernambuco (Norte e Noroeste), de Sergipe (Sul), da Bahia (Sudoeste), além do Oceano Atlântico (Leste). Tem como pontos extremos ao Norte – uma curva do Rio Jacuípe, em Jacutinga; ao Sul – o Pontal de Piaçabuçu, na Foz do Rio São Francisco; a Leste – a ponta da margem direita do Riacho Persinunga e a oeste – o encontro do Riacho Moxotó com o Rio São Francisco.

Apresentamos, a seguir, a Figura 1 que ilustra a localização do estado de Alagoas dentro do território nacional



e, particularmente, sua distribuição espacial na região do Nordeste brasileiro.

Figura 1- Mapa de localização de Alagoas no território brasileiro



Fonte: Alagoas em mapas: acervo de mapas sobre o estado de Alagoas.

Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/438799d6-7375-4189-a205-debf4aff484/resource/b8229c82-76a8-4dfb-bccd-b8a32eacdb9d/download/mapalocalizacao.png>. Acesso em: 22 jun 2024.

O Estado de Alagoas apresenta uma configuração político-administrativa composta por 102 municípios, os atuais e oficiais nomes dessas localidades são reconhecidos institucionalmente pela Administração Pública nas escalas espaciais e desvendam, muitas vezes, aspectos do momento fundador desses lugares, à época, quando foram nomeados.

Esse recorte toponímico é influenciado por singularidades do processo de povoamento ocorrido na região, como “questões interétnicas que individualizam o espaço

geográfico em questão – convívio de povos de diversas etnias; a localização geográfica – fronteiras nacionais e internacionais; interferências políticas, além de fatores ambientais” (Isquerdo, 2008, p. 37). É a partir destas escolhas lexicais no sistema onomástico para nomear estes recortes espaciais alagoanos que se forma a cadeia toponomástica dos nomes municipais de Alagoas, o que possibilita “o desenvolvimento de análises nominais e a consequente fixação de um modelo ou padrão de nomes, válido para a comunidade doadora ou receptora” (Dick, 2007, p. 142).

Em Alagoas, estes signos toponímicos - resultados de um processo criativo - formaram-se e fixaram-se no espaço alagoano pelo frequente uso em mais de duzentos anos de história. Suas motivações, além de observarem legislação específica, pautam-se pela subjetividade individual e coletiva e, muitas vezes, também por interesses político-econômicos. Por conseguinte, tais motivações não estão alheias à memória destes lugares e seu registro e conhecimento nos permitem compreender os enredos da formação e sedentarização do homem no terreno alagoano.

Nesse particular, destacamos que a prática de nomear lugares habitados é um ato verbal constituído por meio da relação entre o ambiente e o homem, ou seja, entre o povo, seu território e sua cultura, sendo assim essa inter-relação também é representada pela/na linguagem. Portanto, os topônimos são verdadeiros fósseis linguístico-culturais de um patrimônio não apenas verbal, mas um patrimônio cultural imaterial, que traduz narrativas da tradição oral, a organização social de cada comunidade, os hábitos e costu-



mes, as crenças e as manifestações da cultura popular, em fim, o *modus vivendi* de um povo.

Grosso modo, tratando-se da língua, compreendendo-a como um complexo de signos que reflete e refrata o quadro físico e social em que se acha situado um grupo humano, sobretudo em seu nível lexical, empregamos o termo ambiente, neste estudo, abarcando semanticamente tanto os fatores físicos como os sociais. Por fatores físicos, entendemos os aspectos geográficos, como a topografia da região (costa, vale, planície, chapada ou montanha), clima e regime de chuvas, bem como o que se pode chamar a base econômica da vida humana, expressão em que se incluem a fauna, a flora, os recursos minerais do solo, dentre outros. Por fatores sociais, entendemos as várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo, como a religião, os padrões éticos, a forma de organização político-econômica etc.

Nessa conjectura, a distribuição político-administrativa de Alagoas se desenvolveu em distintos momentos históricos, variando de lugar para lugar, sendo resultado de articulações espaciais, sociais, políticas, econômicas e culturais, que viabilizaram a atual configuração, distribuída em duas regiões geográficas intermediárias, denominadas de Região Geográfica Intermediária de Maceió (constituída por seis regiões geográficas imediatas, agrupando 52 municípios) e Região Geográfica Intermediária de Arapiraca (constituída por cinco regiões geográficas imediatas, agrupando 50 municípios) (IBGE, 2024).



O recorte das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias incorpora as mudanças ocorridas no Brasil ao longo das últimas três décadas. As Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. As Regiões Geográficas Intermediárias correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas (IBGE, 2024).

Essa divisão, no território alagoano, traduz o resultado de um processo impulsionado por diversas forças, moldadas pelas trajetórias histórica e regional. Assim, essas regiões formam uma área individualizada dentro de Alagoas que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas dimensões do processo social, do quadro natural, da rede de comunicação e de suas inter-relações com a identidade cultural e a memória coletiva.

Portanto, os signos toponímicos são resultados de uma prática de linguagem/nomeação que individualiza uma localidade do/no mundo, produzindo diferentes efeitos de sentido. Sendo assim, “‘nome’ e ‘lugar’ constituem-se uma unidade identitária, referencializada e referenciável” (Dick, 2008, p. 179) pelas identidades sociais nos padrões sociais estabelecidos.

No âmbito do quadro de suas características naturais, Alagoas apresenta os climas tropical, quente e úmido – na região litorânea banhada pelo oceano Atlântico. Em grande parte do interior, encontramos o clima seco no verão e com chuvas no inverno e o clima semiárido, quente e seco, na área sertaneja com chuvas mal distribuídas durante o ano, ocasionando grande evaporação e muito calor que faz com



que ocorra o abaixamento máximo em rios, nascentes, açudes, cacimbas etc. sobretudo na região do sertão alagoano. E ainda, temos o fenômeno da estiagem decorrente da posição geográfica, cujo relevo interfere na circulação das massas de ar.

Quanto à hidrografia, Alagoas apresenta uma grande diversidade de lagoas, lagunas e rios intermitentes em sua maioria – aqueles que secam no período da estiagem, como os afluentes do Rio São Francisco que viabilizaram a expansão da pecuária na região do Agreste e do Sertão e os rios permanentes como Coruripe, São Miguel, Paraíba do Meio, Mundaú, Camaragibe, Santo Antônio Grande, Jequiá e Manguaba.

Na rede hidrográfica alagoana, o Rio São Francisco pode ser considerado o mais importante. Além dele, destacamos o complexo lagunar formado pelas lagunas Mundaú (também chamada de Lagoa do Norte) e Manguaba (também chamada de Santa Madalena do Sul ou Lagoa do Sul) que são bastante significativas na vida do povo alagoano, especialmente para as atividades de pesca, transporte e turismo.

Dito o exposto, percebemos que não foi por acaso a adoção do hidrotopônimo Alagoas para nomear nossa Unidade Federativa de Estado do Brasil, marcando no léxico toponímico brasileiro nossa riqueza e abundância hídrica, representada por nossas lagunas, lagoas, mar, várzeas, rios e mangues que se comunicam uns com os outros, banhando o espaço alagoano, o Paraíso das Águas.



Com efeito, essa hidrografia regional está marcada na toponímia brasileira e alagoana, evidenciando a força do referencial hidrotoponímico como motivação à prática de nomear aglomerados humanos alagoanos por meio dos hidrotopônimos - topônimos originados de nomes de acidentes geográficos que fazem referência ao elemento água, como será demonstrado ao longo das pesquisas apresentadas nesta obra.

Quanto à vegetação, Alagoas apresenta uma vegetabilidade variada, dependendo do clima e do solo, podemos agrupá-la, basicamente, em quatro tipos de flora regional que (re)cobrem parte do território alagoano, conforme as singularidades das regiões geográficas.

Na região do litoral, localizamos uma vegetação de dunas e mangues, com destaque para os coqueiros, os cajueiros, as mangueiras, entre outras espécies de árvores e plantas.

No quadro natural dessa região, particularmente, encontramos a presença constante dos coqueirais que formam uma paisagem natural belíssima, pelo contraste da vegetação com o mar azul-esverdeado característico da faixa litorânea de Alagoas, muito explorada pela indústria do turismo.

Na região da zona da mata, encontramos ainda resquícios da vegetação de Mata Atlântica com a presença de árvores apropriadas para a construção e fabricação de móveis, como o ipê, o cedro, o jatobá etc., porém, a atividade canavieira motivada pelo setor sucroalcooleiro ocasionou mutações na vegetação natural, em razão da necessidade de



terras para o cultivo da cana-de-açúcar e instalações das Usinas de cana-de-açúcar.

Na região do agreste, área de transição entre a mata e a caatinga, encontramos a vegetação das capoeiras como característica local. Não obstante, esse quadro natural vem sendo modificado pelas atividades pecuárias e agrícolas de subsistência. Deste modo, a flora primitiva vem sendo substituída pelo plantio do feijão, fumo, milho, pela cultura da palma forrageira nas regiões mais secas e pela atividade pecuária com os campos de criação de gado.

Na região do sertão, encontramos, predominantemente, a vegetação de caatinga composta pelos vegetais do tipo angico, mandacaru, juazeiro, umbuzeiro, xique-xique, canafístula, entre outras plantas. No entanto, da mesma forma que ocorreu em outras regiões do território alagoano, essa paisagem natural vem sendo modificada pela ação humana em razão da presença da atividade pecuária.

Nas palavras de Carvalho (2021, p. 27), com a chegada dos animais de tração, “principalmente o boi e o cavalo, juntamente com o bode, e as novas plantas adaptadas ao semiárido para atender à pecuária, como a palma forrageira e os capins de maior produtividade, formadores das pastagens artificiais”, esses novos elementos passaram a compor a atual fisionomia da caatinga ao lado da vegetação primitiva da área sertaneja alagoana.

Algumas dessas características da vegetação regional estão preservadas nos nomes de lugares habitados em Alagoas, evidenciando a relevância do referencial fitoto-



ponímico como motivação à prática de nomear espaços ocupados pela ação antrópica, por meio dos nomes alusivos à diversidade da vegetação geral da região, fazendo menção às diferentes espécies de plantas locais em sua coletividade ou às diferentes espécies da flora local, como será demonstrado ao longo das pesquisas apresentadas nesta obra.

UM OLHAR PARA FORMAÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO DE ALAGOAS

A territorialização da região sul da antiga capitania de Pernambuco oportunizou a produção do território de Alagoas. Para Carvalho (2021), esse processo foi condicionado

[...] por necessidades militares, como a defesa do território contra os estrangeiros, a expulsão dos índios e o combate aos quilombos; e fatores econômicos como a produção do açúcar, exploração das matas e criação do gado. Esta combinação de fatores constitui uma sociedade de base agrária ‘no quadro de uma estrutura social escravocrata e patriarcal’, centrada nos engenhos de açúcar e fazendas da pecuária (Carvalho, 2021, p. 22).

Pelo supracitado, percebemos que o espaço alagoano foi produzido a partir das práticas humanas, balizadas pela organização social, política, cultural e econômica de determinados grupos sociais no decorrer do tempo histórico. Portanto, em nosso entendimento, a territorialização de



Alagoas está associada à presença do homem e da sociedade como agentes de transformação das paisagens e modificadores dos ambientes (regional e local) ou como grupo social que percebe e sofre as suas variações e mudanças.

Esses fatores estão materializados, linguisticamente, na toponímia alagoana por meio de nomes de natureza antropocultural, nomeando lugares habitados em Alagoas, testemunhando parte de nossa história na língua, como será demonstrado através das pesquisas apresentadas posteriormente nesta obra.

Na dinâmica de produção de espaços historicizados em Alagoas e seus respectivos topônimos, no tempo do Brasil-Colônia (1531-1817), os portugueses tiveram que enfrentar a resistência de povos originários, estimulada, em parte, pelos comerciantes franceses de pau-brasil (árvore denominada pelos índios de *ibirapitanga* ‘madeira vermelha’), que mantinham o comércio constante no litoral da nova colônia lusitana. Os comerciantes de pau-brasil eram chamados de brasileiros – termo que, ao longo do tempo, perdeu essa acepção e passou a designar o gentílico dos colonos nascidos na América portuguesa (Brasil).

Nesse percurso de ocupação dos espaços alagoanos territorializados, os portugueses enfrentaram as disputas pelo território com outros povos europeus, como a presença dos franceses e dos holandeses no litoral e, por fim, a mobilização de mocambos e quilombos.

A partir do século XVI, surgiram algumas atividades econômicas na antiga Capitania de Pernambuco (Capitania



Nova Lusitânia, futuro território de Alagoas), assim distribuídas.

Na parte norte, os engenhos vão se estabelecendo próximos aos rios que desembocam no litoral. Ao lado da cana, a pecuária espelhava-se pelos vales dos rios litorâneos da zona da mata, avançando, depois, pelas margens do São Francisco. Na parte sul, a principal atividade econômica foi a criação de animais, seguida da produção de farinha de mandioca e outros produtos alimentícios, destinada a abastecer o maior núcleo urbano da capitania e os engenhos, localizados em torno de Olinda e Recife (Carvalho, 2021, p. 13).

Em observância às dimensões sociais e histórico-econômicas em que surgiu Alagoas, como se depreende pelo excerto, podemos pontuar como a principal atividade: a agricultura canavieira, complementada pela pecuária criada em campo aberto e a produção de alimentos, contribuindo para o fortalecimento dos laços sociais e para a construção de uma identidade de pertencimento.

Dentro desse contexto, a cana-de-açúcar monopolizou o uso do espaço agrícola na zona da mata e o complexo canavieiro foi um dos pilares da formação histórica alagoana. Com efeito, “para a interpretação do seu passado, de sua evolução, para o conhecimento do homem alagoano, da sua sociedade colonial, imperial ou republicana, não se deve, em nenhum momento, ignorar a presença do açúcar” (Tenório, 1996, p.75).



Assim, além de sustentar a expansão colonizadora, os engenhos formaram aglomerados humanos que, mais tarde, deram origem a várias cidades alagoanas. Nessa conjectura, como tradição local, valor afetivo e representatividade histórica, percebemos que muitos dos nomes de atuais povoados e municípios alagoanos se originaram a partir dos nomes dos engenhos irradiadores do processo de povoação da região ao qual o lugar foi edificado, como por exemplo em: *Engenho Maçayó > Maceió, Engenho Pilar > Pilar, Engenho Quitunde > São Luís do Quitunde* entre outros, como serão demonstrados nas pesquisas apresentadas nesta coletânea.

No âmbito social, a atividade canavieira “formou uma sociedade hierarquizada, de castas, escravista, senhorial, de traços feudais, que influencia as nossas vidas até hoje” (Tenório; Dantas, 2010, p. 10). Essas oligarquias, vindas do período colonial, sedimentaram o seu prestígio social, econômico e político, detendo o poder das grandes decisões e das diretrizes assumidas pelos governantes que se sucederam, ao longo do tempo, nas províncias.

Na efetivação da produção do território de Alagoas, faz-se necessário mencionarmos, ainda, três movimentos para a economia local ocorridos no início do século XVII: a ampliação dos engenhos de cana-de-açúcar na zona da mata, a chegada da pecuária no sertão e a ocupação da região dos Palmares, no final do referido século. O espaço palmarino foi repartido em dezenas de sesmarias, concluindo, assim, a ocupação da atual Alagoas.

No início do século XVIII, mais precisamente em 1706, Alagoas é elevada à condição de comarca, fato que



reconhece tanto o desenvolvimento populacional e econômico, como também a necessidade de uma maior presença da Administração Colonial Lusitânia em seu território. Esse fato representa os primeiros passos para o alcance de sua autonomia. Nessa época, existiam seis povoados: Porto Calvo, Penedo, Alagoas (atual cidade de Marechal Deodoro), São Miguel dos Campos, Santa Luzia do Norte e Camaragibe.

É no período monárquico (1808-1889) que Alagoas conquista sua autonomia político-administrativa. Sua emancipação aconteceu em 16 de setembro de 1817, quando a comarca foi elevada à condição de capitania por D. João VI, sendo desmembrada da capitania de Pernambuco. Seu primeiro governador foi o tenente-coronel Sebastião Francisco de Melo e Póvoas, neto do Marquês de Pombal.

É interessante observar que a Terra dos Marechais — como Alagoas ficou conhecida historicamente — conquistou sua independência antes mesmo da proclamação da República, efetuada pelo alagoano Marechal Deodoro da Fonseca em 15 de novembro de 1889. A autonomia político-administrativa de Alagoas foi referenciada, em 1821, quando o Governo Imperial transformou suas capitanias em províncias autônomas.

A Emancipação inaugura o território administrativo no cenário colonial. Todavia, salientamos que essa passagem de comarca à província não modificou, efetivamente, a ordem política, econômica e social local, continuando o domínio provincial e a ascendência das oligarquias agrárias ao poder com os mesmos grupos oligárquicos alagoanos.



Na literatura acerca da conquista da autonomia político-administrativa de Alagoas, há dois pontos de vista a respeito deste processo histórico, quais sejam: a) uma postura que converge para a ideia de que se tratou de um prêmio em reconhecimento à fidelidade para com a Monarquia Portuguesa pela contribuição alagoana na luta contra os separatistas e republicanos pernambucanos, assim Alagoas teria se emancipado como consequência do fracasso da Revolução de 1817 (cf. Brandão, 1917; Albuquerque, 1968, entre outros) e b) uma postura que converge para a ideia de que a emancipação foi conquistada pela importância econômica e social que Alagoas já representava em sua época, reconhecendo, assim, o lugar estratégico que o território alagoano ocupava no imaginário político e de poder da administração portuguesa (cf. Costa, 1967; Altavila, 1988, entre outros).

Cumpramos ressaltar, ainda, que nesse processo bissecular de produção do espaço de Alagoas, os povos originários marcaram para sempre a formação etnolinguística de nossa população, “direcionando língua, fala, termos, expressões, hábitos, atitudes, comportamentos e nomes, metonimicamente ou não, para as áreas territoriais onde mais sensíveis fossem cada um desses grupos” (Dick, 2006, p. 93). Na toponímia alagoana, há diversos topônimos de procedência tupi (tupinismos) na função de nomear lugares habitados. Eles são depositários de narrativas e práticas culturais integradas.

Depois do idioma Português, foi a língua tupi que mais produziu nomes geográficos na toponímia alagoana, como será demonstrado em pesquisa apresentada posteriormente



nesta obra. Estes nomes cristalizam pontos de interconexão entre a toponímia e o território na funcionalidade toponomástica, em que os nomes de lugares materializam simbolicamente as dinâmicas sociais, culturais, históricas e políticas que constituem o espaço geográfico.

Nas palavras de Navarro (2013):

Em poucos países da América uma língua indígena teve a difusão que o tupi antigo conheceu, contribuindo para a unidade política de nosso país. Forneceu milhares de termos para língua portuguesa do Brasil, milhares de topônimos, esteve presente na literatura colonial, no Romantismo, no Modernismo. Da literatura sua influência estendeu-se ainda mais para a onomástica dos países. (Navarro, 2013, p.13)



De maneira análoga aos povos originários, a presença do negro de matriz africana em terras alagoanas deixou suas marcas. Esse aspecto pode ser notado no vocabulário, na música, na dança regional, na religiosidade nordestina, em seus cultos afro-brasileiros com traços de influência negra, principalmente dos povos bantos (originários da África Central, geralmente de Angola e Congo).

Durante a diáspora negra que perdurou da Idade Moderna ao final do século XIX, estima-se que, aproximadamente, cerca de 4,8 milhões de africanos tenham sido trazidos na condição de escravos para o Brasil, entre os séculos XVI e XIX, para trabalhar nas lavouras e na mineração.

Foi neste contexto que se iniciou a interação dialetal entre o português falado no Brasil e as línguas africanas.

Seguindo esse cenário, muitos negros escravos se revoltaram contra os castigos que lhes eram aplicados, fugiam e se escondiam na mata, se organizando em grupos, denominados de quilombos, para sobreviver à hostilidade do ambiente e às investidas dos brancos. O maior quilombo no cenário de Alagoas foi o Quilombo dos Palmares, que durou 65 anos (1630- 1695), sediado na Serra da Barriga, entidade geográfica hoje pertencente ao atual município de União dos Palmares –AL.

Quanto à chegada ao Brasil de negros escravizados, Biderman (2001) explica-nos que

Nesses quatro séculos quatro milhões (ou mais) de africanos das mais variadas culturas e línguas ingressaram no Brasil. Muitas foram as línguas e culturas africanas trazidas pelos escravos: iorubá (ou ioruba) e nagô (da Nigéria), gege (do Daomé), mina (da Costa do Ouro), mandinga e haussá (da Guiné e da Nigéria), línguas bantus (de Angola e do Congo), quicongo, cabinda, etc. Na formação da sociedade e da cultura brasileira foi enorme a influência africana nos costumes e na cultura em geral (cozinha, religião, música, atitudes) (Biderman, 2001, p. 68-69).

Como supracitado, a influência africana atingiu vários aspectos do Brasil, influenciou a cultura, os hábitos, as crenças e a língua dos brasileiros. Em solo alagoano, foi na



zona da mata, na área dos engenhos de açúcar e dos municípios canavieiros, que se concentrou a população de negros escravizados em atividades laborais e coletivas.

Segundo Bonvini (2022), a relação entre o português falado no Brasil e as línguas africanas:

[...] foi concebida unidirecionalmente, indo das línguas africanas para o português, encarando-se as primeiras quase exclusivamente em relação à língua portuguesa e, ademais, sob um ângulo pejorativo, como um fator potencialmente danoso, suscetível de trazer prejuízo à integridade da língua herdada desde a época dos descobrimentos no século XVI (Bonvini, 2022, p. 15).

Na toponímia alagoana, há vários nomes de possível matriz africana (africanismos) usados na nomeação de elementos físicos e antropoculturais. Essas ocorrências se evidenciam com o surgimento do Quilombo República dos Palmares, que favoreceu ao aparecimento da nomenclatura africana na geografia da região, “marcando montes, cursos d’água e aldeias, numa demonstração de posse, conquista e independência” (Marroquim, 1996, p. 118). Todavia, de modo geral, a presença africana na toponímia alagoana é bastante discreta comparada à língua portuguesa e às línguas dos povos originários.

Por conseguinte, é nesse cenário etnolinguístico de pluralidades que se constituiu, inicialmente, o acervo toponímico usado na antiga região sul da Capitania de Pernambuco,



hoje, atual estado de Alagoas. Com isso, queremos destacar que as circunstâncias, na época, da formação e fixação do homem no território alagoano apresentavam traços de plurilinguismo, seguindo a tendência linguística do Brasil colonial, em razão da presença autóctone milenar dos povos indígenas e da massa alógena oriunda da África com os negros e da Europa com os brancos. Esses últimos, em Alagoas, sobretudo com os portugueses, franceses e holandeses.

Como visto, ao longo desta introdução, o elo entre os aglomerados humanos e seus nomes não deve ser compreendido exclusivamente como um espaço físico etiquetado por um nome próprio, mas como um lugar de memórias, um lugar transformado por pessoas que, enquanto sujeito-nomeador, podem influenciar, determinar e/ou estabelecer topônimos aos lugares, firmando suas histórias, suas intenções e significados.

No esteio desse entendimento, ressaltamos que os topônimos alagoanos apresentados na obra *Toponímia alagoana: recortes e abordagens* — ora circunscritos aos nomes de lugares habitados — testemunham no decorrer da escala temporal e espacial, parte da nossa história e de nossa língua enquanto símbolos de poder, pois a língua nas sociedades atua como identidade cultural. Logo, entender a Toponímia como instrumento de análise para o entendimento do território não apenas fortalece os estudos acadêmicos acerca de nomes de lugares, mas também valoriza o saber popular, a história falada e as formas de vida de uma comunidade, contribuindo para o reconhe-



cimento das identidades regionais e a preservação desse patrimônio imaterial.

REFERÊNCIAS

ALTAVILA, Jayme de. **História da civilização das Alagoas**. 8. ed. Maceió: EDUFAL, 1988.

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício. Alagoas rebelde. In.: **Revista enciclopédica Bloch**. n. 9. Rio de Janeiro: Bloch, 1968.

BECK, Ulrich.; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

BIDERMANN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. **As ciências do léxico**: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. Campo Grande (MS): UFMS, 2001.

BONVINI, Emílio. Línguas africanas e português falado no Brasil. In.: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida. **A África no Brasil**: a formação da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2022.

BRANDÃO, Moreno. **O baixo São Francisco** – o rio e o vale. Penedo: Typ. Carvalho Filho, 1917.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Último acesso em 17 fev. 2020.

CARVALHO, Cícero Pércles de. **Formação histórica de Alagoas**. 6. ed. Maceió: EDUFAL, 2021.



COSTA, Craveiro. **A emancipação das Alagoas**. Maceió: SEC/DAC, 1967.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Fundamentos teóricos da toponímia. Estudo de caso: o projeto ATEMIG - Atlas toponímico de Minas Gerais (variante regional do Atlas toponímico do Brasil). In.: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. (org.) **O léxico em estudo**. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 91-118.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Atlas toponímico do Brasil: teoria e prática II. **Revista Trama**. Vol. 3, n. 5, p. 141-155, jan/jun., 2007. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/965/0>>. Acesso em 08 set. 2017.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Etnia e etnicidade. Um novo modo de nomear. Projeto ATESP/ATB. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; FINATTO, Maria José Bocorny. **As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia**. IV. Campo Grande: Ed. UFMS, 2008. p.177-198.

ISQUERDO, Aparecida Negri. O nome do município: um estudo etnolinguístico e sócio- histórico na toponímia sul-mato-grossense. **Prolíngua**. v 2, n. 2 - jul/dez de 2008. p. 34-52. Disponível em: <<http://www.okara.ufpb.br/ojs2/index.php/prolingua/issue/view/1064>>. Acesso em: 12 set. 2017.

MARROQUIM, Adalberto et al. **Terra das Alagoas**. Roma: Editori Maglione & Strini, Succ E. Leoescher, 1996.

MELO, Pedro Antonio Gomes de. Linguagem, território e cultura: cruzamentos entre a ação humana e a natureza na toponímia alagoana, **Revista interdisciplinar de cultura e imagem**, v. xv, p. 52-71, 2024. Acesso em: 30 mar. 2025. Disponível em: https://www.jackbran.com.br/lumen_et_virtus/numero_37/pedro_melo.html.



NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Tupi antigo**: a língua indígena clássica do Brasil. São Paulo: Global, 2013.

TENÓRIO, Douglas Apprato. **Capitalismo e ferrovias no Brasil**. 2. ed. Curitiba: HD Livros, 1996.

TENÓRIO, Douglas Apratto; DANTAS, Carmen Lúcia. **Caminhos do açúcar**. Engenhos e casas-grandes das Alagoas. 2. ed. Maceió: SEBRAE, 2010.





CAPÍTULO 1

NOMES DE MUNICÍPIOS DE TAXONOMIA DE ORDEM FÍSICA NA TOPONÍMIA ALAGOANA: ENLACES ENTRE O HOMEM, SUA LÍNGUA E SEU HABITAT

Prof. Dr. Pedro Antonio Gomes de Melo
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4873-564X>



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O conjunto dos nomes próprios dos municípios alagoanos é composto por 102 topônimos oficiais. Essa esfera denominativa corresponde à macrotoponímia municipal de Alagoas, em que se considera o nome da municipalidade como um macrotopônimo, isto é, ao considerarmos as relações envolvidas da escala micro à escala macro, um topônimo que singulariza um espaço mais extenso, em relação a outros menos extensos no mesmo espaço. Dessa forma, o nome de um município será um macrotopônimo quando comparado com os microtopônimos que identificam lugarejos, povoados, vilas, distritos, entre outros, que dele fazem parte. Para a constituição do *corpus* desta pesquisa, os nomes atuais e oficiais atribuídos aos 102 municípios alagoanos foram coletados junto ao Banco de

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2024) e na Carta topográfica da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio – SEPLAG (2023). Nesse recorte toponímico, detectamos 50 macrotopônimos voltados às características naturais de uma representação ambiental das terras alagoanas, que desvendam aspectos da paisagem externa, como a vegetação, a fauna, a hidrografia, o relevo, as formas topográficas, a constituição do solo etc.

Pela origem semântica desses 50 signos toponímicos, podemos (re)conhecer de modo transparente (ou em alguns casos de modo opaco, principalmente, em se tratando de tupinismos e/ou africanismos) características do cenário da paisagem geográfica alagoana como índice de enlaces entre o homem, sua língua e seu habitat no processo de nomeação e apego ao espaço circundante.

É acerca desse vocabulário onomástico-toponímico que apresentamos, neste primeiro capítulo, uma análise de aspectos linguísticos e extralinguísticos dessa macrotoponímia de Alagoas de valor simbólico de determinados elementos para a identidade coletiva e, consequentemente, desvelamos singularidades de um recorte da toponímia de aglomerados humanos no Brasil.

Quanto à metodologia empregada, trata-se de um estudo toponímico de vertente lexicológica de cunho bibliográfico, de abordagem *quali-quant*i, fundamentada pelos princípios teórico-metodológicos da Toponímia tradicional, em especial a proposta de categorização de Dick (1990 e desdobramentos atuais) em diálogo interdisciplinar.



Este capítulo está dividido, basicamente, em duas seções: a primeira traz a fundamentação teórica que norteou as análises desta investigação, abordando, de forma concisa, alguns conceitos básicos da área da Onomástica e da Toponímia, com base na literatura canônica tanto no cenário nacional quanto internacional; na segunda seção, exibem-se a análise e os resultados obtidos. Ao final do capítulo, expõem-se as considerações finais e as referências.

DA ONOMÁSTICA À TOPONÍMIA: UMA RELAÇÃO DE INCLUSÃO

A Onomástica (do grego antigo ὀνομαστική – ato de nomear) corresponde a uma área da Linguística, mais particularmente das Ciências do Léxico que se ocupa pelo estudo dos sistemas de nomeação e pelos nomes próprios em geral, por exemplo, nomes de marcas, de estabelecimentos comerciais, de pessoas, de lugares, entre outros (Hough, 2016; Ainiala e Östman, 2017; Amaral e Seide, 2020). Grosso modo, ela pode ser dividida nas áreas da Toponímia – que possui como eixo central de seus estudos as unidades lexicais designadas da função de nome próprio de lugar, topônimo; e da Antroponímia – que possui como eixo central de seus estudos o nome próprio de pessoa, antropônimo.

Pesquisas científicas que se enquadram na área da Onomástica, em particular no campo da Toponímia, nos últimos decênios, têm experimentado significativos avanços originados pela extensão de suas interconexões entre os novos conhecimentos, complementando-os, convergindo-os,



discordando-os; articulando e integrando, assim, informações que transitam em outros campos de investigação.

Na contemporaneidade, há uma expansão do escopo teórico da Onomástica e, conseqüentemente, das pesquisas toponímicas enquanto uma ramificação dessa ciência maior, que partem do campo geográfico para o linguístico, modificando, portanto, “a relação de causa e efeito porque nome e coisa nomeada passam a significar o mesmo dado, do ponto de vista semântico” (Dick, 2007, p. 144).

O sistema onomástico compreende as realizações virtuais do sistema lexical disponíveis para o desempenho denominativo dos falantes e é por meio dessas escolhas toponímicas, que as motivações denominativas do sujeito-nomeador se manifestam, mediando a relação do lugar referencial com sua representação linguística e funcionando como um portador de histórias e experiências que conectam as pessoas ao passado, reconfigurando o espaço nomeado.

A Toponímia (dos helenismos τόπος, ‘lugar’) tem como unidade de análise “[...] o conjunto de unidades lexicais investidas da função de nome próprio de lugar que podem reunir formas do vocabulário comum, alçadas à categoria de topônimos” (Isquerdo, 2012, p. 116). Embora esteja inserida no campo da Onomástica, como já exposto, a Toponímia é uma disciplina científica plural e se configura, também, a partir do suporte de outros campos do saber, tendo o que atualmente caracterizamos como inter-, trans- e/ou multidisciplinar.

O vocabulário onomástico-toponímico – os topônimos – se inclui em dois blocos, quais sejam i) no léxico



geral, como signos linguísticos que se modificam como os demais lexemas, podendo sofrer todas as influências, mudanças e transformações ocorridas na língua; ii) no léxico específico da ciência Onomástica, como signos toponímicos que nomeiam lugares.

Cumpre ressaltar que o topônimo, compreendido neste estudo como um nome próprio na função denominativa de um município, quando denota, também conota, perdendo assim, o caráter arbitrário do signo linguístico. Ele é um fato de língua que não apenas identifica um lugar no espaço, mas ressignifica o lugar a que se refere, apontando para ele, exercendo quase uma função dêitica, mas também atribui sentidos, representa e simboliza esse território historicizado. Tendo isso em vista, os signos toponímicos insinuam pistas, sugerem caminhos interpretativos e podem resgatar memórias vivenciadas por gerações pretéritas e recentes.

Sua conversão do acervo lexical para o sistema onomástico depende de “[...] Uma função de uso: a diferenciação de outros lugares ou propriedades por razões de posse da terra, de acesso ou valor simbólico [...]” (Chueca, 2010, p. 9)³ e sua dinâmica “[...] Está correlacionada à própria dinamicidade da realidade social, econômica, política, cultural e ideológica do grupo, característica essa que também se manifesta no vocabulário onomástico-toponímico [...]” (Isquierdo, 2008, p. 51), evidenciando a relação entre o

3 “[...] Una función de uso: la diferenciación con respecto a otros lugares o predios por razones de tenencia de la tierra, acceso o valor simbólico [...]”. (Chueca, 2010, p. 9)



ato de nomear, o sujeito-nomeador, sua língua e o ambiente que o cerca. Em sua estrutura mórfica, o signo toponímico apresenta dois termos: o primeiro chamado de elemento genérico que é relativo à entidade geográfica que será denominada e singularizada dentre outras semelhantes e o segundo termo é o elemento específico que se refere ao denominativo, é o topônimo propriamente dito. No caso das pesquisas apresentadas nesta coletânea, o elemento genérico será sempre um aglomerado humano. Por exemplo: Município de Rio Largo/AL = Município (elemento genérico) + Rio Largo (elemento específico).

A partir do linguístico se solidificam as relações entre os grupos sociais, as expressões e as imposições de seus valores e memórias, tal como a sua capacidade de apropriar-se do espaço através do discurso. Assim, a escolha lexical, no sistema onomástico, não se dá de maneira despropositada, neutra ou aleatória, mas intencional (consciente ou não), que ocorre num contexto permeado por uma multiplicidade de sentidos que, por sua vez, fazem parte de um universo sócio-histórico-cultural que deve ser estudado pelo pesquisador-toponimista.

Isso sugere que há “[...] Intenções bem delineadas, mas que se tornam menos claras considerando-se o seu esvaziamento semântico pelo decurso do tempo entre a criação do termo e o seu emprego cronológico” (Dick, 2006, p. 99). Seu produto resultante, o topônimo, apresenta “[...] Força não apenas impositiva, mas identitária porque situa o objeto nomeado no quadro das significações, retirando-o do anonimato” (Dick, 2007, p. 143).



MODELO TAXONÔMICO DE CLASSIFICAÇÃO TOPONÍMICA DE DICK (1990 E DESDOBRAMENTOS) E SUAS TAXES DE NATUREZA FÍSICA

Neste capítulo, adotamos para a análise toponímica e para a classificação semântico-lexical do inventário denominativo constituído, a proposta taxonômica idealizada por Dick, no início de 1980 (reformulada pela autora em 1990 e publicada em 1992 e seus desdobramentos). Tal modelo, concentra os nomes de lugares – do ponto de vista do produto gerado enquanto objeto de análise – a partir de suas causas motivacionais.

Trata-se de um modelo classificatório “[...] Semântico-motivador das ocorrências toponímicas [...]” (Dick, 2006, p. 106), que acomoda 27 taxes específicas, sendo 11 taxes referentes ao ambiente físico e 16 taxes referentes à dimensão antropocultural, para “[...] A realidade designativa da nomenclatura geográfica oficial do país [...]” (*Ibidem*), dando uma valoração do campo sêmico discutido.

O termo *taxe*, no sentido de taxonomia toponímica proposta por Dick (1990 e desdobramentos), corresponde à identificação e à classificação genérica de duas ordens de consequências, quais sejam a física e a antrópica, para permitir a aferição objetiva de causas motivadoras das unidades do léxico toponímico.

É importante dizer que o termo *taxe* não se confunde com a motivação toponímica, enquanto essa é externa à língua e está relacionada às causas intencionais, à intencio-



nalidade do sujeito-nomeador, aquela corresponde ao valor semântico do vocábulo toponímico na língua.

Nas palavras de Dick (2007), as taxes são definidas

[...] À maneira dos hiperônimos (termos redutores dos significados compreendidos nas expressões denominativas) ou dos arquilexemas, constituem-se em indicativos ou marcadores semântico-terminológicos; têm a finalidade de, por meio de uma nomenclatura específica (termo genérico motivador, indicativo do campo semântico determinativo, seguido da expressão topônimo), transmitir os vínculos causais que justificam a criação dos nomes de lugares (Dick, 2007, p. 142).

A despeito disso, no grupo das taxes de condutas motivadoras de ordem física, o topônimo se reveste de inúmeros elementos que advêm do contexto em que se insere e descreve a geografia física do espaço habitado, particularizando o local por meio de suas características naturais mais salientes das paisagens, guardando vivências compartilhadas, narrativas sociais e o imaginário simbólico da população.

Na macrotoponímia municipal alagoana, os nomes de municípios de natureza física adotados, geralmente, marcam sua representatividade por meio de aspectos referentes às plantas e espécies vegetais, ao relevo, à hidrografia e à fauna de áreas do território alagoano no qual a municipalidade está inserida.



Como este primeiro capítulo está circunscrito a esse univer-so toponomástico natural, doravante, apresentamos, o Quadro 1, com as 11 taxas taxonômicas de classificação toponímica de Dick (1990) e exemplificadas com nomes de localidades alagoanas.

Quadro 1. Taxas de condutas motivadoras de ordem física

Taxe	Definição	Exemplo
Astrotopônimo	relativo aos corpos celestes em geral.	Estrela de Alagoas
Cardinotopônimo	relativo às posições geográficas em geral.	Curral do Meio
Cromotopônimo	relativo à escala cromática.	Branquinha
Dimensiotopônimo	relativo às características dimensionais, à ordem de grandeza.	Campo Grande
Fitotopônimo	relativo à flora em geral de índole vegetal, espontânea, em sua individualidade ou em conjunto.	Cajueiro
Geomorfotopônimo	relativo às formas topográficas, elevações, depressões do terreno, as formas litorâneas etc.	Baixa da Onça
Hidrotopônimo	relativo ao element água e acidentes hidrográficos em geral.	Água Branca
Litotopônimo	relativo aos minerais e à constituição do solo.	Barro Vermelho
Meteorotopônimo	relativo aos fenômenos atmosféricos.	Primavera
Morfotopônimo	relativo ao sentido das formas geométricas.	Curva Grande
Zootopônimo	relativo à fauna geral de índole animal, representado por indivíduos doméstico e não doméstico	Carneiros

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).



ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Doravante, apresentamos uma prática analíti-co-des-critiva do conjunto dos macrotopônimos de categorias de natureza física que nomeiam, na sincronia atual, 50 municípios alagoanos, ancorada na construção entre a concepção de língua como sistema (forma de expressão produzida – por exemplo, o topônimo), de um lado, e a questão do uso/interação (uma realidade sociocultural, historicamente, construída pelos sujeitos – por exemplo, a prática de nomear lugares habitados), de outro lado, atentando-se para suas materialidades e dinâmicas na ocupação de um dado território.

Para a descrição das acepções semânticas dos nomes analisados, sobretudo os tupinismos e africanismos, foram utilizadas obras especializadas como: Tibiriçá (1997); Cunha (2010) e Mendonça *et al.* (2012); para a categorização toponímica e a análise dos dados, foram utilizados autores filiados aos estudos tradicionais da Toponímia de vertente lexicológica como Dick (1990 e seus desdobramentos atuais).

A seguir, apresentamos a Tabela 1 com a totalidade dos 50 nomes dos municípios alagoanos, agrupados em taxas toponomásticas pelo número de ocorrência, percentual de produtividade e a sua categorização toponímica.



**Tabela 1. Totalidade dos nomes dos municípios alagoanos de
taxes de natureza física.**

Taxe	Topônimo	Qt. / Perc.	
Astrotopônimo	Estrela de Alagoas	1	2.%
Dimensiotopônimo	Campo Grande	1	2.%
Morfotopônimo	Pão de Açúcar	1	2.%
Cromotopônimo	Branquinha	1	2.%
Geomorfotopônimo	Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Chã Preta, Ibateguara (tup. lugar alto).	4	8%
Litotopônimo	Inhapi (tup. pedra), Maceió (tup. alagadiço), Ouro Branco, Penedo.	4	8%
Zootopônimo	Carneiros, Jacaré dos Homens, Jundiá (tup. peixe), Maribondo (afr. quimb. vespa), Piranhas, Satuba (tup. formiga), Traipu (tup. peixe).	7	14%
Fitotopônimo	Arapiraca, Cajueiro, Campestre, Canapi, Coité do Noia, Coqueiro Seco, Craibas, Flexeiras, Jaramataia, Junqueiro, Limoeiro de Anadia, Mata Grande, Murici, Palmeira dos Índios, Piaçabuçu, Pindoba, Taquarana, Viçosa.	18	36%
Hidrotopônimo	Água Branca, Cacimbinhas, Coruripe (tup. rio), Igaci (tup. rio), Jacuípe (tup. Rio), Japaratinga (tup. rio), Lagoa da Canoa, Maragogi (tup. rio), Mar Vermelho, Minador do Negrão, Paripuiera (tup. barragem), Poço das Trincheiras, Rio Largo.	13	26%
Total		50	100%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Após a análise dos dados, pudemos atestar que os nomes referentes aos elementos naturais básicos do território alagoano – como fauna, flora, formas topográficas,



hidrografia etc. – se mostraram como fatores relevantes nas escolhas dos nomes dos municípios alagoanos. Além disso, os dados revelaram que eles são um pouco menos recorrentes na macrotoponímia municipal alagoana (50 nomes, 49,1%) do que os nomes de motivações de natureza antropocultural (52 nomes, 50,9%) que serão apresentados no segundo capítulo desta obra.

A cada ciclo de apropriação do território alagoano pelo homem, ficaram-se marcas significativas de seu povoamento e desenvolvimento do espaço de referência identitária. Essa memória é essencial para entendermos como esses sujeitos compreendem e moldam o seu território ao longo da história. Nesse contexto, a produtividade toponímica de referenciar à natureza regional de Alagoas segue uma tendência da toponímia brasileira de modo geral, ou seja, a nomeação do lugar, no âmbito de nomes alusivos ao escopo da geografia física, está diretamente relacionada às localidades e às condições do seu entorno imediato.

À vista disto, quando se nomeia um município em Alagoas, o sujeito-nomeador desenha um recorte línguo-cultural, como modo de apropriação do território real ou simbólico, materializado na toponímia alagoana, estabelecendo conexões entre o homem, o lugar e o nome a ele atribuído, em que as partes formam um todo resultante dessa ação antrópica, que é intrínseca e bidirecional.

Tal práxis denominativa ocorre em razão de o sujeito-nomeador buscar a denominação na própria geografia do lugar habitado, evidenciando os enlaces entre o homem, sua língua e seu habitat, justificando assim o aparecimento



de vocábulos toponímicos básicos que refletem um determinado estrato do ambiente.

Conforme os dados apresentados na tabela 1, as taxas toponímicas: (1) astrotopônimo, (2) cromotopônimo, (3) dimensiotopônimo e (4) morfotopônimo, na toponímia municipal alagoana contemporânea, se mostraram pouco produtivas, apresentando um percentual de 2% que correspondem ao registro de apenas uma ocorrência em cada categoria toponímica no recorte analisado, a saber:

(1) O nome *Estrela de Alagoas* faz uma alusão metafórica (por extensão à concepção de brilho, de destaque/estrela) ao desenvolvimento e progresso que o povoado, primitivamente denominado de *Bola*, adquiriu em pouco tempo de existência em Alagoas, alçando à categoria de município e alterando seu nome para *Estrela de Alagoas*.

(2) No nome *Branquinha*, há uma acepção cromática metafórica da cor branca no sentido de ‘límpida’, presume-se que a motivação desse topônimo se deve às condições das águas claras e sem poluição do Rio Mundaú que margeia o município, em sua época de formação e povoamento desse aglomerado humano.

(3) O nome *Campo Grande* faz, por descrição associativa, referência a uma extensa planície – no sentido de grandeza espacial – onde está situado o referido município alagoano. Tal escolha se baseou nas grandes dimensões locais repletas de campos de grandes proporções, ideal para a pecuária e a agricultura.



(4) O nome *Pão de Açúcar* faz uma alusão, por descrição associativa, à forma geométrica da fôrma em que se punha o mel de cana-de-açúcar para cristalizar e moldar o pão de açúcar, na época do período colonial, nos engenhos de açúcar (Figura 1) e a sua semelhança com a principal entidade geográfica (morro do Cavalete) da região, na qual o município está localizado, às margens do Rio São Francisco, em Alagoas (Figura 2).

É interessante pontuar que a escolha do nome Pão de Açúcar (em razão da aparência do elemento físico) traduz, em seu conteúdo, traços semântico-visuais de um artefato que fez parte de um dos pilares da base da economia alagoana no início de sua formação histórica: os engenhos de açúcar.

Figura 1. Fôrmas de pão-de-açúcar em casa de purgar



Fonte: Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/view/58134>

Figura 2. Morro do Cavalete às margens do Rio São Francisco



Fonte: Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/view/58134>

No caso da taxa dos geomorfotopônimos, detectamos quatro ocorrências, quais sejam: (1) *Barra de Santo Antônio*, (2) *Barra de São Miguel*, (3) *Chã Preta* e (4) *Ibateguara*.

(1) O nome *Barra de Santo Antônio* faz alusão ao local onde desemboca o Rio Santo Antônio Grande na região do atual município, traduzido na expressão da formação geológica *barra*. O Rio Santo Antônio, que banha todo o núcleo urbano da cidade e divide o território barrense, formando duas partes distintas: um mais urbano, sede da cidade (à margem direita) e o outro, mais turístico e nativo, com as suas características litorâneas (à margem esquerda).

De forma análoga ao nome (1) *Barra de Santo Antônio*, o nome (2) *Barra de São Miguel* faz uma alusão ao local onde desemboca o Rio São Miguel na região do atual município, traduzido na expressão da formação geológica *barra*. Nessa forma geológica (*barra*), há uma entrada estreita do porto que, ainda hoje, é utilizada pela atividade turística em Alagoas.



(3) O nome *Chã Preta* tem sua motivação em razão das queimadas da vegetação da chã - extensão plana de terra, planície - localizada na região onde o município está alocado. Contam os populares que, após as queimações, a chã ficava preta, resultado das queimadas de sua vegetação para atividade agrícola.

(4) O nome *Ibateguara*, do tup. *ybaté-guara* ‘morador do altiplano’ (Tibiriçã, 1997), faz alusão à forma topográfica de elevação do local, onde se originou a cidade (lugar alto, serra alta). Sua topografia favoreceu para o êxito no piquete formado pelo Caudilho Vicente de Paula na sua luta contra Claudino da Costa Agra.

No caso da taxa dos litotopônimos, detectamos quatro ocorrências, quais sejam: (1) *Inhapi*, (2) *Maceió*, (3) *Ouro Branco* e (4) *Penedo*, que fazem referência à origem mineral das terras alagoanas e descrevem singularidades do solo preservadas na toponímia contemporânea de Alagoas. Tais alusões ocorrem de modo objetivo (por exemplo, *Penedo*) ou metafórico (por exemplo, *Ouro Branco*).

O nome tupi *inhapi*, constituído pela composição tupi *inha* ‘pedra’ e *pi* ‘água’ (Mendonça *et al.*, 2012), seria uma alusão ao fato de o solo da localidade ser cheio de enormes pedras e muitas delas guardarem água da chuva em sua saliência. De acordo com a tradição local, quando o município ainda não era povoado existia um lajedo (no sentido de lugar de pedras), na Lagoa Inhapi, este lajedo era cheio de locais que, quando chovia, acumulava água



pluvial. Assim, o lugar ficou conhecido, literalmente, como buraco na pedra.

O nome *Maceió*, do tupi *maçayó* ou *maçαιο-k* ‘o que tapa o alagadiço’ (Mendonça *et al.*, 2012), faz referência à constituição do solo alagadiço, onde se localizava o Engenho *Maçαιο-k* e do Riacho *Maçayó*, no século XVIII, que deram origem ao povoado que, posteriormente, se tornou no município de Maceió, atual capital do estado de Alagoas.

Em observância à origem linguística, destacamos que os tupinismos *inhapi* e *Maceió*, relativos aos minerais e à constituição do solo, atestam a presença etimológica indígena-tupi dos povos originários na toponímia alagoana como vocábulos fossilizados, a nomeação de lugares, principalmente em grupos rurais e tradicionais, está contida na memória coletiva e saberes populares transmitidos de geração a geração, evidenciando, também, uma tendência geral da toponímia brasileira. Esse traço característico da toponímia local e nacional, nas palavras de Dick (1992), é explicado:

[...] Como reflexo de uma sociedade de economia mista, deixou uma gama variada de contribuição linguística ao português, que preservou, nos vocábulos fossilizados, as características de uma realidade ambiental diversificada ou de múltiplos domínios de experiência. Se muitos desses designativos, hoje, escapam ao linguajar corrente do brasileiro, impulsionado, constantemente, pela dinâmica da língua, outro tanto não ocorre na toponímia, que se vale deles como uma fonte contínua de motivação, mantendo, assim, vivas, as



tradições culturais indígenas (Dick, 1992, p. 120).

(1) O nome *Ouro Branco* faz referência, por associação semântica, à riqueza da cultura do algodão em Alagoas, metaforicamente, traduzida pelo sujeito-nomeador na brancura das imensas plantações de algodão da região, que era considerado, em sentido figurado, o ouro branco alagoano.

(2) O nome de *Penedo*, do lat. XIII *pīnna-ae* ‘rocha, rochedo’ (Cunha, 2010), faz referência à grande massa de rocha saliente sobre a qual o município se assenta.

No caso da taxa dos zootopônimos, eles apresentaram uma produtividade intermediária com sete ocorrências na macrotoponímia investigada, correspondendo a 14%. A saber: (1) *Carneiros*, (2) *Jacaré dos Homens*, (3) *Jundiá*, (4) *Maribondo*, (5) *Piranhas*, (6) *Satuba* e (7) *Traipu*.

Nesses casos, percebemos que o sujeito-nomeador faz alusão aos aspectos da fauna da região na qual o município está circunscrito, materializada na representação simbólica existente entre léxico, o homem e o meio ambiente por meio de macrotopônimos relativos a animais domésticos e silvestres, que fazem parte do cotidiano local, descrevendo as atividades de pecuária (*Carneiros*), de pesca (*Jacaré*, *Jundiá* e *Piranhas*) e da fauna de insetos (*Maribondo*, *Satuba*).

No grupo dos topônimos relativos à fauna geral de índole animal, os nomes relativos à atividade de pesca apresentaram procedência indígena: *jacaré* do tup. XX *iaka're* ‘lagarto dagoa=iacare’ (Cunha, 2010); *jundiá* do tup. *yundi-á* ou *nhandiá* ‘denominação genérica dada pelos ín-



dios ao bagre' (Tibiriçá, 1997); piranhas do tup. 1587 *pi'rãia* < *pi'ra* + *'ãia* 'dente, nome comum a vários peixes da família dos caracídeos, extremamente ferozes' (Cunha, 2010). Esses nomes já estão integrados ao léxico do português brasileiro (brasileirismos) e, provavelmente, na época do batismo do município, eles já não se configuravam como nomes transparentes, para a maioria da população, constituindo, portanto, fósseis linguísticos.

Os nomes relativos a insetos apresentaram procedência indígena e africana: maribondo do afr. quimb. *mari'moño*, > 1813, maribondo 'nome comum a diversas espécies de vespas' (Cunha, 2010), satuba do tup. *yssá-tyba* 'abundância de içás' (Tibiriçá, 1997), uma espécie de formiga – (saúva). Porém, a procedência africana na nomeação de municípios alagoanos se revelou pouco produtiva na sincronia atual, ratificando uma tendência na toponímia nacional.

Ainda recorrendo aos dados apresentados na Tabela 1, percebemos que a dinâmica das águas e a diversidade das plantas regionais traduzidas pelos referenciais fitológicos e hidrológicos se revelaram os mais produtivos na prática denominativa, com 18 ocorrências, correspondendo a 36% e 13 ocorrências, correspondendo a 26%, respectivamente. Logo, constituindo-se, como as taxas majoritárias nesse complexo toponímico, apresentando um número expressivo de registros quando comparadas às outras taxonômicas de natureza física.

No âmbito dos fitotopônimos, evidenciamos a intencionalidade, que anima o sujeito-nomeador, associada à descrição de espécies de árvores ou de frutos comuns na



região em que o município está alocado em sua individualidade: *arapiraca*, *jaramataia*, *murici* etc. ou nomes alusivos à diversidade da vegetação geral da região, fazendo menção a diferentes espécies de plantas locais em sua coletividade: *palmeiras*, *campestre*, *viçosa* etc., materializando no léxico toponímico, traços das especificidades naturais da vegetação do estado.

Nessa direção, identificamos, em língua tupi, a valoração de frutos (por exemplo *Coité do Noia*)⁴, folhas (por exemplo *Pindoba*)⁵ e árvores regionais (por exemplo *Murici*)⁶ como referenciais dessas localidades, não apenas descrevendo-o de forma objetiva, mas desvendando uma visão dos aborígenes e/ou de seus colonizadores em relação aos aspectos naturais de dadas áreas territoriais de Alagoas. Vale sinalizar que esses topônimos de origem indígena já estão integrados ao português brasileiro, configurando-se como brasileirismos, e que, na época do batismo do município. Eles, provavelmente, já não se configuravam como nomes transparentes, em alguns casos, para a maioria da população, constituindo, portanto, fósseis linguísticos, servindo como heranças vivas que mantêm vestígios de antigas culturas locais.

4 *Coité* é o fruto dos pés de coitizeiros, de origem tup. *cui-eté* ‘cabaça usada como recipiente’ (Tibiriçá, 1997). Diz a tradição que o povo colhia esse fruto na propriedade da família dos Noia na região do agreste de Alagoas, popularizando assim a localidade com a denominação de *Coité do Noia*.

5 *Sf.* do tup. *pindá* ‘folha da palmeira com a qual os índios faziam fiskas e anzóis; o coco da palmeira pindá’ (Tibiriçá, 1997).

6 *Sm.* do tup. *muricy*, *morosi* ‘planta pequena’ (Tibiriçá, 1997).



No grupo dos nomes relativos ao elemento água e à disponibilidade hídrica, em geral, evidenciamos uma tendência para o emprego dessas denominações em território alagoano, demonstrando a valoração da hidrografia local como motivação toponímica. E, em função disso, observamos que esses vínculos denominativos se realizaram em três esferas complementares em que o elemento água se sobressai, quais sejam: i. Nomes indígenas de rios que cortam o território alagoano, *Coruripe*; ii. A paisagem das regiões de beira-mar das lagoas, lagos e praias alagoanas, *Japaratinga*; iii. O ânimo do sujeito-nomeador em relação ao recurso vital hídrico alagoano, *Água Branca*.

Neste contexto, ressaltamos que, de modo geral, a ocupação do homem em um dado território apresenta forte ligação com os cursos d'água, sendo, às vezes, os primeiros elementos do meio ambiente natural a serem batizados no nascedouro de um aglomerado humano, podendo até se toponimizar no próprio nome da localidade, como aconteceu, por exemplo, nos nomes dos municípios alagoanos: *Poço das Trincheiras*, *Rio Largo*, *Traipu* etc.

Sendo assim, percebemos que os hidrotopônimos identificados no *corpus* analisado, em geral, designam lugares alagoanos habitados que se formaram, inicialmente, à margem de cursos d'água que cortam suas regiões e, em alguns casos, facilitavam a comunicação entre o litoral e o interior do estado, principalmente pelo transporte em embarcações ou a partir de lagoas que ocupavam seus vales e regiões circundantes, viabilizando a vida social da localidade.



Cumpre ressaltar que a escolha desses nomes de lugares não reflete apenas a presença da água, mas a sua importância simbólica, histórica e cultural para aqueles moradores, revelando, mais uma vez, que o território transforma o ato de nomear e serve como base para a formação da identidade toponímica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acervo dos 50 nomes dos municípios de Alagoas analisados, neste primeiro capítulo, se configurou como uma macrotoponímia de espaços urbanizados e rurais, sendo receptor e refletor de representações que traduzem traços e marcas do povo e do território alagoano, mediante as singularidades das paisagens naturais preservadas nesses topônimos de taxonomias de natureza física, desvelando assim, os enredos da formação e sedentarização do homem em terras alagoanas.

Neste particular, léxico-semanticamente, evidenciamos que esses macrotopônimos podem nomear as unidades político-administrativas de duas maneiras, a saber: i. de modo descritivo – a partir de características objetivas mais relevantes do território alagoano, sobretudo sua hidrografia e sua vegetação (Rio Largo, Cajueiro etc.); de modo subjetivo – a partir de associação metafórica a aspectos do processo histórico de formação do estado de Alagoas (Ouro Branco, Pão de Açúcar etc.).

Dentro do grupo dos nomes de categorias de natureza física analisado, identificamos que os referenciais hidroló-



gicos e fitológicos se revelaram os mais produtivos na ação antrópica denominativa municipal alagoana. Com efeito, revelando a preferência do sujeito-nomeador por elementos naturais básicos do seu ambiente circundante, em especial da cobertura vegetal e da disponibilidade hídrica, confirmando, assim, tendências toponímicas já demonstradas em outros estudos sobre a toponímia brasileira.

Por fim, é relevante pontuar que a toponímia funciona como um instrumento de resistência e confirmação das identidades culturais, principalmente em territórios onde há diferentes etnias ou sociedades. Assim, esperamos que este estudo, apresentado neste primeiro capítulo, possa contribuir para posteriores pesquisas linguísticas sobre o léxico toponímico brasileiro, em seu recorte alagoano, colaborando para uma melhor compreensão da língua portuguesa do Brasil, em sua formação, sua estrutura e seu funcionamento lexical.



REFERÊNCIAS

AINIALA, Terhi., & ÖSTMAN, Jan-Ola. **Socio-onomastics**: the pragmatics of names. Amsterdam, NL: JohnBenjamins. 2017.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque; SEIDE, Maria Sipavicius. **Nomes próprios de pessoa**: introdução à antroponímia brasileira. SãoPaulo, SP: Blucher. 2020.

CHUECA, Pascual Riesco. Nombres en el Paisaje: la toponimia, fuente de conocimiento y aprecio del territorio. **Cuadernos Geográficos**, v. 46 n. 1, 2010 . p. 7-34. Disponível em: <https://revistaseug.ugr.es/index.php/cuadgeo/article/view/629>. Acesso em 17 jul 2024.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4 ed. Rio de Janeiro, RJ: Lexikon. 2010.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo, SP: Arquivo do Estado, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**: coletânea de estudos. São Paulo, SP: FFLCH/USP. 1992.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Fundamentos teóricos da Toponímia. Estudo de caso: o projeto ATEMIG - Atlas toponímico do Estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas toponímico do Brasil). In.: SEABRA, Cândida Trindade Costa de. (Org.), **O léxico em estudo** Belo Horizonte, MG: UFMG. 2006. p. 91-118.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Atlas toponímico do Brasil: teoria e prática II. **Trama**, v. 3 n. 5, p. 141-155, 2007. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/965>. Acesso em 17 jul 2024.

HOUGH, Carole. **The Oxford handbook of names and naming**. Oxford: GB: Oxford Handbook. 2016.

ISQUERDO, Aparecida Negro. O nome do município. Um estudo etnolinguístico e sóciohistórico na toponímia sul-mato-grossense. **Prolíngua**, v. 2 n. 2, 2008. p. 34-52. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/prolingua/article/view/13403>. Acesso em jul 2024.

ISQUERDO, Aparecida Negro. Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. In.: ISQUERDO, Aparecida Negro; SEABRA, Cândida Trindade Costa de. (Org.) **As Ciências do Léxico**: Lexicologia,

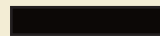


Lexicografia, Terminologia. v. VI. Campo Grande, MS: UFMS. 2012. p. 115-139.

MENDONÇA, Carlos Alberto Pinheiro et al. **Enciclopédia Municípios de Alagoas**. 3. ed. amp. e ver. Instituto Arno de Mello. Maceió. Núcleo de Projetos Especiais. 2012, 540 p.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas de. **Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi**: significado dos nomes geográficos de origem tupi, 2 ed. São Paulo, SP: Traço. 1997.





CAPÍTULO 2

NOMES DE MUNICÍPIOS DE TAXONOMIA DE ORDEM ANTROPOCULTURAL NA TOPONÍMIA ALAGOANA: ENLACES ENTRE O HOMEM, SUA LÍNGUA E SUA CULTURA

Prof. Dr. Pedro Antonio Gomes de Melo
<http://orcid.org/0000-0003-4873-564X>

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste segundo capítulo, dessa vez discutiremos sobre os 52 macrotopônimos de taxas de natureza antropocultural detectados na nomenclatura toponímica dos 102 municípios alagoanos. Estes nomes materializam representações de fases importantes da história local (econômica, política, social ou cultural) na dinâmica territorial de Alagoas.

O nascimento de espaços territorializados e de seus topônimos altera a forma como os indivíduos se reconhecem em seus lugares e em suas relações identitárias. No contexto dos nomes de municípios alagoanos, eles evidenciam histórias, hábitos e tradições e, como tal, são representações de lugares que materializam em seus nomes uma memória coletiva toponímica, são arquivos de conhecimentos que preservam o tempo pretérito de seu povo e conservam para as gerações posteriores.



A ação antrópica de nomear lugares habitados “é início de rumos tomados pelos falares ao longo dos períodos históricos, de comportamentos presentes no cotidiano e de atitudes morais ou operosas valorizadas pela população” (Dick, 2007, p.144). Pelo exposto, inferimos que o nome de município pode traduzir, por meio da língua, relações de poder econômicas, políticas e ideológicas presentes no processo de nomeação destas unidades político-administrativas. Estudá-lo é compreendê-lo em suas diversas potencialidades, identificando e resgatando as razões que fazem ou fizeram com que o falante escolhesse um determinado nome, num eixo de múltiplas possibilidades sêmicas para nomear um lugar.

De forma análoga com a pesquisa apresentada no primeiro capítulo, o itinerário teórico-metodológico que embasou esta investigação é de vertente lexicológica de cunho bibliográfico, de abordagem quali-quantitativa, embasada pelos princípios da Toponímia tradicional, em especial a proposta de Dick (1990 e desdobramentos atuais) em diálogo interdisciplinar.

Este segundo capítulo está dividido, basicamente, em duas seções: a primeira traz a fundamentação teórica que norteou as análises desta investigação, abordando, de forma concisa, alguns conceitos básicos da área da Onomástica e da Toponímia, com base na literatura canônica. E ainda, tratamos da prática línguo-cultural de nomear lugares e seu produto gerado: o signo toponímico; na segunda seção, exibem-se a análise e os resultados obtidos. Ao final do capítulo, expõem-se as considerações finais e as referências.



DA ONOMÁSTICA À TOPONÍMIA: O ESTUDO DA AÇÃO ANTRÓPICA DE NOMEAR LUGARES HABITADOS

Como já mencionado, a prática de nomear aglomerados humanos habitados (municípios, povoados, aldeias etc.) não se dá de maneira neutra ou aleatória, mas como uma relevante estratégia de apropriação, que ocorre num contexto permeado por uma multiplicidade de sentidos que, por sua vez, fazem parte de um universo cultural que deve ser estudado pelo pesquisador no campo toponímico.

No âmbito dos topônimos de ordem antropocultural, neste estudo, adotamos o conceito de cultura “como um conjunto de valores e crenças, ou um conjunto de comportamentos que compartilhamos com outras pessoas em uma determinada sociedade, dando-nos um sentimento de pertencimento e identidade”⁷ (Lebrón, 2013, p. 126, tradução nossa). Assim, partimos da compreensão da cultura como um fenômeno dinâmico, simbólico e acumulativo, construído historicamente pelas interações sociais, conforme nos explicam autores como: Geertz (2008), Bauman (2013), Laraia (2009) e Hall (2006).

A ação antrópica de nomear lugares habitados é dinâmica, evidenciando os efeitos da sociedade sobre a língua e a maneira pela qual os espaços territorializados nela se representam, sobretudo em seu léxico toponímico, refletindo e refratando o modo de ver a realidade exterior e a forma

⁷ Culture refers to society and its way of life. It is defined as a set of values and beliefs, or a cluster of learned behaviors that we share with others in a particular society, giving us a sense of belongingness and identity Lebrón (2013, p. 126).



como seus sujeitos/atores sociais organizam o meio que os circunda, em seu trato diário.

No léxico toponímico, “o simbolismo das formas linguísticas, na Toponímia, transforma nomes em lugares concretos e nomes desconhecidos em personalidades públicas” (Silveira, 2015, p.13), que se integram às exigências de expressão da área onomástica e do discurso em geral. Eles são capazes de se renovarem seguindo tendências de ordem bio-social que podem condicionar e/ou influenciar o surgimento, a permanência e/ou a mudança toponímica.

Nas palavras de Trapero (1995)⁸, a Toponímia consiste em uma disciplina interdisciplinar

[...] cuja problemática se integra à Linguística, à Geografia, à História, à Botânica, à Arqueologia, à Antropologia ... E todas reivindicando um direito de propriedade. Mas temos que concordar que mais direito que todas as outras tem a Linguística (para não dizer exclusivo), como uma perspectiva que busca explicar um recorte do léxico de um lugar, de uma região, de uma língua. (Trapero, 1995, p.21)

Considerando a Linguística como a teoria da linguagem humana, a Onomástica se integra de forma inter-

8 cuya problemática se la han repartido la lingüística, la geografía, la historia, la botánica, la arqueología, la antropología... Y todas ellas alegando un “derecho” de propiedad. Pero habrá que convenir que más (no digo exclusivo) “derecho” que ninguna tiene la lingüística, como perspectiva que trata de explicar una parcela del léxico de un lugar, de una región, de una lengua. (Trapero, 1995, p.21).



disciplinar às investigações linguísticas, particularmente às pesquisas do léxico, ocupando-se em estudar os nomes próprios, em geral, e os sistemas de nomeação.

Neste aspecto, a ciência Onomástica corresponde a uma disciplina maior que apresenta duas subáreas de investigação científica: a Toponímia, que possui como eixo central de seus estudos questões envolvidas com o léxico toponímico e a Antroponímia, que se ocupa dos estudos do nome próprio de pessoas (antropônimo).

O sistema onomástico-toponímico, considerado como um complexo linguístico-cultural, compreende as realizações virtuais do sistema lexical, disponíveis para a prática denominativa do sujeito-nomeador. Esse uso possibilita que o topônimo, em relação ao seu referente espacial, traduza a noção de identidade cultural de um ambiente identitário construído ao longo do tempo.

Investigar as conexões toponímicas na Onomástica é percebermos como determinados aspectos da cultura de um grupo social se imprimem nestes nomes, refletindo e refratando representações do sujeito-nomeador. Para tais fins, busca-se a origem e os sentidos dos nomes atribuídos às entidades físicas e/ou humanas, combinando o conhecimento linguístico aos extralinguísticos.

Nessa direção, os atuais estudos toponímicos no Brasil vêm buscando resgatar justamente a história social contida nos nomes de lugares, partindo das origens linguísticas para (re)construir os significados e, posteriormente, traçar um panorama motivacional da toponímia de



um dado espaço. Dessa forma, investigam-se as causas que motivaram o sujeito-nomeador a eleger um dado nome, em detrimento de outros, para batizar um certo lugar, partindo do pressuposto de que os sujeitos fazem escolhas toponímicas no sistema onomástico movidos por fatores (extra) linguísticos que condicionam essas escolhas.

No momento em que um sujeito-nomeador atribui um nome a um lugar, mostram-se aí tendências geofísicas, sociais, políticas, religiosas, culturais, entre outras, com influências internas e externas que as localidades sofrem e/ou exercem sobre o nomeador e tantos outros aspectos envolvidos na língua. Se assim é, a caracterização de um território só se efetiva, de fato, a partir do nome; antes dele, o que há é o não-lugar, o vazio.



MODELO TAXONÔMICO DE CLASSIFICAÇÃO TOPONÍMICA DE DICK (1990 E DESDOBRAMENTOS) E SUAS TAXES DE NATUREZA ANTROPOCULTURAL

De maneira similar ao estudo apresentado no primeiro capítulo, neste segundo capítulo, também adotamos para a análise toponímica e para a classificação semântico-lexical do inventário denominativo constituído, a proposta idealizada por Dick (1990 e seus desdobramentos).

No grupo das taxes de condutas motivadoras de ordem antropocultural, podemos classificar os nomes de lugares, que traduzem os vínculos causais e justificam sua criação em 16 taxes relacionadas ao sujeito-nomeador - sujeito social, político e cultural - e sua correlação com a

sociedade e com a multiculturalidade do lugar nomeado, conectando linguagem, ideologia e poder.

Na macrotoponímia municipal alagoana, o nome de município de natureza antropocultural adotado deixa de ser apenas um locativo de marcação ou identificação espacial, “para se transformar em um fundo de memória, de natureza documental tão valiosa e significativa como os textos escritos” (Dick, 1996, p. 337), firmando suas histórias, suas intensões e significados.

Como este segundo capítulo está circunscrito ao universo toponomástico antropocultural, doravante, apresentamos o Quadro 1, com as 16 taxes taxonômicas de classificação toponímica de Dick (1990) e exemplificadas com nomes de localidades - cidades ou povoados - habitadas em Alagoas.



Quadro 1. Taxes de condutas motivadoras de ordem física

Taxe	Definição	Exemplo
Animotopônimo	Alusivo à vida psíquica, à cultura espiritual não física (disposição de espírito; humor).	Maravilha
Antropotopônimo	Alusivo aos nomes próprios de pessoas (prenomes ou sobrenomes)	Paulo Jacinto
Axiotopônimo	Alusivo aos títulos (oficiais ou não) que acompanham nomes próprios individuais.	Senador Rui Palmeira
Corotopônimo	Alusivo a nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes.	Iraque
Cronotopônimo	Alusivo aos indicadores cronológicos (escala temporal).	Novo Lino
Ecotopônimo	Alusivo às habitações em geral.	Tapera

Taxe	Definição	Exemplo
Ergotopônimo	Alusivo aos elementos da cultura material humana.	Canoa de Baixo
Etnotopônimo	Alusivo aos elementos étnicos (isolados ou não) como: povos, tribos, castas etc.	Mineiro
Dirrematopônimo	Nome constituído de frases ou enuncia-dos linguísticos.	Valha-me-Deus
Hierotopônimo	Alusivo ao sagrado de crenças diversas, a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto.	Capela
Mitotopônimo	Alusivo às entidades mitológicas, às re-presentações das atividades autológicas de qualquer credo ou religião.	Cruzes
Hagiotopônimo	Nomes de santos(as) do hagiolégio católi-co apostólico romano.	São Miguel dos Campos
Historiotopônimo	Alusivo a movimentos de cunho histórico, aos membros e às datas comemorativas.	Batalha
Hodotopônimo	Alusivo às vias de comunicação urbana ou rural.	Pontes
Numerotopônimo	Alusivo aos indicadores numéricos.	Dois Riachos
Poliotopônimo	Alusivo a nomes de espaços historiciza-dos (vila, aldeia, cidade, povoação, sítio etc.)	Vila Aparecida
Sociotopônimo	Alusivo às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encon-tro da comunidade.	Porto Real do Colégio
Somatopônimo	Alusivo metaforicamente (ou não) às par-tes do corpo humano ou animal.	Cabeça Dantas/ AL

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).



Como apresentado no Quadro 1, este legado identitário pode traduzir alusões às relações inter-humanas constitutivas de um jogo de poder e de interesse de uma minoria (um sujeito-nomeador e/ou um grupo social por ele representado), marcando intenções, por meio da língua, de domínio territorial, de referência identitária, de posições ideológicas, entre outras.

Ponderamos que, em razão das especificidades encontradas na toponímia brasileira, alguns estudiosos têm contribuído para a ampliação e/ou adequação do modelo de Dick (1990), propondo subdivisões ou criando novas taxes de classificação. Exibimos, a seguir, o Quadro 2 com uma síntese de algumas novas propostas de taxes e subtaxes e exemplificadas, quando possível, com nomes de localidades alagoanas.



Quadro 2 - Categorias ou subcategorias acrescentadas ao Modelo Taxonômico proposto por Dick (1990).

Autor	Taxe ou Subtaxe	Definição	Exemplo
ATEPAR	Acronimotopônimo	Formado por siglas, acrônimo ou abreviaturas	COHAB da Palmeira Alta/AL
Isquierdo (1996)	Animotopônimo Eufórico	Apresenta impressão agradável/otimista	Feliz Deserto/AL
Isquierdo (1996)	Animotopônimo Disfórico	Apresenta impressão desagradável/temeridade”,	Revolta/MS
Faria (2017)	Antropoaxiotopônimo	antropotopônimo precedido por um título	Senador Rui Palmeira/AL
Faria (2017)	Antropoaxio-Historiotopônimos	antropotopônimo precedido por um título e também considerado historiotopônimo	Marechal Deodoro/AL

Autor	Taxe ou Subtaxe	Definição	Exemplo
Faria (2017)	Antropo-Historiotopônimo	Antropotopônimo marcado na história	Tiradentes/MG
ATEPAR	Estematotopônimo	Apresenta impressão percebida pelos sentidos	Riacho Doce/AL
Lima (1998)	Hagiotopônimo Aparente	Nome de inspiração política, mas utilizado como hagiotopônimo	São Sebastião/AL
Lima (1998)	Hagiotopônimo Autêntico	Nome de inspiração religiosa	São Brás/AL
C a r v a l h o (2014)	Mariotopônimo	Nome referente a invocações à Virgem Maria	Senhora de Oliveira/MG
Anjos (2012)	Hidro-Hipertopônimo	Expressa ideia de volume excessivo ou a força da correnteza das águas	Lagoa Cheia/CE
Anjos (2012)	Hidro-Hipotopônimo	Expressa ideia de volume insuficiente ou precário das águas	Lagoa Seca/AL
Anjos (2012)	Hidrotermotopônimo	Expressa características térmicas da água	Riacho Frio/PI
Anjos (2012)	Hidroaspectotopônimo	Apresenta impressão do aspecto da água	Rio Claro/SP
Anjos (2012)	Hidro-Halotopônimo	Apresenta impressão de salinidade da água	Riacho Salgado/PB
Anjos (2012)	Hidrocromotopônimo	Apresenta característica cromática da água	Mar Vermelho/AL
ATEPAR	Higietopônimo	Apresenta campo semântico da higiene e da saúde	Saúde de Baixo/AL
ATEPAR	Grafematopônimo	Apresentam entre os elementos distintivos letras (grafema) do alfabeto	Seção C/PR
ATEPAR	Necrotopônimo	Apresenta campo semântico da morte	Cova dos Defuntos/AL

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).



É pertinente dizer que essas propostas de acréscimos ao modelo taxonômico de Dick (1990) não discordam, em termos gerais, das taxes apresentadas por Dick, mas apenas pormenorizam o processo de classificações dos topônimos brasileiros de acordo com algumas singularidades do país

Nos estudos apresentados nos capítulos 1 e 2 sobre os nomes atribuídos aos municípios alagoanos, elementos veiculadores de ideologias e refletores de contatos interétnicos, não identificamos uma real necessidade para propositura de novas taxes ou subtaxes ao modelo taxonômico de classificação toponímica proposto por Dick (1990 e desdobramentos).

É importante destacar que as intersecções línguo-culturais não podem ser consideradas de maneira isoladas, mas como um ponto de múltiplas inter-relações, através das quais se procura interpretar a dinâmica toponímica, como também, o signo toponímico não deve ser recortado e afastado do espaço geográfico, social e histórico que lhe deu forma.

Ao tratarmos, neste estudo, sobre a relação entre nome/lugar, adotamos o conceito de lugar enquanto “uma categoria analítica: motivacional, histórica, linguística, ideológica, social, identitária” (Andrade, 2017, p. 593). Sendo assim, de acordo como o ser humano interfere na natureza de determinado lugar, ele gera e promove o espaço geográfico. Nas palavras de Santos (1994):

Tudo que existe num lugar está em relação com os outros elementos desse lugar. O



que define o lugar é exatamente uma teia de objetos e ações com causa e efeito, que forma um contexto e atinge todas as variáveis já existentes, internas; e as novas, que se vão internalizar (Santos, 1994, p. 97).

Já sobre a noção de espaço, compreendemos como um “conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (Santos, 2009, p. 21) e, por sua vez, o território como uma “extensão apropriada e usada e como nome político para o espaço de um país” (Santos; Silveira, 2002).

No entanto, apesar das categorias geográficas de território e espaço não serem as mesmas, elas estão interligadas, isto é, ao se apropriar de um espaço concreto ou abstratamente um ator/sujeito, ou um grupo de atores territorializa aquele espaço, o espaço geográfico é interpretado e dinamizado a partir de ações e práticas humanas, transformando-o num território. No cerne dessa discussão, compreendemos o território alagoano, produzido no Nordeste brasileiro, como um “espaço político por excelência” (Raffestin, 1993, p. 59). Por conseguinte, sua toponímia é decorrente da ação cultural que “segue os seus próprios caminhos em função dos diferentes eventos históricos que enfrentou” (Laraia, 2009, p. 36-37).

Na busca de definirmos cultura, diante da multiplicidade de interpretações e usos na contemporaneidade, adotamos a concepção de cultura como uma estrutura social que dá significado à nossa existência, inclusive a nossas ações de nomear lugares habitados. Nessa perspectiva, corrobora-se que a organização do espaço representada pelas



escolhas toponímicas é determinada também pela cultura que a empreendem.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Como já exposto, apresentaremos neste segundo capítulo, tão-somente, uma prática analítico-descritiva para o conjunto dos macrotopônimos de categorias de natureza antropocultural atribuídos, na sincronia atual, aos 52 municípios alagoanos. Estes nomes próprios de lugares habitados são compreendidos, neste estudo, como enunciados linguísticos formados por um universo histórico rico de descrição que reflete significantes aspectos culturais de um núcleo humano existente ou preexistente.

A seguir, apresentamos a Tabela 1 com a totalidade dos 52 nomes dos municípios alagoanos, agrupados em taxas toponomásticas pelo número de ocorrência, percentual de produtividade e a sua categorização toponímica.

Tabela 1. Taxas de condutas motivadoras de ordem antropocultural

Taxe	Topônimo	Qt.	Perc.
Animotopônimo	Belo Monte, Campo Alegre, Feliz Deserto, Maravilha.	4	7.6%
Antropotopônimo	Anadia, Atalaia, Delmiro Gouveia, Joaquim Gomes, Monteirópolis, Olivença, Paulo Jacinto, Teotônio Vilela.	8	15.3%
Axiotopônimo	Major Isidoro, Marechal Deodoro, Senador Rui Palmeira.	3	5.7%
Corotopônimo	Belém, Palestina.	2	3.8%
Cronotopônimo	Igreja Nova, Novo Lino.	2	3.8%



Taxe	Topônimo	Qt.	Perc.
Ergotopônimo	Girau do Ponciano, Jequiá da Praia, Pilar, Tanque D'Árca.	4	7.6%
Hierotopônimo	Capela, Matriz de Camaragibe.	2	4.1%
Hagiotopônimo	Messias, Santa Luzia do Norte, Santana do Ipanema, Santana do Mundaú, São Brás, São José da Laje, São José da Tapera, São Luís do Quitunde, São Miguel dos Campos, São Miguel dos Milagres, São Sebastião.	11	21.1%
Historiotopônimo	Batalha, Quebrangulo.	2	3.8%
Hodotopônimo	Roteiro	1	1.9%
Numerotopônimo	Dois Riachos, Pariconha. (tup. duas conhas)	2	3.8%
Poliotopônimo	Colônia Leopoldina	1	1.9%
Sociotopônimo	Feira Grande, Passo de Camaragibe, Porto Calvo, Porto de Pedras, Porto Real do Colégio, União dos Palmares.	6	11.5%
Somatopônimo	Boca da Mata , Olho d'Água do Casado, Olho d'Água das Flores, Olho d'Água Grande	4	7.6%
Total		52	100%

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Após a análise dos dados, pudemos atestar que os nomes de ordem antropocultural analisados neste segundo capítulo são mais recorrentes na macrotoponímia municipal alagoana (52 nomes, 50,9%) do que os nomes de motivações de natureza física (50 nomes, 49,1%) apresentados no primeiro capítulo deste livro.

De acordo com a Tabela 1, considerando as duas taxonomias de ordem antropocultural relativas ao discurso religioso, percebemos que a religião é uma força ideológica que atua em sua extensão na cultura do sujeito-nomeador. Nesse contexto, evidenciamos que elas se revelaram as mais



recorrentes na prática denominativa de nomear municípios alagoanos com o registro de treze macrotopônimos, a saber:

a) Dois hierotopônimos: (1) O nome *Capela* faz referência à pequena igreja edificada por Manoel Ferreira Dias em homenagem à Nossa Senhora da Conceição, no século XIX, à margem direita do rio Paraíba, a exemplo de outras cidades alagoanas, foram as obras de edificação de capelas que deram impulso à instalação das primeiras casas na região, até surgir o povoado e (2) o nome *Matriz de Camaragibe* faz referência à igreja Matriz de Camaragibe para diferenciar do município de Passo de Camaragibe, burgo irmão, quase da mesma época de fundação, quando ambos eram homônimos e conhecidos pela denominação do Rio Camaragibe que banha a região.

b) Onze hagiotopônimos, quais sejam: (1) O nome *Messias* que tem motivação na devoção religiosa do povo, em razão da atividade de carpintaria ser muito comum, na época, na cidade e era a profissão de São José, pai de Jesus, chamado de Messias; (2) O nome *Santa Luzia do Norte* tem motivação religiosa em razão da cura de um cego considerado o fundador da cidade, esse milagre foi atribuído à Santa Luzia (Santa protetora dos olhos); (3) O nome *Santana do Ipanema* teria a motivação religiosa em decorrência do Movimento Missionário Católico presente no Nordeste do Brasil, na época, na região do rio Ipanema. A princípio, chamava-se o lugar de Santana do Panema, por estar situado à margem do rio Panema ou Ipanema.

E ainda, (4) O nome *Santana do Mundaú* teria a motivação religiosa em razão da devoção da comunidade à



Sant'Ana (ou Santana, Santa Ana ou ainda Sant'Anna – em latim), homenageando a santa padroeira de sua igreja, conhecida na iconografia católica como a mãe de Maria e (5) O nome *São Brás* que faz referência à lenda de que uma imagem de São Brás foi encontrada por jovens em passeio em uma ilha de igual nome, próxima à comunidade. Impressionada com o achado, a população do nascente povoado construiu uma capela e depois a matriz com o nome do santo; (6) O nome *São José da Laje* que há duas versões para a escolha do nome Jóse, a saber: i. teria a motivação religiosa em razão da edificação de uma capelinha erigida próximo ao rio Canhoto pelo senhor de engenho José Vicente de Lima em homenagem ao pai de Jesus Cristo, São José. Para a Igreja Católica, São José ou José de Nazaré ou José, o Carpinteiro foi, segundo o Novo Testamento, o esposo da Virgem Maria e o pai adotivo de Jesus; ii. O nome de São José veio a propósito da doação de uma área da terra, onde a povoação se formara, feita por José Vicente de Lima ao patrimônio da igreja para a difusão do catolicismo. Dentre as riquezas minerais do lugar, destacam-se suas pedreiras.

Além desses, (7) *São José da Tapera* faz referência à proliferação de casas de taipa (taperas) erguidas no lugar que fora construída uma capela dedicada a São José, aproveitando a existência destas edificações simples; (8) O nome *São Luís do Quitunde* que homenageia São Luís IX, rei e patrono da França, santo da Igreja Católica; (9) O nome *São Miguel dos Campos* teria a motivação religiosa em virtude de o lugar ter sido descoberto no dia 29/09/1501 por Américo Vespúcio e André Gonçalves, data consagrada



pela Igreja Católica a São Miguel, em razão disso, o rio e a localidade foram batizados com o nome do arcanjo guerreiro São Miguel; (10) *São Miguel dos Milagres* que teria tido a motivação, segundo a tradição, no fato de um pescador local ter encontrado na praia uma peça de madeira coberta de musgos e algas marinhas. Ao levá-la para casa e fazer sua limpeza, descobriu que se tratava de uma imagem de São Miguel Arcanjo, provavelmente caída de alguma embarcação. Ao terminar a limpeza, descobriu, espantado, que uma ferida persistente que o afligia há tempos estava totalmente cicatrizada e (11) O nome *São Sebastião*⁹ que faz referência ao santo do hagiológico católico romano de muita devoção no interior, evocado para curar doenças e epidemias: São Sebastião.

Já a taxa dos antropotopônimos se revelou a segunda mais produtiva, com o registro de oito ocorrências no recorte toponímico estudado, assim distribuídos:

a) Dois nomes em homenagens a personalidades da corte portuguesa: os antropotopônimos (1) *Anadia* que teria sido uma homenagem, feita ao ministro de Lisboa Visconde de Anadia, poderoso fidalgo da corte portuguesa, Ministro da Marinha e Ultramar que autorizou a promoção do povoado junto ao el-rei à categoria de vila e (2) *Atalaia* que teria

9 Há também uma versão, menos aceita pelo povo, que o topônimo São Sebastião seria uma homenagem, por iniciativa dos líderes locais que desejavam manifestar a gratidão da comunidade, ao então Governador Sebastião Marinho Muniz Falcão que apoiou integralmente o movimento de emancipação da localidade. Nesse caso, o referido topônimo seria classificado como antropotopônimo ou hagiopônimo aparente (Lima, 1998). Neste estudo, seguimos a versão de motivação religiosa que é a mais aceita pela comunidade e classificamo-lo como um hagiopônimo.



sido uma homenagem feita pelo Rei de Portugal ao amigo Visconde de Atalaia, fidalgo português amigo de D. José I.

b) Três nomes em homenagens a figuras consideradas pioneiras e fundadoras dos municípios: os antropotopônimos (3) *Joaquim Gomes* que faz referência à figura de Joaquim Gomes Silva Rêgo, um major da guarda nacional, proprietário do Engenho São Salvador que deu origem ao município; (4) *Monteirópolis* faz referência ao um de seus benfeitores e fundador: José Domingos Monteiro. Literalmente, ‘cidade de Monteiro’. O lugar foi se formando como núcleo habitacional a partir da propriedade de José Domingos Monteiro, o fazendeiro pioneiro da região; (5) *Oliveira* faz referência à junção dos sobrenomes Oliveira das duas famílias fundadoras: a de Manoel Vieira de Oliveira e a de Belarmino Vieira de Oliveira.

c) Três nomes em homenagens a políticos e empresários pioneiros da região: os antropotopônimos (6) *Delmiro Gouveia* que teria sido uma homenagem à figura do empreendedor cearense Delmiro Augusto da Cruz Gouveia que muito contribuiu para o desenvolvimento da localidade; (7) *Paulo Jacinto* teria sido uma homenagem sugerida pela diretoria da *Great Western*, à figura de Paulo Jacinto Tenório, rico fazendeiro de Quebrangulo que havia doado terras para a passagem da ferrovia; (8) *Teotônio Vilela* que teria sido uma homenagem à figura do político e empresário do estado de Alagoas Teotônio Vilela que serviu como porta-voz das aspirações nacionais pela democracia na campanha pelo retorno das eleições diretas no Brasil.



É importante pontuar que essas homenagens foram direcionadas à elite agrária detentora do poder econômico e político em Alagoas, que também influenciava as tomadas de decisão, inclusive as relacionadas aos conteúdos que a população poderia aprender. Por essa razão, o aparecimento, a mudança ou a permanência dos nomes oficiais para os municípios alagoanos, geralmente, estão associados a fatos ou episódios que se referem ao mundo antropocultural de espaços de referência identitária e seus vínculos com a ideia de um sujeito-nomeador ou com grupos sociais, geralmente políticos hegemônicos, que o representa.

No grupo da *taxe* dos sociotopônimos, registramos 6 nomes, quais sejam: (1) *Feira Grande*, (2) *Passo de Camaragibe*, (3) *Porto Calvo*, (4) *Porto de Pedras*, (5) *Porto Real do Colégio* e (6) *União dos Palmares* que revelaram, em suas bases semânticas, possíveis estruturas sociais do povo alagoano, seus possíveis lugares de trabalho e convívio social, na época, do nascedouro desses atuais municípios. Sendo assim, eles representam pontos de encontro da comunidade e fatos passados significativos do cotidiano alagoano para a constituição sócio-histórica da identidade do nosso Estado. São, portanto, narrativas em formas de topônimos.

No grupo da *taxe* dos animotopônimos, identificamos 4 nomes de municípios alagoanos, (1) *Belo Monte* que faz referência ao agradável panorama serrano de alto relevo da região; (2) *Campo Alegre*¹⁰ se deve ao padre Júlio

10 Há uma versão mais antiga, que explica que o topônimo Campo Alegre surgiu em 1820, através de missionários que deixaram ali uma imagem de Bom Jesus dos Aflitos, Padroeiro da Cidade e que, admirados com a



de Albuquerque, autor da memorável “Alma das Catedrais”, que definiu a região como um “campo alegre” em carta para um amigo, pelo fato de o povoado ter sido edificado em um Chapadão de onde se vislumbrava belo panorama; (3) *Feliz Deserto* tem sua motivação na seguinte história: Em 1645, após as invasões holandesas, passava pelo litoral uma embarcação portuguesa, capitaneada por Domingos Mendes. Houve um naufrágio nas imediações da Praiadas Flexeiras, salvando-se alguns de seus passageiros, dentre os quais o próprio Domingos Mendes e sua mulher Maria Mendes. Segundo a tradição, ao chegarem à praia, encontraram à sombra de um cajueiro uma imagem de Nossa Senhora Mãe dos Homens. Felizes por terem sobrevivido e encontrado a imagem, decidiram ficar no lugar mesmo sendo deserto, dando início à povoação (Mendonça *et al.*, 2012); (4) *Maravilha* que faz referência à impressão otimista de um missionário que passou pela localidade e afirmou que, ao contrário do que se pensava fora de lá, o lugar era uma maravilha pelo povo, pelo clima e pela beleza do sítio.

Nessa categoria toponímica, evidenciamos impressões de agradabilidade em relação aos lugares nomeados. Neste particular, registramos animotopônimos eufóricos (Isquerdo, 1996) atribuídos a municípios alagoanos que denotam um deslumbramento otimista no ânimo do sujeito-nomeador.

beleza da localidade, chamaram-na de Campo Alegre. É relevante observar que em ambas as explicações da motivação do nome, a categorização seria a mesma: animotopônimo eufórico



No grupo da taxa dos axiotopônimos, registramos três nomes de municípios alagoanos assim distribuídos: dois antropoaxiotopônimo relativos a título político e militar: (1) *Senador Rui Palmeira* é uma homenagem prestada pelo ex-governador do Estado de Alagoas Guilherme Palmeira ao seu pai e político Guilherme Gracindo Soares Palmeira. Antes de se tornar município, o povoado era conhecido como Riacho Grande, por haver ali um córrego que inundava o vilarejo durante o inverno e (2) *Major Isidoro* faz referência à figura de Isidoro Jerônimo da Rocha, filho do fundador do povoado que originou a atual cidade, conhecido como major Izidoro. E ainda, um antropoaxio-historiotopônimo (3) *Marechal Deodoro* faz referência à figura do proclamador da República brasileira: Marechal Deodoro da Fonseca. Essa homenagem foi razão da localidade ter sido o berço do clã dos Fonseca: Major Manoel Mendes, a matriarca D. Rosa; os filhos e, dentre eles, o mais notável, o referido Marechal.

No grupo da taxa dos ergotopônimos, registramos quatro nomes de municípios alagoanos, quais sejam (1) *Girau do Ponciano*, (2) *Jequiá da Praia*, (3) *Pilar* e (4) *Tanque D'Árca*. Nessa categoria toponímica, esses signos toponímicos evidenciam a relação entre o homem, o meio e a cultura material que o circunda, reunindo em seus conteúdos semânticos aspectos de como o povo alagoano vivia. Os topônimos (1) e (2) marcam, na toponímia do estado, as atividades de caça e de pesca, traduzidas, em língua indígena, pelos nomes dos artefatos usados nessas práticas em solo alagoano, quais sejam: o *jirau* e o *jequiá*, respectivamente. Já



os topônimos (3) e (4) marcam aspectos arquitetônicos (estrutura de construção: pilar e tanque) da produção humana.

No caso da taxa dos corotopônimos, identificamos dois nomes de municípios alagoanos: (1) O nome *Belém* seria uma alusão à cidade sagrada da Bíblia, cidade de Davi, situada na parte central da Cisjordânia, que de acordo com o Novo Testamento, lá teria nascido Messias/judaísmo ou Jesus Cristo/cristianismo e (2) O nome *Palestina* teria uma motivação religiosa no homônimo da Cidade/Estado da Palestina, considerada a ‘Terra Santa’ para os cristãos. Essa escolha, ligada à religiosidade, seria uma homenagem à devoção católica da cofundadora da cidade, senhora Arabela Paiva (1910 – 1996).

No caso da taxa dos cronotopônimos, identificamos dois nomes relativos aos indicadores cronológicos associados à decomposição do tempo ao nível cronológico representados pelo adjetivo novo (a): (1) o nome *Novo Lino* faz referência ao antigo nome do Sítio Lino que originou a cidade de Novo Lino. O imperador D. Pedro II doou, em 1868, uma sesmaria ao alferes Manoel Baraúna como prêmio pela atuação do militar na Guerra do Paraguai (1865-70). As terras faziam parte da antiga Fazenda Lino, nome de seu primeiro proprietário, que morreu sem deixar herdeiros e (2) o nome *Igreja Nova* tem sua motivação em razão da construção de uma nova igreja em substituição a uma pequena capela sob o padroado de São João Batista que, após um inverno rigoroso, ficou arruinada.

No caso desses cronotopônimos apresentados em (1) e (2), evidenciamos que o nome do município traz a



marca da dinamicidade lexical com as alterações ocorridas na história cronológica da comunidade, expressa pelo modificador novo(a) no signo toponímico, pondo em foco uma nova perspectiva por parte do sujeito-nomeador, num tempo e num espaço determinados, em relação ao lugar que deu origem ao povoamento do atual município.

No caso da *taxe* dos somatopônimos, identificamos quatro nomes alusivos metaforicamente às partes do corpo humano ou animal, quais sejam: Boca da Mata, Olho d'Água do Casado, Olho d'Água das Flores, Olho d'Água Grande. Esses nomes mantêm a memória coletiva, a identidade cultural e a história desses lugares. Essa memória transmitida pode ser coletiva, familiar, simbólica ou mesmo afetiva e nossa identidade é formada também pelas histórias que ouvimos, pelos marcos que herdamos, pelas tradições que carregamos, tudo isso passa por esse fluxo contínuo de memória vivida e compartilhada entre gerações por meio desses signos toponímicos.

Por fim, destacamos que as *taxes* toponímicas dos hodotopônimo e poliotopônimos se mostraram pouco produtivas no *corpus* estudado, apresentando um percentual de 1.9% que corresponde ao registro de apenas uma ocorrência em cada categoria no recorte analisado.

O hodotopônimo *Roteiro* teria a motivação - por sinonímia aproximativa - no fato de se acreditar que os jesuítas descobriram, na região do atual município de Roteiro/AL, o caminho (roteiro) seguido por Dom Pero Fernandes Sardinha, o primeiro bispo do Brasil, que teria sido devorado, antropofagicamente, no litoral de Alagoas pelos índios Caetés.



O poliotopônimo *Colônia Leopodina* teria sido uma homenagem à Maria Leopoldina da Áustria, Imperatriz do Brasil, pela visita de seu filho D. Pedro II à Colônia Militar em 05/01/1860. Essa passagem de Dom Pedro II, em Alagoas, consolidou o povoado e se tornou fato histórico na época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou com suas isoglossas os efeitos de sentidos construídos por parte da sociedade sobre a língua, como também a maneira pela qual o mundo exterior nela se reflete e se refrata em seu léxico toponímico. Nessa direção, percebemos que, desde as primeiras ocupações humanas, em Alagoas, o ato de nomear lugares se enquadra como uma prática discursiva de apropriação de um determinado território. Essa territorialização marcada na toponímia, ao longo do tempo, se apresenta como um recurso importante para o reconhecimento da cultura e da historização de um espaço geográfico.

Após as análises, evidenciamos que os nomes com motivações de natureza antropocultural, com 52 ocorrências, se apresentaram um pouco mais produtivos em relação aos nomes de natureza física, que apresentaram um quantitativo de 50 ocorrências no léxico toponímico municipal.

As taxas dos hagiotopônimos e dos antropotopônimos se mostraram as mais produtivas, com 11 e 8 ocorrências, respectivamente. Neste grupo dos nomes de motivações de natureza antropocultural. Essas escolhas se deram por meio de adesão ao hagiológico da Igreja Católica



Apostólica Romana e por homenagens a personalidades detentoras do poder político-econômico secular em Alagoas e formadoras do pensamento político, geralmente integrantes da classe dominante, e ainda, pela escolha de nomes, apelidos e/ou sobrenomes de famílias de destaque dessa mesma classe social.

Como exposto, quando relacionamos a noção de território e de cultura à Toponímia, percebemos suas interseções, pois os sujeitos-nomeadores não apenas externam pensamentos e sentimentos nas escolhas toponímicas, mas também atuam uns sobre os outros através da linguagem, revelando traços de condutas humanas sociais e culturalmente contextualizadas que remetem às intenções explícitas ou às veladas das relações de poder.

Finalizamos este segundo capítulo, destacando que as motivações toponímicas integram seu caráter híbrido, isto é, da mistura, interação e combinação de processos com gêneses antrópicas, que podem ser identificados como níveis de organização espaço-temporal e, ainda, que os nomes próprios individuais atribuídos a municípios alagoanos não são usados apenas com a função identificadora, mas sobretudo como elemento pragmático de organização social e espacial de demarcação de grupos dominantes e geralmente dirigentes, de uma dada estrutura dominante de poder do Estado, na tentativa de cristalização semântica de um poder local através da atividade linguística, materializado no léxico por meio do signo toponímico.



REFERÊNCIAS

ANDRADE, Karylleila dos Santos. O lugar nos estudos toponímicos: reflexões. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v.25, n.2, p. 585-607, 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/9547>>. Acesso em 19 jul 2024.

BAUMAN, Zygmunt. **A cultura no mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo, SP: Arquivo do Estado, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A dinâmica dos nomes na toponímia da cidade de São Paulo: 1554-1897**. São Paulo: Annablume, 1996.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Atlas toponímico do Brasil: teoria e prática II. **Trama**, v. 3 n. 5, p. 141-155, 2007. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/965>. Acesso em 18 jul 2024.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11. ed. Rio de Janeiro, 2006.

ISQUERDO, Aparecida Negri. **O Fato Linguístico como recorte da realidade sócio-cultural**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1996.



LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico, 14 ed. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

LEBRÓN, A. **What is culture**. *Merit Research Journal of Education and Review*. Vol. 1, p. 126-132, july., p. 552-566. 2013. Disponível em: <https://meritresearchjournals.org/articles/251707072023>. Acesso em: 03 abr. 2025.

MENDONÇA, Carlos Alberto Pinheiro et al. **Enciclopédia Municípios de Alagoas**. 3. ed. amp. e ver. Instituto Arno de Mello. Maceió. Núcleo de Projetos Especiais. 2012, 540 p. Disponível em <<http://www.youblisher.com/p/525211-Enciclopedia-dos-Municipios-de-Alagoas/>>. Acesso em: 10 de ago 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2002.

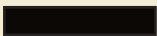
SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SILVEIRA, Roseli da. **Da terra ao mar**: um estudo de microtoponímia caíçara em Iguape/SP. 2015. 244 f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.



TRAPERO, Maximiano. **Para una teoría lingüística de la toponimia:** estudios de toponimia canaria. Las Palmas de Gran Canaria; Universidad, 1995.





CAPÍTULO 3

DO PASSADO AO PRESENTE: MUDANÇAS TOPONÍMICAS DE NOMES DE MUNICÍPIOS ALAGOANOS

Karollyny de Araújo Lima

<https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0003-3069-0754>

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As pesquisas acerca dos nomes de lugares habitados em território alagoano, em uma perspectiva diacrônica, podem contribuir para uma melhor compreensão de diferentes momentos de nomeação toponímica pelos quais passaram os 102 municípios de Alagoas desde o início do povoamento no século XIX à nomeação atual. Além disso, por meio de tais estudos, podemos compreender como essas transformações impactam a memória coletiva, as identidades culturais e os territórios reais ou simbólicos.

A ação antrópica de nomear lugares habitados está repleta de intencionalidades que configura, por fim, na escolha de determinados topônimos. Tais intenções são expressas naturalmente dadas as composições linguísticas destes nomes de aglomerados humanos que refletem diretamente as questões ligadas à história e à realidade em sociedade.

Sob esse viés, este terceiro capítulo apresenta uma descrição-analítica, a respeito da dinâmica de mudança



toponímica na atual macrotoponímia municipal de Alagoas, buscando identificar as possíveis intersecções línguo-culturais constituídas ao longo do tempo na apropriação e organização do espaço alagoano.

Quanto aos aspectos teórico-metodológicos, trata-se de uma pesquisa do tipo bibliográfico e documental de abordagem quali-quantitativa, filiada, em linhas gerais, ao campo da Onomástica, em especial ao modelo taxonômico toponomástico de Dick (1990 e desdobramentos) e no campo dos estudos das mudanças toponímicas parte da proposta de Dauzat (1926) *apud* Melo (2018) e adota o modelo classificatório proposto por Melo (2018).

De forma análoga às pesquisas apresentadas nos dois primeiros capítulos, os nomes oficiais atribuídos aos 102 municípios de Alagoas e foram coletados junto ao Banco de Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2024) e na Enciclopédia Municípios de Alagoas (Mendonça *et al.*, 2012), que reúne informações sobre a história, a cultura, a geografia e a economia dos 102 municípios alagoanos.

UMA PROPOSTA TIPOLÓGICA PARA AS MUDANÇAS TOPONÍMICAS

O léxico toponímico traduz a ativa inter-relação que se estabelece entre língua, cultura e sociedade. Nesse sentido, sua dinâmica de renovação “está condicionada a fatores externos e internos à língua” e essa “[...] está sempre recebendo força centrífuga e força centrípeta em sentidos opostos, não excludentes, mas complementares” (Melo, 2010, p. 118).



Suas unidades léxicas toponímicas se modificam como os demais vocábulos do léxico geral, podendo sofrer mudanças e transformações ocorridas na língua ao longo do tempo. Esse processo garante a continuidade da identidade cultural de uma comunidade, ao mesmo tempo em que permite sua dinâmica para atender às novas realidades.

Ao considerar as mudanças toponímicas, Dauzat (1926) *apud* Melo (2018) agrupa tais mudanças em dois tipos gerais: as substituições e as transformações. A primeira categoria de mudança é subdividida em: i. substituição espontânea, ou seja, natural, resultado do uso popular; ii. substituição sistemática, ou seja, ocorre a partir de escolhas sistemáticas aceitas ou impostas.



Quadro 1 - Tipologia de mudanças propostas por Dauzat (1926) *apud* Melo (2018)

Tipologias	Definição	Subtipologias	Exemplo
Substituições	Quando há a troca de um nome de lugar por outro nome.	Substituição Espontâneas	Garcia (?) > Dois Riachos (1960)
		Substituição Sistemáticas	Canudos (1953) > Belém (1962)
Transformações	Quando ocorre uma mudança no mesmo nome de lugar.		Coité (1954) > Coité do Nóia (1963);

Fonte: Melo; Lima (2022)

É válido, ainda, ressaltar que, só podemos considerar o caráter sistemático da mudança de topônimos quando houver dados históricos que comprovem que a intervenção

do poder público e/ou que a imposição de personalidades locais foram fatores condicionantes à mudança toponímica.

No segundo grupo, as mudanças toponímicas se caracterizam na língua por meio de alterações fonéticas e/ou acidentais, ou apenas mudanças gráficas, resultado da transição de topônimos de um idioma para outro.

Vale destacar, ainda, que o IBGE¹¹, que consiste no órgão oficial responsável pela coleta e pela sistematização de nomes geográficos no Brasil, quanto à alteração de nomes e grafias municipais, numa perspectiva prescritiva, apresenta as seguintes regras: i. Somente o Estado, através de lei estadual, pode alterar o nome de municípios. ii. Somente no caso de lei estadual delegando essa competência aos municípios o IBGE aceita a legislação municipal para realizar a mudança de nome ou grafia.

E ainda, considerando a natureza diversificada dos processos de mudança toponímica municipal, utilizamos as contribuições de Melo (2018), tipologia proposta em sua tese de doutorado, que, ao considerar a realidade toponímica de Alagoas e seu processo histórico de formação inicial, categorizou as mudanças toponímicas, partindo da forma do topônimo primitivo (batismo do aglomerado humano) e a última mudança toponímica que resultou, oficialmente, no atual macrotopônimo municipal.

11 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/27336-alteracoes-toponimicas-municipais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 12 de out. 2021.



Quadro 2 - Tipologia de mudança toponímica proposta por Melo (2018)

Tipologias/Subtipologias		Definição	Exemplo
Mudança total		Corresponde às mudanças por substituição/troca unívoca de um nome por outro.	Lagoa Funda > Belo Monte
Mudança aparente		Corresponde às adaptações na grafia do signo toponímico, nesses casos não há alteração semântica, apenas transformações histórico-ortográficas.	Flecheiras > Flexeiras
Mudança parcial	Transformação por aglutinação	Corresponde à junção dos formantes do signo toponímico que resulta em perda linguística na formação do novo topônimo, porém não há alteração semântica.	Par-de-Conha > Pariconha
	Transformação por acréscimo	Corresponde às mudanças ocorridas no signo toponímico a partir da adição de elementos formativos que se ligam ao núcleo do topônimo anterior, nesses casos há alteração semântica.	Jacaré > <i>Jacaré dos Homens</i>
	Transformação por subtração	Corresponde às mudanças resultantes da supressão de elementos do signo toponímico anterior, nesses casos também há alteração semântica.	Jaramataia dos Barbosa > <i>Jaramataia</i>
	Transformação por permuta	Corresponde à troca de um ou mais elementos do signo toponímico anterior, nesses casos há substituição apenas em parte da estrutura do sintagma toponímico, ocasionando alteração semântica.	Palmeira do Arraial > <i>Palmeira dos Índios</i>

Fonte: Adaptado de Melo; Lima (2022).



Assim, a partir desse modelo taxonômico de mudanças toponímicas, classificaremos, tabelaremos e analisaremos os dados constitutivos do *corpus* dessa pesquisa, considerando que o léxico onomástico-toponímico corresponde a um acervo lexical vivo e funcional que se atualiza continuamente no léxico geral, tornando-se passível de mudanças ao longo do tempo, a depender de fatores que estão intrinsecamente ligados e ativamente presentes no que constitui a língua como algo materialmente vivo. Tal dinâmica pode revelar variações históricas nas relações das pessoas quanto a um dado espaço e as afirmações em relação a esse espaço.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Após a análise dos dados que constituíram o *corpus* deste estudo, evidenciamos que 34 nomes, dos atuais e oficiais 102 nomes atribuídos a municipalidades alagoanas, não apresentaram mudanças, funcionando como topônimos municipais na atual macrotoponímia estudada, quais sejam: (1) Arapiraca, (2) Barra de São Miguel, (3) Branquinha, (4) Cacimbinhas, (5) Cajueiro, (6) Campestre, (7) Campo Grande, (8) Canapi, (9) Capela, (10) Chã Preta, (11) Coqueiro Seco, (12) Coruripe, (13) Feliz Deserto, (14) Inhapi, (15) Jacuípe, (16) Jequiá da Praia, (17) Jundiá, (18) Junqueiro, (19) Lagoa da Canoa, (20) Mar Vermelho, (21) Minador do Negrão, (22) Murici, (23) Novo Lino, (24) Olho d'Água das Flores, (25) Paripueira, (26) Piaçabuçu, (27) Pilar, (28) Porto Real do Colégio, (29) Quebrangulo, (30) Santana



do Ipanema, (31) São Brás, (32) São José da Tapera, (33) São Luís do Quitunde e (34) Tanque d'Arca.

Esses macrotopônimos não foram afetados durante o processo de formação histórica da macrotoponímia municipal de Alagoas, permanecendo inalterados em suas formas na sincronia atual, seguindo uma orientação conservadora que mantém e arquiva aspectos de uma memória toponímica local. Essa preservação vai muito além da permanência de um nome de lugar; trata-se de valorizar as expressões identitárias e as dinâmicas sociais que moldaram e ainda moldam o território alagoano.

No entanto, cumpre destacar que os municípios de Capela, Jacuípe, Pilar e Quebrangulo, durante o processo de seus surgimentos como lugarejos/povoados (início de povoamento desses espaços pelo ação antrópica) até a conquista da emancipação político-administrativa desses territórios, apresentaram mudanças entre nomes antigos e nomes novos. Porém, no ato da emancipação, recuperaram e mantiveram, na sincronia atual, os seus topônimos primitivos. Sendo assim, neste estudo, consideramos que os nomes desses municípios se apresentaram sem alteração toponímica, visto que o topônimo primitivo corresponde ao macrotopônimo atual.

Quanto aos 68 municípios que apresentaram mudanças toponímicas, evidenciamos que 45 municípios apresentaram mudança total em sua nomenclatura, 19 municípios apresentaram mudança parcial em seus atuais macrotopônimos e 4 municípios apresentaram mudança aparente.



A seguir, apresentaremos em três quadros-descritivos essa dinâmica de mudança da seguinte forma: o nome destacado em *itálico* corresponde ao atual e oficial macrotopônimo do município após as mudanças toponímicas ocorridas durante todo o processo de sua emancipação político-administrativa; a data apresentada entre parênteses corresponde ao ano de registro da mudança administrativa que instituiu a mudança toponímica e, logo abaixo, inserimos as classificações de ordem motivadora semântico-taxonômica de todos os topônimos vinculados a esses processos, sem exceção. As taxes foram dispostas em *itálico* e também entre parênteses, para melhor visualização, a fim de ressaltar sua importância para/nesse trabalho.



UM OLHAR PARA AS MUDANÇAS TOTAIS (MT)

Nesta subseção, realizaremos a exploração da ocorrência dos processos de Mudanças Totais (doravante MT) que se deram no complexo macrotoponímico municipal alagoano. Tais mudanças ocorreram por meio de substituição integral de um topônimo por outro. A seguir, o Quadro 1 mostra as incidências de MT nos nomes dos municípios alagoanos e, quando possível, tomando o fator temporal apresenta as datas históricas de efetivação das permutas, como também expõe as classificações semântico-taxonômicas que contribuíram para as análises na esfera motivacional.

Quadro 1 - Ocorrências de mudanças toponímicas totais nos nomes dos municípios alagoanos

Processos de mudanças (MT)
Canudos (1953) > <i>Belém</i> (1962); (<i>Fitotopônimo</i>) ¹² > (<i>Corotopônimo</i>)
Lagoa Funda (1885) > <i>Belo Monte</i> (1958); (<i>Hidrotopônimo</i>) > (<i>Animotopônimo Eufórico</i>)
Santa Rita (?) ¹³ > <i>Boca da Mata</i> (1957); (<i>Hagiotopônimo</i>) > (<i>Somatopônimo</i>) Garcia (?) > <i>Dois Riachos</i> (1960); (<i>Hidrotopônimo</i>) > (<i>Numerotopônimo</i>) Mocambo (1938) > <i>Feira Grande</i> (1954); (<i>Sociotopônimo</i>) > (<i>Sociotopônimo</i>)
Ponta das Pedras (?) > <i>Oitizeiro</i> (?) > <i>Triunfo</i> (1890) > <i>Igreja Nova</i> (1928); (<i>Litotopônimo</i>) > (<i>Fitotopônimo</i>) > (<i>Animotopônimo eufórico</i>) > (<i>Cronotopônimo</i>)
Urucu (1911) > <i>Joaquim Gomes</i> (1962); (<i>Fitotopônimo</i>) > (<i>Antropotopônimo</i>)
Sertãozinho (1937) > <i>Major Isidoro</i> (1949); (<i>Sociotopônimo</i>) > (<i>Antropoaxiotopônimo</i>)
Gamela (?) > <i>Isabel</i> (1875) > <i>Maragogi</i> (1892); (<i>Ergotopônimo</i>) > (<i>Antropotopônimo</i>) > (<i>Hidrotopônimo</i>)
Cova de Defuntos (?) > <i>Maravilha</i> (1958); (<i>Necrotopônimo</i>) > (<i>Animotopônimo eufórico</i>)
Curralinho (?) > <i>Floriano</i> (1938) > <i>Messias</i> (1962); (<i>Sociotopônimo</i>) > (<i>Antropotopônimo</i>) > (<i>Hiero-hagiotopônimo</i>)
Guaribas (1958) > <i>Monteirópolis</i> (1960); (<i>Zootopônimo</i>) > (<i>Antropotopônimo</i>)

12 As palavras destacadas em *itálico* correspondem à identificação da taxionomia toponímico-onomástica segundo modelo de Dick (1990) e contribuições.

13 O símbolo “?” indica que as datas de institucionalização da mudança toponímica não foram detectadas em nossas consultas, como também não há registro com datas anteriores às que apresentaram o primeiro registro datado de mudança toponímica evidenciado em nossas pesquisas.

Processos de mudanças (MT)

Riacho do Meio (?) > Vila Nova da Assembleia (?) > Assembleia (1835) > Viçosa (1890) > Assembleia (1943) > Viçosa (1949); (Hidrotopônimo) > (Cronotopônimo) > (Sociotopônimo) > (Fitotopônimo) > (Sociotopônimo) > (Fitotopônimo)

Olho d'Água do Cajueiro (?) > Olho d'Água do Chicão (?) > Ouro Branco (1962); (Hidrotopônimo) > (Hidrotopônimo) > (Litotopônimo)

Bola (?) > Estrela (?) > Estrela de Alagoas (1989); (Ergotopônimo) > (Astrotopônimo) > (Astrotopônimo)

Japarutuba da Praia (?) > Japarutuba (1911) > Japaratinga (1960); (Hidrotopônimo) > (Hidrotopônimo) > (Hidrotopônimo)

Pedra (1938) > Delmiro (1943) > Delmiro Gouveia (1952); (Litotopônimo) > (Antropotopônimo) > (Antropotopônimo)

Vila da Madalena (1611) > Madalena de Sabaúna (?) > Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul (?) > Alagoas do Sul (?) > Alagoas (?) > Madalena (1633) > Alagoas (1823) > Marechal Deodoro (1939) > Deodoro (1939) > Marechal Deodoro (1939); (Poliotopônimo) > (Antropotopônimo) > (Hagiotopônimo) > (Hidrotopônimo) > (Hidrotopônimo) > (Antropotopônimo) > (Hidrotopônimo) > (Antropotopônimo) > (Antropotopônimo)

Capim (1954) > Olivença (1958); (Fitotopônimo) > (Antropotopônimo) Retiro de Cima (?) > Palestina (1962); (Sociotopônimo) > (Corotopônimo) Jaciobá (?) > Pão de Açúcar (1877); (Fitotopônimo) > (Morfotopônimo)

Lourenço de Cima (?) > Paulo Jacinto (1953); (Antropotopônimo) > (Antropotopônimo)

Tapera (?) > Piranhas (1949); (Ecotopônimo) > (Zootopônimo)

Bom Sucesso (?) > Santo Antônio dos Quatro Rios (?) > Porto Calvo (1889); (Animotopônimo Eufórico) > (Hagiotopônimo) > (Sociotopônimo)

Santa Luzia do Norte (1830) > Rio Largo (1915) > Santa Luzia do Norte (?) > Rio Largo (1938); (Hagiotopônimo) > (Hidrotopônimo) > (Hagiotopônimo) > (Hidrotopônimo)

Livramento (?) > Roteiro (1963); (Animotopônimo Eufórico) > (Hodotopônimo)

Nossa Senhora Mãe do Povo (?) > São Miguel dos Milagres (1960); (Hagiotopônimo) > (Hagiotopônimo)



Processos de mudanças (MT)

Salomé (1890) > São Sebastião (1960); (Antropotopônimo) > (Hagiotopônimo aparente)

Carrapato (?) > Satuba (1960); (Zootopônimo) > (Zootopônimo)

Usina (1945) > Riacho Grande (?) > Senador Rui Palmeira (1982); (Sociotopônimo) > (Hidrotopônimo) > (Antropoaxiotopônimo)

Vila São Jorge (?) > Feira Nova (?) > Teotônio Vilela (1986); (Poliotopônimo) > (Sociotopônimo) > (Antropotopônimo)

Porto da Folha (1885) > Traipu (1892); (Sociotopônimo) > (Hidrotopônimo)

> São João (?) > Missão Nova (?) > Piquete (1936) > Horizonte (1950) > Ibateguara (1957); (Hagiotopônimo) > (Cronotopônimo) > (Sociotopônimo) > Animotopônimo Eufórico > Geomorfotopônimo)

Cumbe (?) > Mata do Pau Grande (?) > Nossa Senhora da Saúde de Tacaratu (1808) > Mata Grande (1837) > Paulo Afonso (1860) > Mata Grande (1902) > Paulo Afonso (1911) > Mata Grande (1929); (?) > (fitotopônimo) > (Hagiotopônimo) > (Fitotopônimo) > (Antropotopônimo) > (Fitotopônimo) > (Antropotopônimo) > (Fitotopônimo)

Arraial dos Palmares (1692) > Arraial de Nossa Senhora das Brotas (1701) > Vila de Atalaia (1764) > Atalaia (1891); (Poliotopônimo) > (Poliotopônimo) > (Poliotopônimo) > (Antropotopônimo)

Belo Horizonte (1937) > Ponciano (1943) > Girau do Ponciano (1958); (Animotopônimo Eufórico) > (Antropotopônimo) > (Ergotopônimo)

Cerca Real dos Macacos (?) > Macacos (?) > Santa Maria Madalena (?) > Vila Imperatriz (?) > Vila Nova da Imperatriz (?) > União (1890) > União dos Palmares (1944); (Ergotopônimo) > (Zootopônimo) > (Hagiotopônimo) > (Poliotopônimo) > (Poliotopônimo) > (Sociotopônimo) > (Sociotopônimo) Belo Monte (1886) > Vila de Batalha (1947) > Batalha (1952); (Animotopônimo Eufórico) > (Poliotopônimo) > (Historiotopônimo)

Mosquito (1908) > Campo Alegre do Mosquito (1911) > Campo Alegre (1936) > Mosquito (1943) > Campo Alegre (1960); (Zootopônimo) > (Fitotopônimo) > (Fitotopônimo) > (Zootopônimo) > (Fitotopônimo)



Processos de mudanças (MT)
Olho d'Água (1920) > Olho D'Água dos Acioli (1937) > Igaci (1957); (Hidrotopônimo) > (Hidrotopônimo) > (Hidrotopônimo)
Campo dos Arrozaís dos Inhaúns (?) > Vila Nova de São João de Anadia (1799) > Vila Nova de Anadia (1801) > Anadia (1895); (Fitotopônimo) > (Poliotopônimo) > (Poliotopônimo) > (Antropotopônimo)
Vila de São Francisco (1636) > Penedo do Rio São Francisco (?) > Maurícia (?) > Penedo (1842); (Poliotopônimo) > (Litotopônimo) > (Antropotopônimo) > (Litotopônimo)
Poço da Caatinga (?) > Poço da Casa de Maribondos (?) > Maribondo (1962); (Hidrotopônimo) > (Hidrotopônimo) > (Zootopônimo)
Cana Brava (1937) > Taquarana (1943) > Cana Brava dos Paes (1954) > Taquarana (1962); (Fitotopônimo) > (Fitotopônimo) > (Fitotopônimo) > (Fitotopônimo)
Outeiro de São Bento (séc. XVII) > Santa Luzia de Siracusa (?) > Santa Luzia do Norte (1962). (Sociotopônimo) > (Hagiotopônimo) > (Hagiotopônimo)



Fonte: Autora (2024)

A partir do Quadro 1, pudemos observar que essas MTs se configuram como escolhas sistemáticas e que, muitas vezes, não apresentam uma ligação real ou simbólica com o lugar. Geralmente, são escolhas impostas à comunidade por conveniência do sujeito-nomeador ou por conveniência de determinados grupos sociais a ele vinculados.

Como exemplo dessas escolhas sistemáticas, podemos citar o caso do município de Belém, que se chamava Canudos, fitotopônimo em virtude de seus moradores usarem um vegetal de mesmo nome para confeccionar seus cachimbos (IBGE, 2024). Com efeito, podemos perceber ainda que essas permutas toponímicas apresentaram como

centro de força o poder político-econômico, revelando ideologias de determinados grupos sociais superpostas às outras de grupos subjugados. Podendo ser um indicativo de uma tentativa de apagamento de uma memória social e histórica local. Temos como exemplo dessa concepção de mudança o processo de nomeação do município de Monteirópolis, em que a Lei nº 2.250, de 15 de junho de 1960, concedeu autonomia administrativa a Guaribas, mudando-lhe o nome para antropotopônimo *Monteirópolis*. Esse nome foi escolhido para homenagear um dos seus grandes benfeitores e fundador, José Domingos Monteiro (IBGE, 2024).

Ao observarmos a classificação semântica taxonômica-toponímica, notamos que, na maioria dos processos de mudanças, o topônimo primitivo marca a representatividade natural do local, aspectos referentes à vegetação, ao relevo, à hidrografia e à fauna foram evidenciados nesses topônimos, já que as taxas de natureza física, como os fitotopônimos, os hidrotopônimos, os zootopônimos, averiguados no primeiro denominador, se fizeram mais recorrentes.

Nessa direção, as taxas que nos revelaram essa visão foram: os antrotopônimos, os sociotopônimos, os poliotopônimos e os hagi-topônimos. Dessa forma, inferimos que o princípio temporal e os elementos de constituição cultural e social condicionaram tais mudanças, no que compreende o eixo motivador da escolha toponímica.

Esses padrões verificados nos dados expostos, em que o primeiro nome exprime princípios de formação do solo local, já o último, como verificamos, representa a for-



ça das homenagens para com autoridades locais, pode ser exemplificado pela mudança toponímica do município de Delmiro Gouveia: Pedra (1938) > Delmiro (1943) > *Delmiro Gouveia* (1952). A saber, o topônimo primitivo, o litotopônimo, Pedra, foi dado ao local por causa das grandes rochas existentes no lugar, pois era abundante entre as características naturais. Já o topônimo atual, o antropotopônimo, *Delmiro Gouveia*, foi escolhido a fim de homenagear a figura do empreendedor local, Delmiro Gouveia (IBGE, 2024).

UM OLHAR PARA AS MUDANÇAS PARCIAIS (MP)

Nesta subseção, realizaremos a exploração da ocorrência dos processos de mudanças parciais (doravante MP) que ocorreram no complexo macrotoponímico municipal alagoano.

Tais mudanças se deram pelas transformações da estrutura formal do sintagma toponímico dado o fator tempo. É fundamental analisá-las em sua relação com a memória coletiva e a construção histórica desses lugares, reconhecendo seu impacto para a construção identitária do município, não apenas como elementos acessórios de mudanças, mas como marcadores simbólicos do tempo e da história.

A seguir, apresentamos o Quadro 2 que mostra as ocorrências de mudanças toponímicas, no que se refere à categorização no eixo das MPs nos nomes dos municípios alagoanos. Em sequência, no mesmo quadro, também expo-



mos a classificação semântico-taxonômica que resultou dos fatores motivacionais, em âmbito físico e antropocultural.

Quadro 2 - Ocorrências de mudanças toponímicas parciais nos nomes dos municípios alagoanos.

Tipologia	Subtipologia	Processos de Mudanças (MP)
Mudança Parcial	Transformação por aglutinação	Par-de-Conha (?) > Pariconha (1989). (Numerotopônimo) > (Fitotopônimo)
	Transformação por acréscimo	Coité (1954) > Coité do Nóia (1963); (Fitotopônimo) > (Fitotopônimo)
		Jacaré (?) > Jacaré dos Homens (1957); (Zootopônimo) > (Zootopônimo)
		Leopoldina (1889) > Colônia Leopoldina (1943); (Antropotopônimo) > (Sociotopônimo)
		Limoeiro (1865) > Limoeiro de Anadia (1943); (Fitotopônimo) > (Fitotopônimo)
		Mundaú-Meirim (1911) > Mundaú-Mirim (1938) > Santana do Mundaú (1960); (Hidrotopônimo) > (Hidrotopônimo) > (Hagiotopônimo autêntico)
		São Miguel (?) > São Miguel dos Campos (1864). (Hagiotopônimo) > (Hagiotopônimo autêntico)
	Transformação por subtração	Barra de Santo Antônio Grande (1937) > Barra de Santo Antônio (1960); (Geomorfotopônimo) > (Geomorfotopônimo)
		Cacimba do Carneiro (?) > Carneiro (?) > Carneiros (1960); (Hidrotopônimo) > (Zootopônimo) > (Zootopônimo)
		Craíba dos Nunes (?) > Caraíba (1938) > Craíba (1943) > Craibas (1982); (Fitotopônimo) > (Fitotopônimo) > (Fitotopônimo) > (Fitotopônimo)



Tipologia	Subtipologia	Processos de Mudanças (MP)
Mudança Parcial	Transformação por subtração	Jaramataia dos Barbosa (?) > <i>Jaramataia</i> (1962); (<i>Fitotopônimo</i>)> (Fitotopônimo)
		Matinha de Água Branca (?) > <i>Água Branca</i> (1919); (Fitotopônimo) > (Hidrotopônimo)
		Pindoba Grande (?) > Vila Pindoba Grande (?) > Pindoba (1911) > Pindoba Grande (1938) > Pindoba (1957); (Fitotopônimo) > (Poliotopônimo) > (Fitotopônimo) > (Fitotopônimo) > (Fitotopônimo)
	Transformação por permuta	Laje do Canhoto (1876) > <i>São José da Laje</i> (1920); (Litotopônimo) > (Hagiotopônimo autêntico) <i>Matriz de Camaragibe</i> (?) > <i>Passo de Camaragibe</i> (1864) > <i>Passo</i> (1880) > <i>Passo de Camaragibe</i> (1911) > <i>Camaragibe</i> (1912) > <i>Passo de Camaragibe</i> (1938); (<i>Hierotopônimo</i>) > (<i>Sociotopônimo</i>) > (<i>Sociotopônimo</i>) > (<i>Sociotopônimo</i>) > (<i>Hidrotopônimo</i>) > (<i>Sociotopônimo</i>) Olho d'Água da Abóbora (?) > <i>Olho d'Água Grande</i> (1962); (<i>Hidrotopônimo</i>) > (<i>Hidrotopônimo</i>) Palmeira do Arraial (?) > <i>Palmeira dos Índios</i> (1889); (<i>Fitotopônimo</i>) > (<i>Fitotopônimo</i>) Passo de Camaragibe (?) > <i>Matriz Camaragibe</i> (1958); (<i>Sociotopônimo</i>) > (<i>Hierotopônimo</i>) Porto Real (?) > Águas Belas (?) > <i>Porto de Pedras</i> (1868). (<i>Sociotopônimo</i>) > (<i>Hidrotopônimo</i>) > (<i>Sociotopônimo</i>)

Fonte: Autora (2024).



Ao observarmos os dados mostrados no Quadro 2, percebemos que esses padrões de mudanças se configuram como uma tentativa de supressão sócio-histórica e cultural dos espaços habitados, uma vez que, desconfigura, mesmo que em partes, os topônimos que, anteriormente, foi dado popularmente a esses locais por representar traços identitários com relação à vegetação, à fauna, à constituição do solo e à hidrografia que ali se faziam presentes no topônimo primitivo. A partir da inserção de constituintes na estrutura formal desses topônimos, detectamos homenagens a figuras importantes, como fundadores e/ou os primeiros proprietários de terras, autoridades políticas e figuras religiosas de grande devoção local. Temos como exemplo dessa constatação o processo toponímico do município de Coité do Nóia: Coité (1954) > *Coité do Nóia* (1963), que anteriormente tinha sua denominação ligada apenas às características naturais de vegetação da localidade, e, posteriormente, adotou, por motivos de homenagem à família pioneira do lugar, o seu topônimo atual (IBGE, 2024).

Apesar dessa prática toponímica de suprimir os designativos frutos da escolha espontânea dos primeiros habitantes com o passar do tempo, ainda assim podemos evidenciar a força identitária da própria história línguocultural dessas localidades em seus ciclos de formação e até a sua autonomia, haja vista que parte dos processos de mudanças toponímicas, ao serem classificados pela ordem motivacional, se mantiveram semântica-taxonomicamente, apesar das transformações parciais ocorridas (ou impostas).



UM OLHAR PARA AS MUDANÇAS APARENTES (MAP)

Como já explicamos, as mudanças aparentes, de acordo com Melo (2018), retratam apenas as adequações gráficas que o vocábulo toponímico sofre ao longo dos tempos. Assim, nesta subseção, demonstraremos os casos em que ocorreram mudanças toponímicas aparentes (doravante MAP) que nos nomes dos municípios alagoanos.

De forma análoga às subseções anteriores, a seguir, apresentaremos o Quadro 3 que mostra as ocorrências de mudanças toponímicas no que se refere às MAPs no complexo macrotoponímico municipal alagoano.

Quadro 3 - Ocorrências de mudanças toponímicas aparentes nos nomes dos municípios alagoanos

Processos de Mudanças (MAP)
Flecheiras (?) > <i>Flexeiras</i> (1960); (<i>Fitotopônimo</i>) > (<i>Fitotopônimo</i>) Maçayó (?) > <i>Maceió</i> (1839); (<i>Litotopônimo</i>) > (<i>Litotopônimo</i>)
Olhos D'Água do Casado (1962) > <i>Olho D'Água do Casado</i> (1962); (<i>Hidrotopônimo</i>) > (<i>Hidrotopônimo</i>)
Poço Trincheira (1936) > <i>Poço das Trincheiras</i> (1937). (<i>Hidrotopônimo</i>) > (<i>Hidrotopônimo</i>)

Fonte: Autora (2024).

Podemos observar que essas mudanças categorizadas como aparentes apresentaram pouca produtividade na dinâmica de mudança da macrotoponíma municipal alagoana. Nesses quatro casos de mudanças aparentes, notamos



que os ajustes realizados nas formas constituintes dos topônimos foram mínimos, tanto em nível gráfico, fonético/fonológico e até mesmo etimológico. A exemplo, referente à etimologia, houve uma adequação linguística no processo de mudança do município de *Maceió*, onde este topônimo atual tem traços de origem tupi, já que ele é uma tradução de seu primeiro topônimo, *Maçayó* que significa “o que tapa o alagadiço” na língua indígena (IBGE, 2024).

Nesse particular, evidenciamos que o condicionante para essas mudanças foram as escolhas sistemáticas impostas pela elevação de autonomia político-administrativa dessas localidades¹⁴. Ou seja, com a elevação à condição de distrito, no caso de *Maceió*, por meio da resolução régia obtida em 09 de junho de 1819; à condição de município, nos casos de *Olho d'Água do Casado*, alcançada pela Lei n.º 2. 459 de 22 de agosto de 1962 e *Poço das Trincheiras*, elevado à categoria de sede municipal pela Lei n.º 2.100 em 15 de fevereiro de 1958 (IBGE, 2024).

Quanto à classificação toponímico-onomástica, constatamos que, nos casos de MAPs analisados, durante o processo de adaptação fono-morfológica e gráfica das formas toponímicas apresentadas no Quadro 3, as taxonomias primitivas, todas de ordem motivadoras de natureza física, se mantiveram inalteradas, reafirmando o valor semântico de suas escolhas.

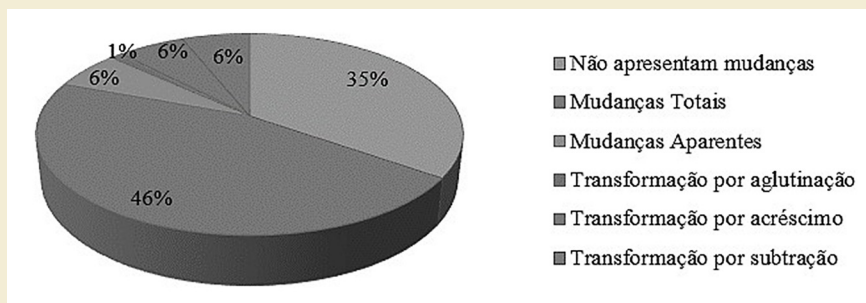
¹⁴ Com exceção do município de *Flexeiras*, já que de acordo com as fontes históricas consultadas, não se sabe, ao certo, as razões que justificassem a mudança na grafia desse macrotopônimo.



UM TRATAMENTO QUANTITATIVO PARA OS DADOS ANALISADOS

A seguir, o Gráfico 1 põe em evidência o resultado geral das mudanças toponímicas, de acordo com a divisão em categorias realizadas.

Gráfico 1. Resultado percentual das mudanças toponímicas



Fonte: Melo, Lima (2022).

O Gráfico 1 revela o percentual da dinâmica das mudanças toponímicas averiguadas de acordo com a proposta de Melo (2018), quais sejam: a incidência de 46% de MT, o somativo de 13% em MP e 6% de MAP registradas. Eles desvelaram, a nosso ver, que tais resultantes do processo de nomeação, permanência e mudança dos nomes dos municípios de Alagoas puderam instalar novas formas de dizeres e implicam uma avaliação do ponto de vista sócio-político, sendo sempre marcadas de relações desiguais de poder dentro da sociedade alagoana em fator temporal.

No que tange aos municípios que apresentaram uma dinâmica de mudança toponímica, podemos dizer que há

uma tendência inovadora de troca e/ou alteração do nome primitivo, ao longo do tempo, até a oficialização dos nomes dessas municipalidades na sincronia atual. Essas transformações traduzem um modo de vida caracterizado por mudanças constantes, orientadas por um tempo e espaço no território de Alagoas.

Ainda, quanto ao caráter sistemático ou espontâneo dessa dinâmica de mudanças, observando o primeiro topônimo adotado e o respectivo atual topônimo na macrotoponímia municipal alagoana, podemos dizer que, enquanto fator de escolha do sujeito-nomeador para a troca do primeiro nome por outro, obtivemos o percentual de 68% de mudanças toponímicas sistemáticas e 32% de mudanças toponímicas espontâneas.

A partir dos dados analisados quali-quantitativamente, evidenciamos que a dinâmica das mudanças toponímicas, na macrotoponímia municipal de Alagoas, se mostrou efetiva desde o período de povoamento (aglomerações humanas iniciais) até a conquista de sua emancipação político-administrativa (municípios atuais), marcadas por uma toponímia múltipla, resultante da simultaneidade desses tipos de mudanças. Ainda foi possível observar que as questões regionais, de natureza geoespacial, cultural e social, foram condicionadores para a produção das mudanças toponímicas. Com efeito, essas mudanças imbricam traços e peculiaridades das mesorregiões e microrregiões alagoanas.

No que diz respeito aos fatores externos (extralinguísticos), as narrativas e as evoluções sócio-econômico-culturais foram percebidas como um dos elementos extralinguísticos



mais atuantes nesse processo de dinamização lexical, ou seja, no processo de nomeação municipal de Alagoas, os elementos que contribuíram com as mudanças dos designativos atribuídos aos municípios foram as escolhas motivadas por contextos da valoração à história local e, até mesmo, das homenagens realizadas. É o caso do dinamismo referente à nomeação de União dos Palmares: Cerca Real dos Macacos (?) > Macacos (?) > Santa Maria Madalena (?) > Vila Imperatriz (?) > Vila Nova da Imperatriz (?) > União (1890) > *União dos Palmares* (1944). A saber, quando passou à categoria de cidade, em 1889, começou a ser chamada União, em virtude de servir de ponto de ligação entre Alagoas e Pernambuco no ramal da via férrea. Em 1944, porém, adotou o atual nome de União dos Palmares em homenagem ao famoso Quilombo dos Palmares que abrigou em suas terras (IBGE, 2024).

Já em relação aos fatores internos (intralinguísticos), parecem-nos que os mecanismos composicionais proporcionam ao usuário da língua diversas possibilidades nas combinações para formação do signo toponímico, correlacionando às estruturas que conectam os processos composicionais aos aspectos sociais valorativos definidores da identidade subjetiva do sujeito- nomeador. Assim, foi possível observar diversas modificações feitas durante a formação dos municípios de Alagoas com as adequações, substituições e transformações ocorridas nos designativos ao longo do tempo.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A macrotoponímia municipal alagoana se revelou de caráter inovador, ou seja, passível às mudanças, às alterações e às transformações de seus macrotopônimos no cenário linguístico-histórico, comprovando a plurissignificação do nome de município dentro da atividade toponomástica, materializando representações de hábitos, de valores sócio-histórico-culturais e políticos que fazem parte da memória coletiva do lugar e dos povos que o habitam.

No que diz respeito ao caráter contributivo desse estudo, destacamos seu caráter original dentro do campo das pesquisas diacrônicas acerca do processo de mudança toponímicas brasileiras. Nessa direção, os aspectos das mudanças toponímicas municipais aqui apresentados puderam desvelar, como um fenômeno dinâmico e social, fatores linguísticos e extralinguísticos relevantes do estado de Alagoas, quais sejam traços identitários, geográficos, línguo-histórico-culturais, narrativas políticas e de constituição formativa do território alagoano.

Por fim, ressaltamos que esta pesquisa sobre o processo de mudança na toponímia alagoana tem importância indiscutível na área dos estudos do léxico. Sendo assim, cremos que este terceiro capítulo apresenta uma temática significativa para o campo da Linguística por avivar um tema pouco estudado em Alagoas e por aplicar o modelo taxionômico de Dick (1990 e desdobramentos) em um *corpus* autêntico ainda não estudado diacronicamente, assim se tornando relevante à medida que poderá fornecer, enquanto reflexão científica,



possíveis desdobramentos para a especialidade em questão ou a áreas correlatas de estudo da linguagem.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS E EM DADOS E INFORMAÇÕES. Disponível em: <https://dados.al.gov.br/>. Último acesso em: 31 jul. 2024.

BRASIL. **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/?lang=&coduf=27&search=alagoas>. Último acesso em: 31 jul. 2024.

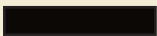
DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira.** São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, Edições Arquivo do Estado, 1990.

MENDONÇA, Carlos Alberto Pinheiro et al. **Enciclopédia Municípios de Alagoas.** 3. ed. amp. e ver. Instituto Arno de Mello. Maceió. Núcleo de Projetos Especiais. 2012, 540 p. Disponível em <<http://www.youblisher.com/p/525211-Enciclopedia-dos-Municipios-de-Alagoas/>>. Acesso em: 31 jul. 2024.

MELO, P. A. G. de; LIMA, Karollyny de Araújo. Olhando o passado para conhecer o presente da macrotoponímia municipal de Alagoas. **Revista do GEL**, v. 19, n. 1, p. 165-186, 2022. Disponível em: < <https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/3364>>. Último acesso em 16 ago 2024.

MELO, Pedro Antonio Gomes de. **Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) - municípios e seus aspectos linguísticos e extralinguísticos.** 2018. 360 f. Orientador: Prof. Dr. Manoel M. A. da Silva. Tese (Doutorado em Letras: Estudos Linguísticos) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2018.





CAPÍTULO 4

MOTIVAÇÕES DOS NOMES DE ALGUNS POVOADOS DO MUNICÍPIO DE FEIRA GRANDE/ALAGOAS

Renata dos Santos Tenório

<https://orcid.org/0009-0005-9052-723X>

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A denominação de lugares, seja de um acidente físico ou de um acidente humano, é uma ação antrópica realizada desde a antiguidade até os dias atuais, passando assim, por várias gerações e produzindo memórias. Diante dessa perspectiva, vemos que esse processo de nomeação possibilita a individualidade real ou simbólica e, por conseguinte, a identificação particularizada de um dado lugar nomeado pelo topônimo a ela atribuído.

Neste particular, este quarto capítulo apresentará uma descrição-analítica toponomástica, em uma perspectiva sincrônica, de um recorte do léxico toponímico de Alagoas constituído pelos dez nomes dos povoados¹⁵ do município de Feira Grande/AL, levando em consideração



15 Na obra *Toponímia alagoana: recortes e abordagens*, os lugares habitados classificados como povoados foram tipificados conforme os critérios utilizados pelo IBGE (2023), ou seja, um povoado corresponde a uma localidade que tem caráter definidor de aglomerado rural isolado, com instalações de bens de consumo, serviços ou equipamentos: escola, posto de saúde,

alguns aspectos linguísticos e extralinguísticos relacionados a esse acervo lexical.

Seguindo a mesma metodologia das pesquisas, até então, aqui apresentadas, o *corpus* deste estudo foi constituído a partir de consultas junto ao Banco de Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE¹⁵(2022) e na Carta topográfica da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio – SEPLAG¹⁶ (2023). Assim como as outras pesquisas, trata-se de um estudo toponímico de vertente lexicológica de cunho bibliográfico, de abordagem quali-quantitativa, fundamentada pelos princípios teórico-metodológicos da Toponímia tradicional, em especial a proposta de categorização de Dick (1990 e desdobramentos atuais) em diálogo com a Linguística geral.

Quanto à justificativa para a realização de pesquisas sobre nomes de povoados em Alagoas, entre outras, podemos citar que, diferentemente dos estudos sobre os nomes de municípios que, geralmente, apresentam farta documentação, os povoados alagoanos e seus nomes, quase sempre, não têm registros escritos para explicar suas origens toponímicas.

Sendo assim, a história destes topônimos se constitui em um fundo de memória que são contadas por populares que viveram/vivem nestes lugares e passadas de geração a geração. Com efeito, esta pesquisa, de fonte primária, se

igreja, dente outros serviços. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/al/feira-grande.html>>. Acesso 10 jul 2024.

16 Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/zh_CN/dataset/municipio-de-feira-grande>. Acesso 10 jul 2024.



torna de suma relevância, permitindo a (re)construção da toponímia regional que muitos desconhecem.

Este texto está dividido em três seções: a primeira seção apresenta o *locus* da pesquisa, trazendo uma breve caracterização da geografia física e da formação histórica do município de Feira Grande/AL; a segunda seção apresenta conceitos basilares da fundamentação teórica utilizada: a Toponímia e a terceira seção expõe a análise quali-quantitativa e a discussão dos resultados. Por último, serão apresentadas as considerações finais e as referências.

O LÓCUS DA PESQUISA: ASPECTOS FÍSICOS E ANTROPOCULTURAIS DO MUNICÍPIO DE FEIRA GRANDE/AL

O município de Feira Grande faz parte do estado de Alagoas, está localizado na Região Geográfica Intermediária de Arapiraca, dentro da Região Geográfica Imediata de Arapiraca, seus habitantes são denominados pelo adjetivo gentílico feira-grandenses.

No mundo toponomástico, o nome dessa referida unidade político-administrativa municipal de Alagoas é um macrotopônimo, quando comparado com os topônimos (microtopônimos) que identificam lugarejos, povoados, vilas, distritos, aldeias, etc. que dele fazem parte do município de Feira Grande e caracteriza como um sociotopônimo descritivo que tem sua motivação toponímica em referência à feira pública semanal, local “considerada, à época, uma das maiores (talvez a maior) que se realizava no interior do



agreste de Alagoas e se expandia aos povoados e vilas das imediações” (Melo, 2018, p. 211).

Com base no IBGE (2024), sua área territorial se estende por 175,906 Km² e engloba uma população estimada em 22.192 habitantes (2021). É vizinho dos municípios de Lagoa da Canoa, São Sebastião e Arapiraca, e situa-se a 15 km ao norte-oeste de São Sebastião.

Quanto aos aspectos da paisagem urbana do município, ele apresenta 7.8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 52.3% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 63 de 102, 68 de 102 e 82 de 102, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 4550 de 5570, 4051 de 5570 e 3854 de 5570, respectivamente (IBGE, 2023).

Em relação a sua geografia física, de acordo com dados divulgados pelo CPRM – Serviço Geológico do Brasil, sobre o município de Feira Grande, seu relevo:

[...] faz parte da unidade dos Tabuleiros Costeiros (cerca de 70%). Esta unidade acompanha o litoral de todo o Nordeste, apresenta altitude média de 50 a 100 metros. Compreende platôs de origem sedimentar, que apresentam grau de entalhamento variável, ora com vales estreitos e encostas abruptas, ora abertos com encostas suaves e fundos com amplas várzeas. De modo geral, os solos são



profundos e de baixa fertilidade natural. O restante da área do município (cerca de 30%), se insere na unidade geoambiental das Superfícies Retrabalhadas, formada por áreas que têm sofrido retrabalhamento intenso, com relevo bastante dissecado e vales profundos e altitudes variando entre 100 e 600 metros (Brasil, 2005, p. 4).

No que diz respeito a sua vegetação, apresenta-se tipo Floresta Subperenifólia, com partes de Floresta Subcaducifólia e cerrado/ floresta, com bioma Caatinga e Mata Atlântica, possui uma área vegetal um pouco escassa, com plantas xerófilas, principalmente cactáceas, contudo, a fauna e flora são bem diversificadas, apresentando uma biodiversidade única e particular.

No âmbito antropocultural de sua história, do seu povoamento, Melo (2018) explica- nos que:

A fundação da localidade é atribuída a Francisco José Gonçalves que fixou residência no local, atraindo outras famílias para povoar a região dada à fertilidade do solo e à localização geográfica privilegiada. Nessa época, o lugar era conhecido como *Mocambo*, devido ao ajuntamento de escravos fugidos da região São Franciscana (Melo, 2018, p. 211-112).

Pelo excerto acima, percebemos que o início de sua formação e povoação se deve ao ajuntamento de negros escravizados fugidos da região são franciscana e Francisco José Gonçalves é considerado o pioneiro da colonização



daquele território. Ademais, é situada em posição estratégica para o comércio, pois fica próximo à estrada que interliga a cidade ribeirinha de Penedo e à capital do estado, Maceió.

Quanto aos seus marcos legais, destacamos que foi por meio do decreto-lei estadual n.º 2909, de 30-12-1943, que o distrito de Mocambo passou a denominar-se Feira Grande. Por ato das disposições transitórias deste estado, o distrito de Feira Grande deixa de pertencer ao município de Traipu para ser anexado ao novo município de São Brás. No quadro fixado para vigorar em 1944-1948, o distrito de Feira Grande figura no município de São Brás. Pela lei n.º 1785, de 05-04-1954, Feira Grande foi categorizado como município e desmembrado de São Brás (IBGE, 2023).



A INVESTIGAÇÃO TOPONÍMICA: PARA UM ESTUDO CIENTÍFICO DE NOME DE LUGAR

A Onomástica está inserida nos estudos linguísticos, mais precisamente na área das ciências do léxico, e tem como objeto de investigação o nome próprio. Essa ciência apresenta duas subdivisões, quais sejam: a Toponímia, que investiga o nome de lugares, e a Antroponímia, que estuda nome de pessoas.

Por conseguinte, a Toponímia é um campo de conhecimento que busca revelar particularidades físicas do ambiente e panoramas antropoculturais da sociedade estudada, materializadas no topônimo constituinte de uma determinada região. Além de se apresentar como uma área interdisciplinar

da Linguística, que se associa com outras ciências, como a Geografia, a História, a Arqueologia, dentre outras.

Nesse particular, Dick (2007, p.144) explica-nos que o estudo onomástico é muito mais do “que um mero fator auxiliar do agir e do viver individual ou coletivo; é indício de rumos tomados pelos falares ao longo dos períodos históricos, de comportamentos presentes no cotidiano e de atitudes morais ou operosas valorizadas pela população”.

O ato de nomear um lugar está carregado de intenções, visto que não existe uma escolha denominativa sem uma causa motivacional; um nome escolhido possui características do nomeador, ora devido ao desejo de demonstrar as especificidades físicas do ambiente, de descrever a paisagem natural do lugar, ora devido às subjetividades do sujeito- nomeadores marcadas no topônimo. Dessa forma, “o que era arbitrário em termos de língua, transforma-se, no ato do batismo de um lugar, essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo” (Dick, 1992, p. 18).

Com efeito, a designação de uma localidade faz parte da cultura social, tornando-se uma necessidade não apenas de identificação, localização e direção, mas sobretudo de demarcação de poder, de pertencimento e posse.

Segundo Dick (1990), os topônimos, enquanto objetos de análise, são:

[...] Verdadeiros testemunhos históricos de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma



população, encerram, em si, um valor que transcende ao próprio ato de nomeação: se a Toponímia se situa como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal. Chega, muitas vezes, a se espalhar além de seu foco originário, dilatando, conseqüentemente, as fronteiras políticas, e criando raízes em sítios distantes. Tornasse, pois, a reminiscência de um passado talvez esquecido, não fora a sua presença dinâmica (Dick, 1990, p. 22).

Como exposto, percebemos que a toponímia se apresenta como um relevante instrumento para o estudo e uma melhor compreensão de fatores linguísticos e sócio-histórico-culturais de um povo.

O modelo de classificação taxonômica Dickano foi proposto 1980, corrigido pela autora em 1990 e publicado em 1992. Essa proposta possui 27 categorias específicas, 11 taxes relacionadas ao ambiente físico e 16 taxes referentes ao ambiente antropocultural, as quais determinam o nome de lugares através de suas causas motivacionais. Agrega-se dentro dessas 27 taxes, além de duas subtaxes expandidas (haiotopônimo e mitotopônimo) de um núcleo basal (hierotopônimo), explicativas ou categoremas toponímicos, distribuídos nos dois grupos, com base nas condutas motivadoras.

Esse modelo de classificação taxonômica procura cumprir as demandas no âmbito onomástico-toponímico, não somente abstratas e sim apoiadas na realidade etno-



cultural pretérita, desta época ou futura. Apesar de ser uma proposta apresentada na última década do século XX, esse modelo ainda é largamente usado no Brasil e tornou-se o padrão taxonômico apropriado para as pesquisas toponímicas brasileiras.

Finalizamos esta seção, pontuando, ainda, que, na categorização morfológica dos processos de formação e estrutura mórfica, os nomes de lugares (topônimos) podem ser classificados em: elemento específico simples – topônimo formado por um único formante; elemento específico composto – topônimo composto por mais de um elemento formador de uma mesma procedência linguística; elemento específico híbrido – topônimo dotado de elementos de origem linguística diferente (Dick, 1992).



ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Nesta terceira seção, apresentaremos as análises qualitativa e quantitativa dos dados que constituíram o *corpus* deste estudo. Os nomes oficiais e atuais dos dez povoados que constituem o município de Feira Grande, em Alagoas.

Os dez topônimos serão apresentados no Quadro 1, seguidos de suas etimologias, estruturas morfológicas das bases lexicais, categorização toponomástica e, no Quadro 4, os topônimos serão apresentados seguidos de suas motivações/causas toponímicas.

Para a análise mórfica dos nomes, utilizamos as seguintes siglas: MGD = morfema gramatical derivacional;

MGF = morfema gramatical flexional; ML= morfema lexical;
VT= vogal temática; $\overline{\text{r}}$ = nome atemático.

PARA UMA ANÁLISE TOPONÍMICA DE CUNHO QUALITATIVO

Quadro 1. Nomes de Povoados do município de Feira Grande-AL e suas categorias toponomástica.

Topônimo	Etimologia	Estrutura mórfica	Taxe
Povoado Carrasco	<i>sm.</i> do lat. <i>carrasco</i> ‘mata anã, de arbustos de caule e ramos duros e esguios’. De uma raiz pré-romana <i>karr-</i> (Cunha, 2010).	Elemento específico simples, constituído por ML <i>carrasc-</i> + MGD <i>asco</i> .	Fitotopônimo
Povoado Macambira	<i>sf.</i> do tupi <i>maka'mira</i> ‘planta da fam. das bromeliáceas’ (Cunha, 2010)	Elemento específico simples, constituído por ML <i>macamb-</i> + MGD <i>-ira</i> .	Fitotopônimo
Povoado Massapê	<i>sm.</i> do lat. <i>massapê</i> ‘terra argilosa, comum no nordeste do Brasil, formada pela decomposição dos calcários cretáceos, quase sempre preta, muito boa para a cultura da cana-de-açúcar’ (Cunha, 2010).	Elemento específico simples, constituído por ML <i>massa-</i> + MGD <i>-pê</i> .	Litotopônimo
Povoado Mata	<i>sf.</i> do lat. <i>matta</i> ‘Tardio mata esteira de junco ‘terreno onde nascem árvores silvestres, bosque, selva’(Cunha, 2010).	Elemento específico simples, constituído por ML <i>mat-</i> + VT - <i>a</i> .	Fitotopônimo
Povoado Sítio Novo	<i>sm.</i> Do lat . <i>Locus</i> ‘lugar’ . (QUEIROZ, 1943). <i>adj.</i> do lat. <i>novus</i> - <i>a</i> ‘moço, jovem original de pouco uso’(Cunha, 2010).	Elemento específico composto, constituído por ML <i>sit-</i> + MGD-oi, ML <i>nov-</i> + VT - <i>o</i> .	Poliotopônimo



Topônimo	Etimologia	Estrutura mórfica	Taxe
Povoado Olho d'Água do Meio	<i>sm.</i> do lat. <i>oculus</i> '(Anat.)órgão da visão'; <i>sf.</i> do lat. <i>Áqua</i> 'líquido incolor, inodoro e insípido, essencial à vida' (Cunha, 2010). <i>sm.</i> do lat. <i>medius</i> 'meio, o que está entre duas partes, intermediário'.	Elemento específico composto, constituído por ML <i>olh-</i> + VT <i>-o</i> ; f. dep. <i>de</i> + ML <i>agu-</i> + VT <i>-a</i> ; f. dep. <i>do</i> + ML <i>mei-</i> + VT <i>-o</i> .	Hidrotopônimo
Povoado Sítio Olho d' Água dos Dandanhos	<i>sm.</i> Do lat. <i>Locus</i> 'lugar' . (Queiroz, 1943). <i>sm.</i> do lat. <i>ollo</i> , do lat. <i>ocūlus</i> , ī 'órgão da visão', <i>sf.</i> do lat. <i>Áqua</i> 'líquido, incolor, inodoro e insípido, essencial à vida' (Cunha, 2010).	Elemento específico composto, constituído por ML <i>sit-</i> + MGD- <i>oi</i> , ML <i>olh-</i> + VT <i>-o</i> , f. dep. <i>de</i> + ML <i>agu-</i> + VT <i>-a</i> ; f. dep. <i>de</i> + <i>o</i> + MGF <i>-s</i> = dos, ML <i>Danda-</i> + MGD <i>-nho</i> + MGF <i>-s</i> .	Poliotopônimo
Povoado Santana	<i>sf.</i> sobr. port. de origem religiosa 'Sant' Ana, mãe de Maria Santíssima' (Guérios, 1994).	Elemento específico simples, constituído por ML <i>sant-</i> + MGD <i>-ana</i> .	Hagiotopônimo
Povoado Tabocal	<i>sm.</i> do tup. <i>ta'uoka'taquara'</i> (Cunha, 2010).	Elemento específico simples, constituído por ML <i>taboc-</i> + MGD <i>-al</i> .	Fitotopônimo
Povoado Sítio Varginha	<i>sm.</i> Do lat.. <i>Locus</i> 'lugar' (Queiroz, 1943). <i>sf.</i> do lat. <i>varcena</i> 'terreno baixo, plano e fértil situado na margem de um rio, sujeito a alagamentos em época de chuva'.	Elemento específico composto, constituído por ML <i>sit-</i> + MGD <i>-oi</i> , ML <i>varg-</i> + MGD <i>-inha</i> .	Poliotopônimo

Fonte: Elaboração própria (2024).



Como notório no Quadro 1, verificamos a presença de cinco taxes toponomásticas, divididas nos dois grupos, sendo três de ordem de natureza física (fitotopônimo, litotopônimo e hidrotopônimo) e duas de ordem de natureza antropocultural (poliotopônimo e hagiopônimo).

Diante disso, podemos alegar que, na análise realizada, houve uma pequena predominância do grupo de natureza física, com destaque para a produtividade dos fitotopônimos, evidenciando assim que o referencial fitotoponímico regional se apresenta como um importante determinante na escolha dos nomes destes povoados, materializando, no léxico toponímico, aspectos da vegetação local.

Atribuímos tal fecundidade toponímica ao fato de a vegetação da região, onde se localiza o atual município de Feira Grande, se caracterizar como abundante e diversificada. Sendo assim, o sujeito-nomeador busca manifestar as riquezas vegetais da paisagem natural da região através dos fitotopônimos.

Ademais, ainda na categoria de nomes de natureza física, detectamos a presença de duas taxes de menor recorrência no recorte toponímico estudado, quais sejam: um hidrotopônimo e um litotopônimo traduzindo aspectos hídricos e minerais da região.

No plano dos nomes de ordem de natureza antropocultural, pontuamos a predominância de poliotopônimos. Atribuímos tal fecundidade toponímica em Alagoas ao fato de, geralmente, os povoados iniciarem seu processo de povoamento a partir de aglomerados humanos menores,



conhecidos como sítios, ao se desenvolverem e alcançarem a categoria de povoados ainda são chamados pelos moradores e circunvizinhos de sítios, cristalizando esse termo no próprio topônimo do lugar, por exemplo: Povoado Sítio Novo, Povoado Sítio Varginha, entre outros.

Quadro 2: Motivações/causas toponímicas dos povoados do município de Feira Grande/AL

Topônimo	Motivação Toponímica
Povoado Carrasco	O topônimo Carrasco faz alusão a uma planta de folhas finas e com muitos espinhos, arbusto muito comum na região do agreste, sua presença abundante no local motivou a sua escolha como referencial fitotoponímico para nomeação do povoado.
Povoado Macambira	De forma análoga ao topônimo Carrasco, o nome Macambira faz referência a uma planta terrestre ou epífita (<i>Bromelia laciniosa</i>) encontrada em abundância na comunidade. Segundo populares, existia uma estrada para acesso ao povoado repleta de macambira, motivando assim o nome deste aglomerado humano.
Povoado Massapê	A motivação para a escolha do nome Massapê é devido à constituição do solo da região onde se iniciou a formação do povoado, terra de cor vermelha na forma de argila, chamado de massapê.
Povoado Mata	Faz referência à predominância fértil e verdejante de mata fechada, com grande quantidade de árvores e glhos na região onde se iniciou o povoando do aglomerado humano que se tornaria, no futuro, o referido povoado.
Povoado Sítio Novo	No ano de 1787, as terras do Capitão Amaro de Barros Lima abrangia a serra de Grossos e situava-se às margens de um riacho. Nessas terras se formou um pequeno aglomerado humano (sítio), em sua maioria, formado por agricultores, tendo à frente o Senhor Francisco Ferreira Lima, popularmente conhecido como “Seu Chicó”. Incentivado por seu Chicó, a localidade passou a ser chamada de Sítio Novo.



Topônimo	Motivação Toponímica
Povoado Sítio Olho D'água dos Dandanhos ⁵	A motivação desse topônimo é em razão do povoamento ter iniciado nas terras (sítio) da família dos Dandanhas, onde havia uma fonte d'água (olho d'água). Daí a localidade assim ser chamada: Sítio Olho D'água dos Dandanhas.
Povoado Olho D'água do Meio	De forma semelhante ao topônimo Sítio Olho D'água dos Dandanhas, o nome Olho D'água do Meio faz alusão a um olho d'água situado à margem esquerda de um riacho chamado Rio do Meio, aterrado, na época, pelos povos indígenas que habitavam na região.
Povoado Santana	A nomeação se deu em homenagem religiosa à Sant'Ana, padroeira do povoado.
Povoado Tabocal	O nome do povoado Tabocal se deve à existência da grande quantidade de Tabocas (árvore do tipo bambu) presente na região.
Povoado Sítio Varginha	O nome da localidade faz referência ao fato de o lugar onde nasceu o povoado está situado em uma pequena vargem, ou seja, terreno plano e fértil situado na margem de um rio. Daí o lugar ficou conhecido por varginha.

Fonte: Elaboração própria (2024).

Conforme o Quadro 2, a principal motivação/causa toponímica para escolha dos nomes dos povoados que compõem o município de Feira Grande, em Alagoas, foi a referência à flora local da região, como destacada pela produtividade da taxa fitotoponímica.

Seguida da motivação de nomes de natureza antropológica que mantêm em seus signos toponímicos sua origem, enquanto pequenos aglomerados humanos de moradores fixos (chamados de sítios). Dito de outra forma,



inferimos que essa produtividade ocorre uma vez que os povoados geralmente são derivados de aglomerados humano menores, pequeno núcleo populacional dentro de um recorte maior, denominado de “sítios”, e justamente pelo fato de os moradores locais chamarem dessa maneira, mesmo havendo um desenvolvimento local, a nomenclatura sítio se cristaliza no próprio nome do povoado.

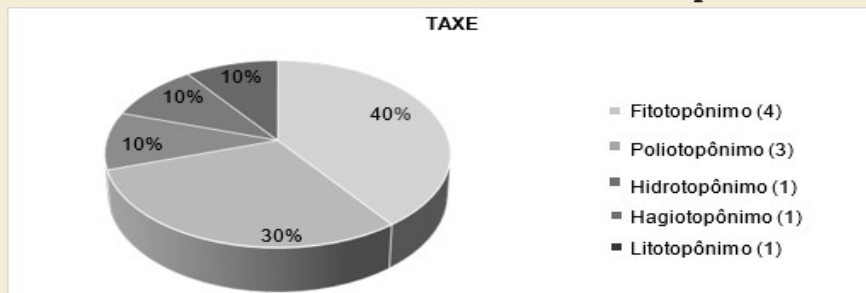
Outrossim, observamos outros específicos antropoculturais, evidenciando memórias toponímicas e de construção social denominadas das histórias e/ou mitos locais. Nessa predominância, registramos evidências de fatores linguísticos e extralinguísticos. É importante ressaltar que essas influências motivacionais se delimitaram em função de fatores políticos, religiosos, históricos e culturais da região em estudo.



PARA UMA ANÁLISE TOPONOMÁSTICA DE CUNHO QUANTITATIVO

Nesta subseção, apresentaremos o tratamento estatístico que realizamos com o *corpus* desta pesquisa. A seguir, exporemos quatro gráficos em que ressaltaremos os aspectos quantitativos dos dados relativos às produtividades de cada categoria analisada, quais sejam: taxa, estruturas morfológicas das bases lexicais, procedências linguísticas e motivações toponímicas.

Gráfico 1 - Produtividade taxonômica dos topônimos



Fonte: Elaboração própria (2024).

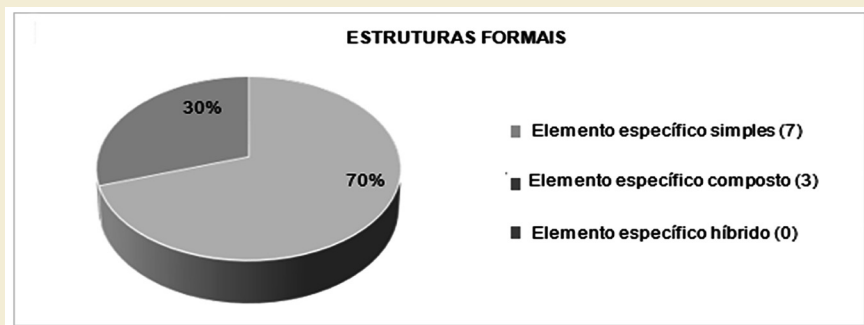
Com base no gráfico 1, evidenciamos que houve, no cômputo geral, uma maior produtividade de fitotopônimos - taxe que faz alusão à flora local, sendo referenciada de forma individual, em conjunto da mesma espécie ou em espécies diferentes, com 4 registros que corresponde a 40% das ocorrências, temos: Carrasco, Macambira, Mata e Tabocal.

Na sequência, em termos quantitativos, aparecem os poliotopônimos - taxe que traz em sua nomenclatura o termo referente ao acidente humano sítio, fazendo alusão, na zona rural, às pequenas propriedades agrícolas; fazendolas ou chácaras, com 3 registros que correspondem ao percentual de 30%: Sítio Olho d'Água dos Dandanhos, Sítio Novo e Sítio Varginha.

Em contrapartida, as taxes menos produtivas foram o hidrotopônimo - nome que faz alusão a acidentes hidrográficos), categorizando o Povoado Olho D'Água do Meio; o hagiotopônimo - nome que faz alusão ao hagiológico da Igreja Católica, caracterizando Povoado Santana; e por último o litotopônimo, nome que faz alusão à composição

do solo da localidade, caracterizando o Povoado Massapê. Com isso, representam apenas 10% do total.

Gráfico 2 – Produtividade das estruturas morfossintáticas dos nomes investigados



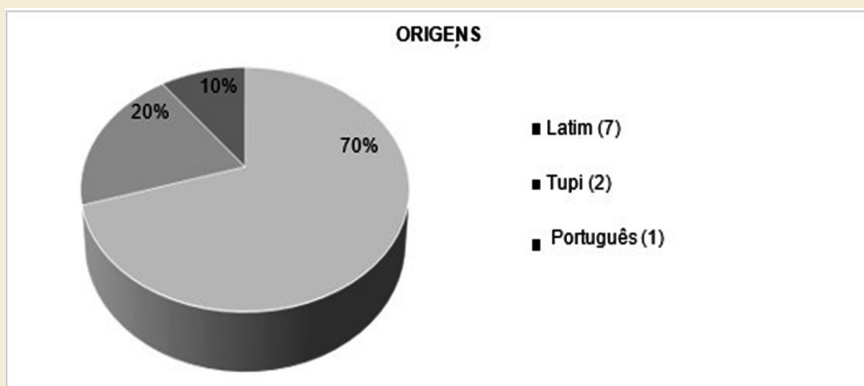
Fonte: Elaboração própria (2024).

Com base no gráfico 2, após a análise dos nomes dos povoados de Feira Grande a partir do plano mórfico em sua ordem linear, destacamos que, a estrutura morfológica que se revelou mais recorrente é o elemento específico simples – topônimo formado por um único formante – com o registro de 7 nomes, correspondendo, assim, o percentual de 70% do cômputo geral. Por conseguinte, o elemento específico composto - topônimo composto por mais de um elemento formador de uma mesma procedência linguística – registrou apenas 3 ocorrências, perfazendo o percentual de 30% de ocorrências registradas.



Cumpra ressaltar que, curiosamente, não registramos nenhum caso de topônimo que apresentasse uma estrutura de elemento específico híbrido, isto é, nomes dotados de elementos de origem linguística diferente.

Gráfico 3- Produtividade das origens linguísticas dos nomes investigados



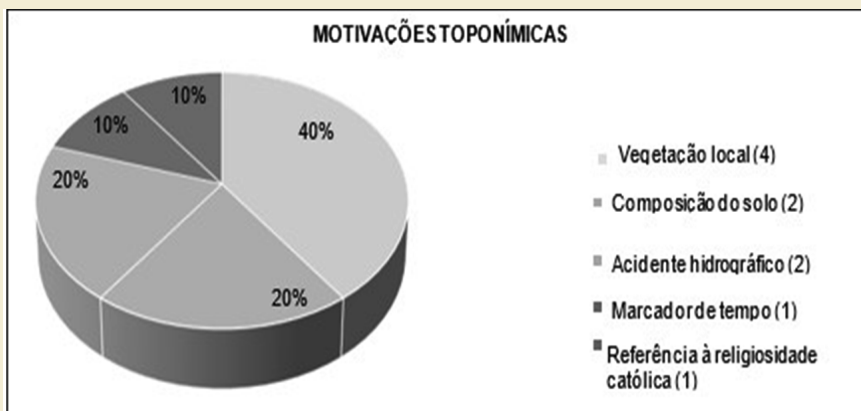
Fonte: Elaboração própria (2024).

No âmbito das bases lexicais dos nomes, conforme os dados apresentados no Gráfico 3, torna-se notória a predominância do étimo latino constitutivo de bases nucleares dos 10 topônimos analisados.

A língua latina está presente nas estruturas formais, tanto de topônimos constituídos por elemento específico simples e como em topônimos compostos, tornando-se a procedência linguística mais produtiva na análise do *corpus*, com o registro de 7 nomes, perfazendo o percentual de 70% de incidências. É importante dizer que a língua Tupi

se faz presente no recorte toponímico estudado, representando o quantitativo de 2 ocorrências que correspondem à 20%, e a língua portuguesa, por sua vez, representa apenas o quantitativo de 10%, com apenas 1 ocorrência.

Gráfico 4 – Produtividade das motivações toponímicas dos nomes investigados



Fonte: Elaboração própria (2024).

Por último, com base no gráfico 4, destacamos que, quanto aos referenciais toponímicos de motivação/causa toponímica para a escolha dos nomes dos povoados de Ferira Grande, o fitotoponímico apresentou a maior incidência, com 4 registros que correspondem ao percentual de 40% do total geral do *corpus* analisado. Atribuímos tal relevância motivadora à importante utilidade e funções que a vegetação possui para a comunidade, assim, o ser humano

busca retratar o que há de valor no local onde reside através dos fitotopônimos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta descrição linguística e onomástico-toponímica dos dez atuais e oficiais nomes dos povoados do município de Feira Grande/AL, procuramos apresentar singularidades toponomásticas desse recorte toponímico do agreste alagoano.

A partir do *corpus* deste estudo, podemos pontuar a presença de dez microtopônimos alagoanos referentes aos povoados feira-grandenses, divididos nos dois grandes grupos de ordem física e antropocultural, distribuídos em cinco taxes toponomásticas.

Na esfera dos nomes de ordem física, os fitotopônimos apresentaram maior ocorrência para a nomeação do acervo dos povoados feira-grandenses; no que tange à estrutura mórfica deste recorte toponímico, catalogou-se a aparição de elementos específicos simples e específicos compostos, sendo o primeiro o mais fecundo, lexicalmente, no *corpus* verificado; quanto à etimologia das bases lexicais destes nomes, registrou-se maior incidência de bases de origem latina e no que diz respeito às motivações/causas para as escolhas destes topônimos, evidenciou-se o referencial fitotoponímico regional materializando, no léxico toponímico, aspectos da vegetação local.

Por último, mas não menos importante, esperamos que os saberes aqui construídos e divulgados possam



contribuir para novos estudos toponímicos, em especial, aqueles voltados para a onomástica-toponímica alagoana para que possamos compreender cada vez melhor os atos de nomeação dos povoados alagoanos, que representam uma apropriação de aspectos da realidade em que estão inseridos, funcionando como práticas sociais que, normalmente, são estimulados por fatores inerentes à realidade circundante do sujeito-nomeador.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CPRM - Serviço Geológico do Brasil Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. **Diagnóstico do município de Feira Grande**, estado de Alagoas/ Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/al/feira-grande.html>>. Acesso 6 abril 2024.

CUNHA, Antonio Geraldo da. **Dicionário Etimológico da língua portuguesa**. 4. ed.Ver atual. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DICK, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

DICK, M. V. de P. do A. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/ FFLCH/USP, 1992.

DICK, M. V. de P. do A. **Atlas toponímico do Brasil: teoria e prática II**. In: Trama. v. 3 n. 5, 2007, p.141-155.



GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. **Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes**. 3 ed. rev. e aum. São Paulo: Ave Maria, 1994.

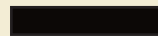
ISQUERDO, Aparecida. Negri. Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (orgs.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. vol. VI. Campo Grande: Editora da UFMS, 2012, p. 115-139.

MELO, P. A. G. **Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) - municípios e seus aspectos linguísticos e extralinguísticos**. 2018. 360 f. Orientador: Prof. Dr. Manoel M. A. da Silva. Tese (Doutorado em Letras: Estudos Linguísticos) — Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2018.

Léxico toponímico: nomes de motivações de natureza antropolocultural na toponímia de Alagoas. MELO, P. A. G. **Revista de Estudos Acadêmicos de Letras**, 2017. 10(1), 45-62. DOI: <https://doi.org/10.30681/real.v10i1.1796>.

QUEIROZ, O. A. P. de. **Dicionário Latim-português**. 9 ed. rev. e ampl. São Paulo:lelsa, 1943.





CAPÍTULO 5

MOTIVAÇÕES DOS NOMES DE ALGUNS POVOADOS DO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA /ALAGOAS

Taís Caroline Leite dos Santos
<https://orcid.org/0009-0000-5525-5906>

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Como já foi exposto em capítulos anteriores desta coletânea, a Toponímia, enquanto um ramo dos estudos linguísticos, pode traduzir um cenário aproximado das representações reais e/ou simbólicas de um dado povo, materializando na língua traços naturais, aspectos sociais, históricos e culturais do espaço geográfico no qual o topônimo está inserido. Sob esse viés, defendemos um posicionamento crítico de que os nomes de lugares habitados não são vocábulos com a função exclusiva de georreferenciamento, mas traduzem valores culturais que ligam identitariamente os indivíduos no espaço, moldando o território e edificando sentimentos de domínio, de pertencimento, de manifestação de poder.

Nessa direção, este quinto capítulo apresenta uma descrição analítica acerca dos dezesseis nomes atribuídos aos povoados do município de Arapiraca, localizado na região do agreste alagoano.



Em conformidade com os estudos até então apresentados, o *corpus* desta pesquisa foi constituído a partir de consultas, em fontes secundárias, junto ao Banco de Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022). e na Carta topográfica da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio – SEPLAG (2023) e ainda, em fontes primárias, por meio de entrevistas orais temáticas com moradores antigos dos povoados estudados.

Quanto aos aspectos teórico-metodológicos, trata-se de um estudo toponímico de vertente lexicológica, com objetivo descritivo de cunho bibliográfico, de abordagem quali-quantitativa, fundamentada pelos princípios basilares da Toponímia tradicional, em especial a proposta de categorização de Dick (1990 e desdobramentos atuais) em diálogo com a Linguística geral.

Este escrito está dividido em três seções: a primeira traz o universo da pesquisa, o *lócus*, pondo em foco uma breve caracterização da geografia física e da formação histórica do município de Arapiraca/Alagoas; a segunda traz a fundamentação teórica que norteou esta investigação, abordando, de forma concisa, alguns conceitos básicos da área da Onomástica e da Toponímia, com base na literatura nacional, em especial o modelo toponímico de Dick; a terceira seção exhibe a análise e a discussão dos resultados obtidos. Ao final do texto, expõem-se e as considerações finais e as referências.



UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO ACERCA DO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA/ALAGOAS

A pesquisa toponímica busca “o estudo integral, no espaço e no tempo, dos aspectos: geo-históricos, socioeconômicos e antropolinguísticos que permitiram e permitem que um nome de lugar se origine e subsista” (Salazar-Quijada, 1985, p.18)¹⁷. Por conseguinte, nesta primeira seção, apresentaremos um breve panorama da geografia física e alguns aspectos históricos do lócus desta pesquisa: o município Arapiraquense.

A unidade político-administrativa denominada de Arapiraca é um dos 102 municípios do estado de Alagoas e está situada na Região Geográfica Intermediária de Arapiraca, fazendo parte da Região Geográfica Imediata de Arapiraca, concentrando em seu território a segunda maior e a mais importante cidade do interior alagoano de nome homônimo; seus munícipes são denominados de arapiraquenses.

De acordo com o IBGE (2024), o município de Arapiraca tem uma área territorial, localizada na região do agreste alagoano, corresponde a 345,655km² e uma população estimada para 2021 era de 234.309 pessoas. Ele registra em seu território diversos recursos naturais, sendo possível identificarmos uma biodiversidade marcada pelas bacias hidrográficas, topografia plana e algumas elevações. Além

¹⁷“el estudio integral, en el espacio y en el tiempo, de los aspectos: geo-históricos, socio-económicos y antropo- lingüísticos, que permitieron y permiten que um nombre de lugar se origine y subsista” (Salazar-Quijada, 1985, p. 18).



de possuir uma superfície composta por bioma da mata Atlântica, Caatinga e animais de pequeno porte.

No âmbito toponímico, o nome do município de Arapiraca faz alusão à “árvore da família das mimosáceas, comum na área onde teve início o povoado, e que, com vasta ramagem, proporciona boa sombra” (Dantas, 2023, p. 19). Etimologicamente, vem do tupi “ara ‘periquito, arara’; pira ‘pousa’; aca ‘ramo de árvore’ (Tibiriça, 1997). Esse fitotopônimo permaneceu como designativo do lugar e, em 1924, foi oficializado com o município.

Como visto, o seu topônimo faz referência à árvore que representa o marco inicial de povoamento do lugar, uma espécie de angico branco, muito comum no agreste e no sertão alagoano. Trata-se de uma designação popular que faz alusão à árvore da família das leguminosas mimosáceas que se tornou um designativo oficial.

No âmbito histórico, nas palavras de Melo (2018), a origem de Arapiraca pode ser explicada da seguinte maneira:

[...] as terras onde hoje se situa o município de Arapiraca pertenciam ao Capitão José Joaquim do Cangandu que as vendeu ao Capitão Amaro da Silva Valente Macedo. No ano de 1848, o Capitão Amaro Valente enviou seu genro Manoel André Correia dos Santos, juntamente com a família, àquelas terras para tomar posse da propriedade Alto do Espigão do Simão de Cangandu. Por não ser fácil, à época, construir sua casa de imediato, Manoel André fez acampamento embaixo de uma fron-



dosa *Arapiraca*. À sombra dessa árvore, levantou uma cabana de madeira coberta com cascas de angico, que serviu de habitação para sua família nos primeiros dias, enquanto construía a primeira casa numa distância de aproximadamente 100 metros. Em pouco tempo, formou-se um próspero sítio e, em 1865, quando Manoel André construiu uma capela, já havia um arruado de casas de taipa de duas águas. (Melo, 2018, p. 117)

A partir desse início de povoamento, tempos depois, constituiu-se em um aglomerado humano, sendo elevado à categoria de povoado à vila, tornando-se sede administrativa do município. Pelo Decreto n.º 1.071 de 24/10/1924, passou a pertencer à comarca de Palmeira dos Índios. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Arapiraca, pela Lei Estadual nº 1.009 de 30/06/1924, e desmembrado do Distrito de Limoeiro. Em 1931, passou à jurisdição da comarca de Anadia e, finalmente, em 17/09/1949, foi elevado à categoria de comarca, conservando seu fitotopônimo em referência à frondosa árvore. (IBGE, 2024).

Finalizamos esta primeira seção, destacando que essas características regionais possibilitam que um dado núcleo de povoamento tenha uma identidade, sendo este ambiente identitário uma realidade construída ao longo do tempo pela comunidade que ali se formou. Porém, é importante não confundir o estudo do nome do povoado (investigação toponímica) com o estudo da localidade propriamente dita



(estudo geográfico), ou seja, o nome de lugar não é o lugar em si, mas uma de suas possíveis representações.

TOPONÍMIA: O ESTUDO DO SIGNO LINGUÍSTICO EM FUNÇÃO ONOMÁSTICA

A ação antrópica de nomear lugares revela a intencionalidade (consciente ou não) de um sujeito-nomeador que se encontra em uma íntima relação com a língua e com o meio onde vive, visto que ao se atribuir um topônimo a um aglomerado humano de moradores fixos (município, cidade, vila, povoado, lugarejo, etc.), estabelece-se uma conexão entre a localidade e o nome a ela atribuído, em que as partes formam um todo representativo.

Nas palavras de Melo (2013, p. 40), esse processo simbiótico, entre o homem, a língua e seu habitat, exprime:

[...] o modo como a língua retrata a visão de mundo de um povo evidencia a inter-relação que se estabelece entre língua, meio ambiente e cultura. É importante destacarmos que ao pensar sobre o processo denominativo, é preciso compreender que esse ato se constitui nessa relação: léxico, habitat e sociedade, por conseguinte, pensar sobre o ato de designar lugares requer, considerarmos que esse processo linguístico se constitui nessa mesma relação.

A partir dos processos de nomeação de lugares e, consequentemente, da formação do léxico toponímico instala-se “a cadeia onomasiológica propriamente dita, em um



determinado espaço, o que possibilitará o desenvolvimento de análises nominais e a consequente afixação de um modelo ou padrão de nomes [...]” (Dick, 2008, p. 142). Dessa forma, por meio das pesquisas toponímicas realizadas no âmbito da Onomástica, seus resultados possibilitam conhecer novos saberes interdisciplinares.

E ainda, Dick (2008, p. 217) argumenta que a toponímia “preserva fatos culturais em uma determinada área geográfica, funcionando, assim, como forma conservadora da memória do núcleo que se faz presente nos estágios denominativos, de diversas origens e causas”. Logo, o acervo denominativo de uma dada região tende a incorporar uma porção significativa na motivação dos nomes de suas localidades, os quais são influenciados pela ideologia, cultura, política, sociedade e histórias veiculadas pelos habitantes de um espaço geográfico.

O nome de lugar habitado, aqui considerado apenas o nome de povoado, em sua bipartimentação motivacional física e antropocultural, consiste no signo linguístico em função onomástica designativa de um espaço rural de moradores fixos; estudá-los, efetivamente, constitui compreendê-lo em suas diversas potencialidades, identificando as razões que fazem com que o sujeito-nomeador escolha um determinado nome, em um eixo de possibilidades sêmicas de outros nomes, para particularizar uma dada localidade.

Ademais, as histórias reais e/ou lendárias acerca das origens e motivações dos nomes de lugares habitados, em qualquer espaço geográfico considerado, apresentam-se “como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face



à complexidade dos fatores envolventes, permitindo a compreensão panorâmica dos aspectos antropoculturais e naturais de uma região”. (Dick, 1990, p. 19), relacionando às categorias de território e de cultura à Toponímia, pois os sujeitos-nomeadores atuam uns sobre os outros através da linguagem, evidenciando traços de condutas humanas sociais e culturalmente contextualizadas que remetem às intenções explícitas ou às veladas das relações de poder na apropriação de um dado espaço geográfico.

No campo das pesquisas toponímicas, investigamos o processo de nomeação de lugar e o seu produto: o topônimo, no âmbito lexical, em especial do léxico toponímico, “por se entender que é principalmente por intermédio desse nível da língua que se revelam particularidades sobre como uma comunidade linguística manifesta a sua maneira de ver e de representar o espaço que ocupa” (Isquerdo, 2020, p. 9).

Nesse processo, uma palavra do léxico geral da língua pode passar à categoria de nome próprio na função denominativa de acidentes físicos ou humanos e, conseqüentemente, assumir na língua a função de nome próprio de lugar (Isquerdo, 2019).

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta terceira seção, analisaremos como aspectos culturais, históricos e linguísticos estão refletidos nos topônimos dos povoados do município de Arapiraca, surgidos no território de Alagoas. Para tanto, realizamos uma análise de abordagem mista dos nomes institucionalmente atribuídos



aos 16 povoados arapiraquenses. Estes topônimos serão exibidos e tabulados em dois quadros, quais sejam: no Quadro 1, serão seguidos de suas etimologias, estruturas morfológicas de suas bases lexicais, categorização toponímica; e no Quadro 2, apresentamos as motivações/causas¹⁸ toponímicas. Além disso, apresentaremos os percentuais de produtividade das categorias analisadas em gráficos.

PARA UMA ANÁLISE QUALITATIVA DOS TOPÔNIMOS DOS POVOADOS DO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA/ALAGOAS

Para a análise mórfica apresentada no Quadro 1, seguimos uma orientação de uma descrição estruturalista concatenativa e regular no plano morfológico, caracterizando as unidades mínimas de significação em morfemas lexicais e gramaticais, formas dependentes e nomes atemáticos (Camara Jr., 2004). Para tal propósito, utilizamos as seguintes nomenclaturas: MGD = morfema gramatical derivacional; MGF = morfema gramatical flexional; ML = morfema lexical; VT = vogal temática; $\overline{\text{r}}$ = nome atemático e f. dep. = forma dependente.



¹⁸As motivações e as causas toponímicas aqui apresentadas estão associadas a uma possível representação, por meio de uma memória coletiva. Isso ocorre porque não há uma documentação escrita que seja capaz de mostrar como se deu, de fato, as origens toponímicas dessas comunidades.

Quadro 1 - Nomes dos povoados do município de Arapiraca-Alagoas

Nome	Etimologia	Estrutura mórfica	Taxe
Povoado	<i>sf.</i> do lat. <i>bassus</i> ‘pouco elevado, a parte inferior’; <i>sf.</i> do	Elemento específico híbrido, constituído	Geomorfotopônimo
Baixa da Onça	fr. <i>once</i> , deduzido do afr. <i>lonce</i> (com aglutinação do artigo). Deriv. do lat. <i>pop. Lyncea</i> (cláss. <i>lynx-cis</i> ’ mamífero carnívoro da família dos felídeos (<i>Felis onça</i>) (Cunha, 2010).	pelo ML <i>baix-</i> + VT <i>-a</i> , f. dep. de + a = <i>da</i> , ML <i>onç-</i> + VT <i>-a</i> .	
Povoado Bálsamo	<i>sm.</i> do lat. <i>balsānum</i> , dev. do gr. <i>bálsamom</i> e, este, do hebr. <i>bósem</i> (<i>basam</i>) líquido aromático, com propriedades curativas, que flui de várias plantas’ (Cunha, 2010).	Elemento específico simples, constituído por ML <i>bálsam-</i> + VT <i>-o</i> .	Ergotopônimo
Povoado Barro Vermelho	<i>sm.</i> de origem pré-romana ‘tipo de argila’ ‘substância utilizada no assentamento da alvenaria de tijolo em obras provisórias, obtida pela mistura de argila com água; <i>adj.</i> do lat. <i>vermiculus</i> ‘da cor do sangue’ (Cunha, 2010).	Elemento específico híbrido, constituído por ML <i>barr-</i> + VT <i>-o</i> , ML <i>vermelh-</i> + VT <i>-o</i> .	Litotopônimo
Povoado Bom Jardim	<i>adj.</i> do lat. <i>bōnus</i> ‘que tem as qualidades adequadas à sua natureza ou função, benévolo, bondoso, benigno’; <i>sm.</i> do fr. <i>jardin</i> , do antigo <i>jart</i> , derivado do frâncico * <i>gard</i> ‘terreno onde se cultivam plantas ornamentais’ (Cunha, 2010).	Elemento específico híbrido, constituído por ML <i>bom</i> + ML <i>jardim</i>	Animotopônimo
Povoado Sítio Cajarana	<i>sm.</i> do lat. <i>Sitius</i> , = <i>locus</i> ,i ‘lugar’ (Queiroz, 1943). <i>sf.</i> do tup. <i>aka’ia</i> ‘fruto da cajazeira, <i>caja</i> , <i>caia</i> , <i>acayá</i> ’. ‘planta da família das anacardiáceas’ (Cunha, 2010).	Elemento específico híbrido, constituído por ML <i>sit-</i> + MGD <i>-io</i> , ML <i>caja-</i> + MGD <i>-rana</i> .	Poliotopônimo



Nome	Etimologia	Estrutura mórfica	Taxe
Povoado Cangandu ¹⁹	Etimologia não identificada	ML <i>Cangandu</i> 𐀓.	Fitotopônimo
Povoado Sítio Carrasco	<i>sm.</i> do lat. <i>Sitius</i> , = <i>locus</i> , i 'lugar' (Queiroz, 1943). <i>sm.</i> do lat. <i>carrasco</i> 'mata anã, de arbustos de caule e ramos duros e esguios'. De uma raiz pré- romana <i>karr-</i> (Cunha, 2010).	Elemento específico composto, constituído por ML <i>sit-</i> + MGD <i>-io</i> , ML <i>carr-</i> + MGD <i>-asco</i> .	Poliotopônimo
Povoado Corredor	<i>sm.</i> do lat. <i>currere</i> 'passagem, em geral estreita e longa, no interior de uma edificação, para comunicar dois ou mais compartimentos' (Cunha, 2010).	Elemento específico simples, constituído por ML <i>corr-</i> + VT <i>-e</i> + MGD <i>-dor</i> .	Hodotopônimo
Povoado Lagoa Seca	<i>sf.</i> do lat. <i>lacuna</i> , de <i>lācus</i> 'porção de água circuncidada por terras'; <i>sf.</i> do lat. <i>sicca</i> 'falta de chuvas' (Cunha, 2010).	Elemento específico composto, constituído por ML <i>lago-</i> + VT <i>-a</i> , ML <i>sec-</i> + VT <i>-a</i> .	Hidrotopônimo
Povoado Sítio Olho d'Água dos Dandanhos	<i>sm.</i> do lat. <i>Sitius</i> = <i>locus</i> , i 'lugar' (Queiroz, 1943). <i>sm.</i> do lat. <i>ollo</i> , do lat. <i>ōcūlus</i> , i 'órgão da visão', <i>sf.</i> do lat. <i>Āqua</i> 'líquido, incolor, inodoro e insípido, essencial à vida' (Cunha, 2010).	Elemento específico composto, constituído por ML <i>sit-</i> + MGD <i>-io</i> , ML <i>olh-</i> + VT <i>-o</i> , f. dep. de + ML <i>agu-</i> + VT <i>-a</i> ; f. dep. de + o + MGF <i>-s</i> = <i>dos</i> , ML <i>Dand-</i> VT <i>-a</i> + MGD <i>-nho</i> + MGF <i>-s</i> .	Poliotopônimo

19 O topônimo *Cangandu* é atribuído a três povoados arapiraquenses: *Cangandu*, *Cangandu II* e *Cangandu III*. Em nossas pesquisas etimológicas não encontramos informações sobre a sua origem linguística. Todavia, neste estudo, levantamos a hipótese que essa escolha toponímica tenha relação semântica com o nome da planta guandu (*Cajanus cajan*), leguminosa arbustiva da família das fabáceas presente na região do povoado. Sendo assim, optamos em categorizá-lo como Fitotopônimo. É importante destacar que apesar da motivação ter sido encontrada, não diz respeito a etimologia. Visto que, a etimologia faz referência ao significado da palavra e a motivação, à causa da nomeação.

Nome	Etimologia	Estrutura mórfica	Taxe
P o v o a d o Pau Ferro	<i>sm.</i> do lat. <i>pālus</i> , -ī; ‘qualquer pedaço de madeira’ <i>sm.</i> do lat. <i>ferrum</i> , -i ‘metal maleável e tenaz, de inúmeras aplicações na indústria e arte’ (Cunha, 2010).	Elemento específico composto, constituído por ML <i>pau</i> ꞑ + ML <i>ferr</i> - + VT -o.	Fitotopônimo
Povoado P a u Ferro dos Laranjeiros	<i>sm.</i> do lat. <i>pālus</i> , -ī; ‘qualquer pedaço de madeira’ <i>sm.</i> do lat. <i>ferrum</i> , -i ‘metal maleável e tenaz, de inúmeras aplicações na indústria e arte’; <i>sm.</i> do ár. <i>nāranga</i> , deriv. do persa <i>nārang</i> ‘fruto da laranjeira, planta da família das rutáceas’ (Cunha, 2010).	Elemento específico híbrido, constituído por ML <i>pau</i> ꞑ + ML <i>ferr</i> - + VT -o; f. dep. de + o + MGF -s= dos, ML <i>laranj</i> - + MGD -eiro + MGF -s.	Fitotopônimo
P o v o a d o Sítio Porção	<i>sm.</i> do lat. <i>Sitius</i> = <i>locus</i> ,i ‘lugar’ (QUEIROZ, 1943). <i>sf.</i> ‘parte de alguma coisa, dose’ do lat. <i>portiō</i> , -ōnis (Cunha, 2010).	Elemento específico composto, constituído por ML <i>sit</i> - + MGD -io, ML <i>porç</i> - + MGD -ão.	Poliotopônimo
P o v o a d o Taboquinha	<i>sf.</i> do tup. <i>ta’uoka</i> ‘taquara’ ‘fig. logro, decepção’ (Cunha, 2010).	Elemento específico simples, constituído por ML <i>taboqu</i> - + MGD -inha.	Fitotopônimo
P o v o a d o Umbuzeiro	<i>sm.</i> do tup. <i>umbu</i> ‘árvore da família das anacardiáceas’ (Navarro, 2013).	Elemento específico simples, constituído por ML <i>umbuz</i> - + MGD -eiro.	Fitotopônimo
P o v o a d o V i l l a Aparecida	<i>sf.</i> do lat. <i>villa</i> ‘povoação, cidade’ (Cunha, 2010); <i>sf.</i> de origem religiosa <i>Aparecida</i> , da expressão Nossa Senhora da Aparecida. (Guérios, 1994).	Elemento específico híbrido, constituído por ML <i>vil</i> - + VT -a, ML <i>aparec</i> - + MGD -ida.	Poliotopônimo

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).



Como exposto no Quadro 1, nesse acervo toponímico, evidenciamos a presença de oito taxes toponímicas, divididas nos dois grupos motivacionais, sendo quatro de ordem de natureza física: fitotopônimo, geomorfotopônimo litotopônimo e hidrotopônimo e quatro de ordem de natureza antropocultural: animotopônimo, ergotopônimo, hodotopônimo e poliotopônimo). Sendo assim, podemos afirmar que, no recorte estudado, não ocorreu a predominância de um determinado grupo taxonímico.

Ao analisarmos o computo geral dos 16 nomes, curiosamente, observamos que as duas categorias mais produtivas foram os fitotopônimos e poliotopônimos com o registro de quantidades iguais de ocorrências, ou seja, cinco nomes de povoados arapiraquenses para cada taxe.

Em razão disso, podemos afirmar que, no âmbito dos nomes de índole física, o referencial fitotoponímico se destacou como a categoria mais propensa à prática denominativa nesta microtoponímia estudada. Pensamos que essa produtividade toponímica se justifica, na medida em que a flora/vegetação do lugar é muito rica e diversificada, o que acaba se refletindo no léxico toponímico regional. Isso ocorre porque, muitas vezes, o homem procura retratar o que tem de valor e importância na paisagem natural em que vive.

Já na esfera dos nomes de índole antropocultural, destacamos a produtividade de poliotopônimos no recorte investigado. Nesse contexto, registramos cinco nomes de povoados que ainda mantêm em seus topônimos atuais



uma categorização de “Vila” ou “Sítio”, mesmo já tendo oficialmente (IBGE 2024) o *status* de povoados.

É importante lembrarmos que, “enquanto unidade social, o topônimo de ordem antropocultural deixa transparecer a identidade local que está diretamente referida às construções linguísticas que perseguem toda formação remanescente.” (Melo, 2018, p. 88).

Atribuímos essa produtividade toponímica, em Alagoas, ao fato de que, geralmente, os povoados são derivados de aglomerados humanos menores, como sítios, núcleos, dentre outros. Assim, depois que alcançam a categoria de povoado, ainda mantém o vocábulo “sítio” em seu topônimo, fazendo com que este termo se cristalice no próprio nome do povoado.

Além das *taxes* mais fecundas, registramos a ocorrência de taxonomia menos produtiva, com apenas uma ocorrência em cada *taxe* distribuída nos dois grupos, quais sejam: hidrotopônimo, geomorfotopônimo, litotopônimo, animatopônimo, ergotopônimo e hodotopônimo. Dessa maneira, o recorte lexical toponímico estudado se mostrou bastante heterogêneo taxonomicamente, apresentando manifestações diversificadas.

Doravante, apresentaremos o quadro 2 trazendo as motivações toponímicas dos 16 topônimos oficiais dos povoados arapiraquenses.



Quadro 2 - Motivação dos nomes de povoados do município de Arapiraca-Alagoas

Povoado	Motivação/causa toponímica
Povoado Baixa da Onça	Sua motivação reside no fato de ter sido encontrado na região do povoado um bezerro morto, que teria sido atacado por uma onça em uma baixada. A partir disso, os moradores começaram a chamar o lugar de Baixa da Onça, justamente por estar situado em um local com declividade.
Povoado Bálsamo	Sua motivação faz referência a uma árvore, conhecida popularmente como Bálsamo, presente em abundância na região. Com suas folhas, os moradores fabricavam um líquido aromático (bálsamo), com propriedades curativas, que flui de várias plantas que serviam como propriedades medicinais.
Povoado Barro Vermelho	Sua motivação faz referência à terra vermelha (popularmente chamado de Barro Vermelho) da região onde está o povoado; é um tipo de solo conhecido por sua fertilidade alta.
Povoado Bom Jardim	Sua motivação reside no fato de os habitantes perceberem a existência de muitas árvores, como por exemplo, Pau D'arco, entre outras, as quais refletiam um florido e harmonioso jardim na localidade.
Povoado Sítio Cajarana	Sua motivação faz alusão à existência de uma frondosa árvore, conhecida popularmente como Cajarana, na região em que se deu início ao povoamento do lugar. Segundo populares, os moradores costumavam conversar no fim da tarde embaixo dessa árvore.
Povoado Cangandu	Sua motivação faz referência a uma Lagoa chamada Cangandu presente no local do povoado. Em épocas remotas, os índios que habitavam a região usufruíam dessa água, garantindo, assim, a sua sobrevivência.
Povoado Sítio Carrasco	Sua motivação faz referência a uma planta de folhas finas e com muitos espinhos, arbusto muito comum na região conhecida como carrasco.
Povoado Corredor	Sua motivação faz referência a um extenso corredor (via, caminho) presente na região que dava acesso ao povoado. Segundo populares, era um caminho constituído por cercas de arame nas laterais.



Povoado	Motivação/causa toponímica
Povoado Lagoa Seca	Diz uma versão popular que seus primeiros habitantes perceberam que a lagoa da comunidade costumava ficar sem água durante o período de estiagem, por causa deste motivo a localidade ficou conhecida como Lagoa Seca.
Povoado Sítio Olho d'Água dos Dandanhos	Sua motivação é em razão do povoamento do lugar ter iniciado com a família dos Dandanhos e em sua propriedade haver um Olho d'Água (fonte de água).
Povoado Pau Ferro	Sua motivação faz referência à abundância de árvores de Pau Ferro presente na região do povoado, que, na época, era utilizada para fins medicinais e industriais.
Povoado Pau Ferro dos Laranjeiros	Sua motivação faz referência ao fato de o povoado ser coberto por árvores de Pau Ferro e seu povoamento ter iniciado na propriedade da família dos Laranjeiros.
Povoado Sítio Poção	Sua motivação é em razão da existência de poças e barragens naturais com paredões de pedras, os quais possuíam águas que desenvolviam poções de água na região.
Povoado Taboquinha	Sua motivação faz referência à madeira taboca, a qual era existente na região, com uma dimensão de formato bem pequeno, por isso chamava-se taboquinha.
Povoado Umbuzeiro	Sua motivação faz alusão à existência de espessas árvores de umbu na região onde se originou o povoado, se destacando por prover sombra e comodidade.
Povoado Vila Aparecida	Sua motivação é uma homenagem à Padroeira do Brasil que é também a padroeira da própria comunidade. O local antes era chamado de Lagoa dos Cavalos.

Fonte: Elaboração pela autora (2024).

É importante ressaltar que as motivações apresentadas no Quadro 2 são oriundas de moradores locais, adquiridas por meio de entrevistas orais temáticas, nas quais eles narraram as histórias populares e/ou lendárias conhecidas pelos entrevistados e que eles acreditam ser, de fato, a versão verdadeira.



Em princípio, o trabalho de problematização da fonte oral não difere da fonte escrita, porém o pesquisador-toponimista deve estar ciente dos limites epistemológicos de cada uma. Com efeito, os discursos dos moradores desses povoados alagoanos vão sendo apreendidos nesse espaço de representações e lugares do imaginário simbólico coletivo.

Com base no Quadro 2, é visto que a principal motivação para a escolha dos nomes atribuídos aos povoados arapiraquenses faz referência à flora/vegetação local, que é bastante rica e diversificada, a qual se reflete como um marco referencial determinante para a toponímia regional.

Como já exposto neste texto, acreditamos que essa tendência se justifica devido às funções que a vegetação possui para essa comunidade. Dessa forma, o ser humano busca retratar o que há de valor no local onde reside e no ambiente onde está inserido por meio dos fitotopônimos, uma das taxes mais recorrentes neste estudo, referenciando a flora em geral.

Além da vegetação local, pontuamos também outras motivações, porém menos produtivas, como os referenciais relacionados a acidentes hidrográficos, composição do solo e traço de religiosidade. Assim, no acervo toponímico em questão, observamos que o ato de nomear se caracteriza como uma forma de refletir questões naturais e também valores socioculturais e históricos de determinados grupos.

Por fim, destacamos que tais indícios motivacionais para as escolhas dos topônimos dos povoados arapira-



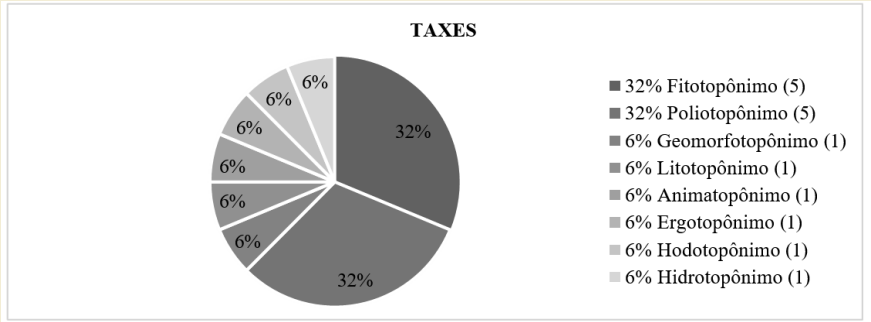
quenses estão materializados em seus nomes e imbricados nos relatos orais de uma memória toponímica passada de gerações pretéritas para gerações presentes, visto que o contexto sócio-histórico-cultural no qual os topônimos estão inseridos não podem ser desvinculados dessa relação de sentidos discursivos.

PARA UMA ANÁLISE QUANTITATIVA DOS TOPÔNIMOS DOS POVADOS DO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA/ALAGOAS

Nesta subseção, apresentaremos o tratamento estatístico que realizamos com o acervo dos 16 nomes dos povoados arapiraquenses. Nessa direção, exibiremos quatro gráficos em que demonstraremos os quantitativos e percentuais relativos às produtividades de cada categoria analisada, quais sejam: taxa, estruturas morfológicas das bases lexicais, procedências linguísticas e motivações toponímicas.



Gráfico 1 - Produtividade taxonômica dos topônimos



Fonte: Elaboração própria (2024).

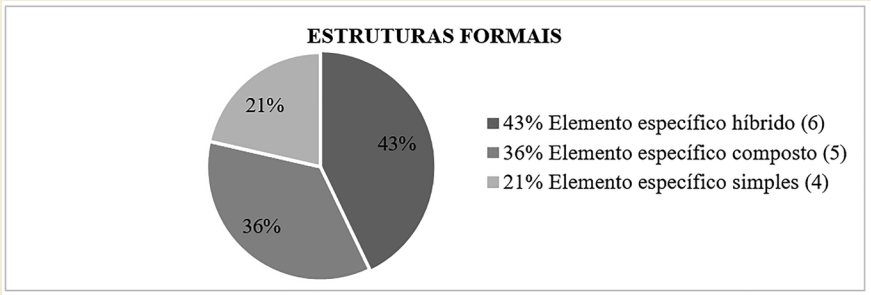
Como exposto no Gráfico 1, evidenciamos diferentes taxes, tanto de natureza física como de natureza antropológico-cultural, corroborando a diversidade taxonômica do recorte toponímico analisado.

No entanto, o referido gráfico explicita as mais produtivas, quais sejam: fitotopônimos e poliotopônimos no computo geral dos 16 nomes de povoados arapiraquenses. Quantitativamente, registramos cinco nomes, correspondendo à 32%, para cada tax. Enquanto as outras taxes apresentaram as seguintes porcentagens: (1) geomorfotopônimo, (1) litotopônimo, (1) animatopônimo, (1) ergotopônimo, (1) hodotopônimo e (1) hidrotopônimo, que equivale à 6% para cada tax.

Essa produtividade revela uma vegetação local rica e diversificada, além de povoados que são derivados de aglomerados humanos menores, refletindo essas particularidades na toponímia local.



Gráfico 2 - Produtividade das estruturas morfológicas dos nomes dos povoados arapiraquenses



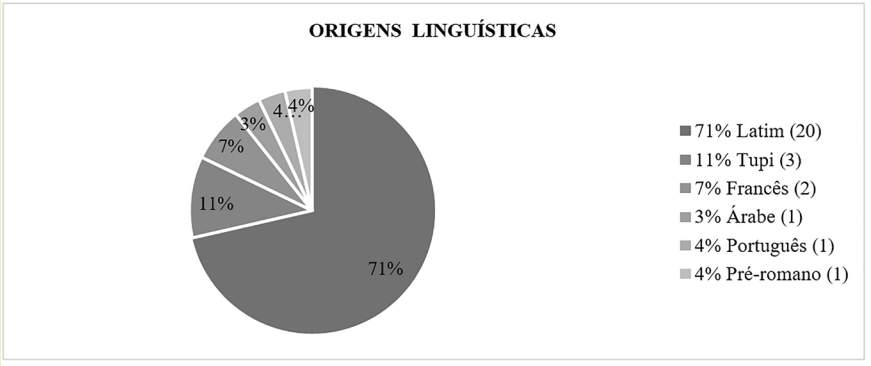
Fonte: Elaboração própria (2024).

Como exposto no Gráfico 2, destacamos que o modelo de estrutura mórfica mais produtivo foi o elemento específico híbrido, que são topônimos estruturados por elementos de origem linguística distinta. Esse tipo de topônimo apresentou um quantitativo de 6 nomes, equivalente a 43%. Enquanto os outros dois modelos estruturais apresentaram os seguintes percentuais: 5 elementos específicos compostos, que equivalem a 36% e 4 elementos específicos simples, que equivalem a 21%.

Essa maior produtividade híbrida demonstra um perfil etimológico que aponta para uma feição diversificada e inovadora, com a presença de traços plurilíngues em seus elementos formadores. Tal característica foi influenciada, provavelmente, pelas condições étnico- históricas e pelos contatos interlinguísticos ocorridos durante o processo de constituição da região investigada em Alagoas.



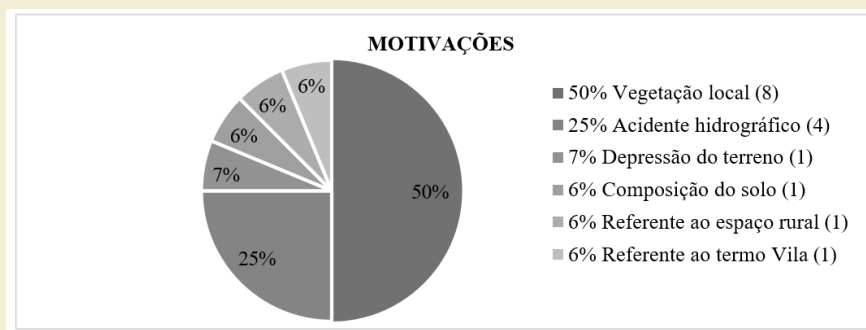
Gráfico 3 - Produtividade das origens linguísticas dos nomes dos povoados arapiraquenses



Fonte: Elaboração própria (2024).

O Gráfico 3 ilustra a produtividade etimológica dos morfemas lexicais constitutivos dos 16 nomes investigados, neste viés, os remanescentes lexicais latinos se manifestaram predominantemente nesse recorte toponímico com 20 ocorrências, correspondendo a 71%, compondo bases lexicais de formante de 13 nomes dos povoados arapiraquenses, constituindo topônimos simples (Bálsamo), em combinações compostas (Sítio Carrasco) ou em composições híbridas (Baixa da Onça). Tal fecundidade lexical demonstra ser o Latim o substrato linguístico, fundamentalmente, relevante.

Gráfico 4 - Produtividade das motivações dos nomes investigados



Fonte: Elaboração própria (2024).

Com base no Gráfico 4, podemos afirmar que os referenciais fitológicos e hidrológicos se revelaram os mais produtivos na prática denominativa de povoados arapiraquenses, respectivamente. Quantitativamente, o referencial fitológico predominou com o quantitativo de oito nomes

correspondentes a 50% do cômputo geral. Ademais, os acidentes hidrográficos manifestaram-se com quatro ocorrências, que equivale a 25%. Entretanto, as outras causas motivacionais apresentaram os seguintes percentuais: (1) Depressão do terreno, (1) Composição do solo, (1) Referente ao espaço rural e (1) Referente ao termo Vila, equivalente a 6% do computo geral.

No entanto, essa produtividade revela a preferência do sujeito-nomeador por elementos naturais básicos do seu ambiente circundante, em especial os da vegetação e os do elemento água, confirmando, assim, tendências toponímicas já demonstradas em outros estudos sobre a toponímia brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta investigação, buscamos apresentar, neste quinto capítulo, uma descrição e análise dos dezesseis nomes atribuídos aos povoados de Arapiraca, em Alagoas e, conseqüentemente, apresentar algumas especificidades linguísticas e extralinguísticas desse recorte da toponímia alagoana que deixa transparecer influências de fatores econômicos e ideológicos relacionados à história da formação dos povoados.

Com base no *corpus* constituído, evidenciamos que os dezesseis topônimos dos povoados arapiraquenses estão distribuídos em oito taxes toponímicas, divididas de forma igual em dois grupos, quais sejam: i. o de natureza física e ii. o de natureza antropológica. Sendo assim, podemos afir-



mar que, no repertório toponímico estudado, não ocorreu a predominância de um determinado taxonômico grupo sobre o outro.

No grupo I de índole física, os fitotopônimos, no cômputo geral dos nomes analisados, se mostraram como a categoria mais recorrente para a nomeação dos povoados arapiraquenses, seguindo uma tendência toponímica no Brasil e também na toponímia alagoana. Acreditamos que essa produtividade fitológica é justificável, em razão de a vegetação da região do agreste onde o município se encontra ser bastante diversificada. Logo, sendo materializada pelo sujeito-nomeador na toponímia local.

No grupo II de índole antropocultural, os poliotopônimos se revelaram os mais fecundos para a nomeação dos povoados arapiraquenses, em território alagoano. Consideramos que essa tendência ocorre pelo fato dos atuais povoados serem derivados, geralmente, de aglomerados humanos menores como sítios, vilas, núcleos, dentre outros na produção e organização do espaço geográfico alagoano, conservando, assim, em seu topônimo o termo genérico (sítio e vila) em seu uso cotidiano e, conseqüentemente, se institucionalizando e se toponomizando em seus próprios topônimos na toponímia rural alagoana.

Em relação às estruturas morfológicas destes nomes, quanto ao processo de formação, detectamos a presença de elementos específicos simples, específicos compostos e compostos híbridos, sendo o elemento específico híbrido o mais produtivo no *corpus* analisado.



Quanto à origem linguística, notamos uma maior recorrência de topônimos de origem latina, em formas aportuguesadas, apresentando uma gama de analogias no plano lexical e gramatical que se justificam, no tempo e no espaço, uma origem comum. Apesar de os rudimentos etimológicos serem voltados para o latim, o recorte estudado revelou um repertório linguístico atravessado por outras línguas com uma menor produtividade.

Quanto às motivações toponímicas, pontuamos que a paisagem natural do território alagoano, em particular sua vegetação regional e sua riqueza hidrográfica - referenciais fitológicos e hidrológicos, respectivamente - se revelou como a causa determinante de motivação para as escolhas dos nomes dos povoados investigados.

Acreditamos que tal motivação reside em seu caráter referencial e identitário, na medida em que reflete representações de singularidades físicas dos contornos do cenário terrestre circunscrito ao sujeito-nomeador e ao lugar nomeado, projetando uma relação simbólica entre o espaço, a língua e o homem, em que esse tríptico, em processo simbiótico, formam um todo representativo na toponímia local.

Por fim, esperamos que este estudo toponímico de vertente lexicológica possa contribuir com conhecimento inovador para posteriores pesquisas linguísticas sobre o léxico toponímico brasileiro, em seu recorte alagoano, colaborando para uma melhor compreensão da Língua Portuguesa do Brasil, em sua formação, sua estrutura e seu funcionamento.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/al/feira-grande.html>>. Acesso 10 abril 2023.

CÂMARA Jr. Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. 363 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

CUNHA, Antonio Geraldo da. **Dicionário Etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. Ver atual. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DANTAS, Cármen Lúcia. **Origem dos nomes dos municípios alagoanos**. Maceió: SECOM/AL, 2023.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A toponímia como meio de investigação linguística e antropológica. **Estudos geolinguísticos e dialetais sobre o português: Brasil – Portugal**. Campo Grande: Editora UFMS, 2008.

GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. **Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes**. 3 ed. rev. e aum. São Paulo: Ave Maria, 1994.

ISQUERDO, Aparecida Negri Isquerdo. Apresentação. In: ISQUERDO, Aparecida Negri Isquerdo (Org.). **Toponímia ATEMS: caminhos metodológicos**, v.1 [recurso eletrônico] – Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2019.



ISQUERDO, Aparecida Negri Isquerdo. **Toponímia:** tendências toponímicas no estado de Mato Grosso do Sul, v.2 [recurso eletrônico] – Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2020.

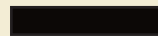
MELO, P. A. G. de. Um recorte do léxico toponímico indígena municipal alagoano: motivações toponímicas. **Revista Interface.** Guarapuava, vol. 4 n. 2, dez. 2013. p. 39 – 51.

MELO, P. A. G. de. **Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) - municípios e seus aspectos linguísticos e extralinguísticos.** 2018. 360 f. Orientador: Prof. Dr. Manoel M. A. da Silva. Tese (Doutorado em Letras: Estudos Linguísticos) — Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2018.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Tupi antigo:** a língua indígena clássica do Brasil. São Paulo: Global, 2013.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. **Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi:** significado dos nomes geográficos de origem tupi. 2.ed. Brasil: Traço, 1997.





CAPÍTULO 6

TOPONÍMIA, DISCURSO E CULTURA: NOMES DE DOIS POVOADOS DO MUNICÍPIO DE IGACI/ALAGOAS

Max Silva da Rocha

<https://orcid.org/0000-0002-6333-5532>

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em consonância com as pesquisas até então apresentadas, este sexto capítulo traz um estudo sobre dois topônimos de lugares habitados no território de Alagoas, pondo em foco alguns aspectos discursivos e sócio-histórico-culturais a eles relacionados. Para tal fim, adotamos uma abordagem indisciplinar entre a Toponímia, a Linguística Discursiva e os Estudos Culturais.

Nessa direção, entendemos que este trabalho pode mostrar a importância de tais aspectos na origem das motivações para os nomes dos povoados Caraibinhas e Lagoa do Caldeirão, ambos localizados no município de Igaci, no interior do estado de Alagoas.

Metodologicamente, seguimos uma abordagem qualitativa, de fonte primária, com objetivos descritivos e interpretativos, em um diálogo com os estudos toponímicos, linguísticos e culturais, para buscar embasamento teóri-



co-metodológico, a fim de subsidiar as análises que serão expostas adiante. O *corpus* analisado é constituído por duas entrevistas gravadas com moradores dos povoados igacienses; elas foram gravadas em áudio e transcritas, seguindo as orientações e normas dos estudos conversacionais.

Este texto está dividido em duas grandes seções: a primeira seção apresenta conceitos basilares da fundamentação teórica utilizada na área da Toponímia em diálogo com os estudos culturais e os linguísticos; e a segunda seção expõe a análise e discussão dos dados. Por último, são apresentadas as considerações finais e as referências que subsidiaram a nossa fundamentação teórica.

ALGUNS PONTOS ACERCA DOS ESTUDOS TOPONÍMICOS

Com seu surgimento na França, os estudos toponímicos, em seus fundamentos epistemológicos, objetivam, em linhas gerais, estudar as motivações dos nomes de lugares, bem como o sistema de denominação mobilizado para dar nome a elementos físicos e imaginários em uma dada cultura (Dick, 1992). Neste trabalho, a Toponímia ancora as nossas discussões, uma vez que o eixo central deste estudo são os possíveis sentidos suscitados por ocasião dos nomes de dois topônimos alagoanos, a saber: Caraibinhas e Lagoa do Caldeirão, ambos localizados no território de Igaci/AL.

É importante lembrar que a Toponímia se debruça sobre os nomes de lugares, pertencentes tanto a zonas rurais como sítios, povoados, fazendas, etc., quanto a zonas urbanas como cidades, ruas, praças, avenidas, etc.



Particularmente nesta pesquisa, trataremos sobre duas comunidades predominantemente de zona rural. Por isso, é preciso considerar esse espaço e todas as suas idiossincrasias que o caracterizam.

Uma das principais características que diferenciam os nomes de lugares dos nomes comuns é justamente o seu traço motivador (icônico). Para Dick (1990), a motivação toponímica ocorre por meio de dois fatores: a) a intencionalidade do sujeito-nomeador e b) a natureza do produto. O primeiro elemento diz respeito aos fatores de ordem externa que motivaram a escolha do nome; o segundo refere-se ao conteúdo semântico representado no nome.

Nessa direção, conforme propõe Dick (1992, p. 47), o topônimo não é somente um signo dado *a priori* na língua, ele é, também, uma entidade dinâmica, multifacetada, construída e recoberta de elementos ideológicos, políticos, históricos, sociais e culturais. Com efeito, a citada autora preleciona que o nome de lugar “não é algo estranho ou alheio ao contexto histórico-político da comunidade. Ao contrário, reflete, de perto, a própria substância ontológica do social, onerado que está de uma profunda carga significativa”.

Já conforme ensina Isquerdo (2019, p. 9), é necessário, desse modo, considerar que “o topônimo é, em sua essência, um signo linguístico, pois, antes de cumprir sua função toponímica, integra o léxico da língua e, como tal, carrega em si todas as características linguísticas e extralinguísticas a que o léxico está sujeito”. É através desse processo que signos linguísticos podem se transformar em nomes próprios,



nomes de pessoas ou de entidades religiosas, acoplando um valor ideológico, além do lexical.

Assim, nos estudos toponímicos, considerando uma vertente discursiva, verificamos a capacidade de investigar a origem, as possíveis significações e as transformações dos nomes de lugares habitados. Tais motivações ocorrem por espontaneidade do sujeito-nomeador ou por forças político-ideológicas que, certamente, impõem as suas decisões. Conforme observa Melo (2024, p. 52) em um recente trabalho sobre a toponímia alagoana, é através da língua que “os sujeitos projetam realidades e representações, constroem interações e compartilham experiências sociais e culturais”.

Com esse olhar, compreendemos que a Toponímia se revela uma área de estudos que apresenta um instrumental teórico-analítico consolidado, que é capaz de investigar a história de um povo, no sentido de pesquisar os valores, as crenças e os costumes como características mais importantes que garantem o conhecimento de tradições para outras gerações. “Desse modo, o lugar resulta de sentidos construídos pelas vivências individuais e coletivas e por referenciais afetuosos elaborados no decorrer dessas vivências” (Melo, 2024, p. 67). São esses aspectos, aliados a outros fatores de ordem linguística, que motivam as escolhas dos nomes de lugares rurais ou urbanos e que, de algum modo, representam os imaginários coletivos que circulam em sociedade.

Consequentemente, o léxico toponímico é uma dimensão que se constitui como um meio de depositar uma memória toponímica coletiva, uma vez que os nomes de lugares fornecem informações imprescindíveis sobre a vida



social, a cultura, a história, a política, a economia, ou seja, elementos do ato denominativo dos lugares, extrapolando as informações de cunho apenas linguístico, como veremos mais adiante nas análises.

Entretanto, é necessário frisar que o ato de nomear os lugares não é algo novo que surgiu recentemente. Consoante Isquierdo (2019, p. 11), “atribuir nome aos lugares é uma prática antiga, pois o homem, para se situar no espaço, precisa nomeá-lo. Assim, pode-se entender o ato da nomeação de um lugar como uma forma de apropriação do espaço [...]”, que revela um cenário de subjetividade do sujeito-nomeador e até mesmo um exercício de poder. Não é qualquer pessoa que nomeia, é preciso ter autorização, prestígio para tal ato. Por isso, o sujeito-nomeador é alguém munido de poder e o exerce quando denomina.

Segundo Isquierdo (2019, p. 9), a toponímia de um determinado espaço geográfico mostra como acontece a vivência de um grupo humano de uma região, “pois o denominador, ao atribuir um nome a um córrego, uma cachoeira, uma montanha, por exemplo [...] transfere para o nome do lugar, o topônimo, as suas impressões pessoais, seus valores, suas crenças, suas expectativas, enfim, a cosmovisão que lhe é própria”. A prática linguístico-cultural de nomear lugares revela esses traços subjetivos que engendram efeitos de sentido que são manifestados, percebidos e reconhecidos no discurso. Importa, a seguir, identificar, descrever e interpretar esses aspectos.

Ao considerar a dimensão cultural, evidenciamos que os sujeitos se constituem em plena relação com os aspectos



que estão ao redor, estes o afetam, refratam e o interpelam. A cultura também atua como uma espécie de aparelho que interpela o sujeito. Em sintonia com Laraia (2001), compreendemos que a cultura é tudo aquilo que está intrínseco ao homem, pois a ele (e só a ele) é delegada a possibilidade de possuir cultura.

A grande qualidade da espécie humana foi a de romper com suas próprias limitações: um animal frágil, provido de insignificante força física, dominou toda a natureza e se transformou no mais temível dos predadores. Sem asas, dominou os ares; sem guelras ou membranas próprias, conquistou os mares. Tudo isto porque difere dos outros animais por ser o único que possui cultura (Laraia, 2001, p. 14).



É a cultura que difere o homem dos outros seres, pois as técnicas, os costumes, a língua, a religião, as tradições, tudo isso faz com que o homem seja, de fato, um ser cultural, mesmo em tempos considerados pós-modernos, como descreve Hall (2006). As tecnologias influenciam de forma acentuada a sociedade pós-moderna, mas a cultura ainda continua sendo o motivo fulcral das diferenças e desigualdades sociais.

Os avanços tecnológicos, a supressão e a compressão do tempo, o trabalho exacerbado como mercadoria, são aspectos que poderiam fazer com que a própria cultura fosse comprometida e reduzida a um possível encapsulamento. Assim, o tempo se comprime, pois a relação do homem com

os avanços do mundo provocou essa celeuma. E o mais alarmante: a compressão do tempo e do espaço atinge toda a sociedade.

É a chamada pós-modernidade (Hall, 2006), engatilhada pelo capitalismo desenfreado, o qual utiliza o tempo e o espaço para explorar a classe trabalhadora. Essa exploração não é algo efêmero, mas que vem perdurando ao longo do tempo, provocando, assim, um afunilamento do tempo e do espaço. Mesmo assim, o relativismo cultural persiste, visto que a cultura é algo que está em andamento e ela é apreendida pelo homem em suas relações sociais, a exemplo do trabalho e das relações de poder existentes.

Em vista disso, não interessa o que “desejemos ou encaremos como esclarecimento, a diversidade das culturas persiste e prolifera, mesmo em meio e até em resposta às poderosas forças de vinculação da indústria, das finanças, das viagens e do comércio modernos” (Geertz, 2001, p. 217). A cultura é, de fato, uma das únicas formas que o homem possui como preservação, expansão e manutenção de sua identidade.

No tocante aos estudos linguísticos, numa vertente discursiva, acreditamos que é preciso, neste trabalho, buscar caminhos que indicam como analisar os discursos e as outras vozes que perpassam as falas dos sujeitos quando, neste caso, nomeiam lugares. Por isso, buscamos em Bakhtin (2006; 2010) a ideia de dialogismo, entendido como as múltiplas vozes dos discursos em diferentes espaços sociais. Nesse caminho, outros autores também surgem para ratificar as ideias defendidas nessa investigação, a exemplo



de Melo (2024), o qual reforça os olhares acerca da toponímia alagoana.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS ESTUDOS CULTURAIS

Os estudos culturais são um campo do conhecimento em que diversas teorias se entrecruzam, formando um diálogo indisciplinar. Tais estudos surgem num espaço-temporal de pós-guerra, ascensão tecnológica, crescimento econômico e, principalmente, das revoluções científicas. Nessa pesquisa, buscamos interlocução entre os estudos culturais com os toponímicos e os dicursivos, a fim de um melhor entendimento dos aspectos culturais, históricos e conversacionais nos relatos dos nossos informantes.

De acordo com Geertz (2001, p. 215), a cultura refere-se às “estruturas de sentido em que as pessoas vivem e formam suas convicções, suas individualidades e seus estilos de solidariedade – como força ordenadora das questões humanas”. Em vista disso, cada grupo social tem a sua própria cultura e dentro desse grupo há a possibilidade de existir uma espécie de subcultura, devido à multiplicidade do conceito de cultura. Seria como caixa dentro de caixas e prateleiras em cima de prateleiras, conforme esse autor.

Compreendemos que os estudos culturais contribuem para a observação dessas relações existentes entre cultura e sociedade, pois é nesta que as mudanças e as múltiplas formas culturais influenciam as práticas de um determinado grupo social. Conforme Laraia (2001, p. 24), “o homem é o resultado do meio cultural em que



foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam”. É possível inferir que, de fato, a cultura é apreendida pelo homem, não sendo algo inato a ele.

Os estilos de vida, os costumes de um povo, os discursos que envolvem as falas dos partícipes de uma sociedade, tudo isso é uma forma de comunicação, pois revela um processo cultural. A língua humana “é um produto da cultura, mas não existiria cultura se o homem não tivesse a possibilidade de desenvolver um sistema articulado de comunicação oral” (Laraia, 2001, p. 28). Sem dúvida, a oralidade é a forma mais plena de disseminação cultural, já que sem ela a comunicação interativa não aconteceria e os valores identitários de um povo não seriam repassados de geração para geração, a exemplo da nomeação dos topônimos como forma de efetivar uma memória coletiva.

Diante disso, depreendemos que a oralidade é um dos principais meios mantenedores dos processos culturais. Ela é uma forma clássica de representação da história. A representação é uma categoria fundamental, pois propõe retratar uma determinada realidade. As representações são construídas sobre o mundo e “não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real” (Pesavento, 2012, p. 39).



A identidade cultural promove uma imagem na qual é possível perceber um espaço de diferenças que se chocam em aspectos como a família, a religião, a aldeia, entre outros domínios. Isso ocorre por causa da pluralidade e diversidade culturais. Não há um padrão de cultura, mas sim padrões de cultura (Benedict, 2013), os quais envolvem uma série de fatores. Logo, “tudo que o homem faz, aprendeu com os seus semelhantes e não decorre de imposições originadas fora da cultura” (Laraia, 2001, p. 27).

No início do século XX, pensava-se que aspectos biológicos e geográficos poderiam ser os gatilhos impulsores das diversidades culturais. No entanto, percebeu-se, a partir de consideráveis estudos, que é a cultura que faz com que os homens tenham determinados comportamentos, e não outros. Logo, não é um determinismo biológico que vai explicar os comportamentos humanos numa sociedade, embora seja algo que esteja associado ao homem. É o contato com o outro (alteridade) que faz com que um sujeito possa adquirir determinados traços culturais e não outros de uma comunidade específica. Assim, mais uma vez concordamos com Laraia (2001), ao dizer que a unidade da espécie humana só pode ser explicada em termos de sua diversidade cultural.

Como forma de diálogo indisciplinar, este trabalho dialoga com os estudos linguísticos, entendidos como mecanismos teórico-analíticos capazes de contribuir com o entendimento da língua na vida dos sujeitos. Não está atrelado à concepção saussuriana ao pensar a língua como um simples sistema abstrato de signos, mas sob o olhar



bakhtiniano, ao estudar a língua como um lugar de tensão entre vozes sociais, pois estas, a todo momento, perpassam os discursos dos seus enunciadorees. A seguir, teceremos algumas considerações sobre as contribuições de Bakhtin (2006; 2010) para este trabalho.

ASPECTOS LINGÜÍSTICO-DISCURSIVOS: O DIALOGISMO E SUAS ESPECIFICIDADES

Os estudos do chamado Círculo de Bakhtin procuravam investigar como as atividades humanas estão manifestadas na língua por meio das relações dialógicas. Essas relações ultrapassam o sistema abstrato linguístico e passam a compreender a língua como lugar de interação social e verbal. Assim sendo, todo discurso tem uma orientação dialógica, pois se por um lado aponta para um determinado objeto, por outro, aponta para o discurso do outro nesse mesmo objeto, pontuando as diferentes vozes sociais.

Assim, há uma necessidade de desvelar a presença do outro no discurso, já que não existe diálogo com apenas uma pessoa. O diálogo social não corresponde ao que é apenas estritamente linguístico, mas sim a tudo aquilo que pode, de algum modo, influenciar a vida dos sujeitos. Nesse sentido, aspectos provindos das relações sociais são cruciais na construção das relações dialógicas porque eles permitem observar como os discursos circulam na sociedade e quais valores axiológicos produzem. Sobre o dialogismo, é pertinente destacar que todo discurso aborda questões referentes a um determinado objeto e nele é



possível perceber que há várias vozes e/ou discursos que também falam do mesmo fenômeno. Brait (2005, p. 94-95) enfatiza que “o dialogismo diz respeito ao permanente diálogo, nem sempre simétrico e harmonioso, existente entre os diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade”.

A interdiscursividade representa as múltiplas vozes sociais que circundam um determinado enunciado. Elas são axiológicas, visto que podem lançar juízos de valor acerca de um objeto. São vozes culturais, históricas, sociais, políticas que ecoam nos discursos. Percebemos, desse modo, que a língua, na concepção de Bakhtin, refere-se ao funcionamento discursivo, ou seja, como ela se manifesta na vida das pessoas e como ela proporciona a constituição dos mais diversos enunciados e sentidos.

Sendo assim, a comunicação verbal e as relações dialógicas promovem os discursos que circulam na sociedade. Trata-se das múltiplas vozes que imbricam aspectos históricos, sociais, culturais, além de outros valores que configuram o dialogismo bakhtiniano. Nesse sentido, “no conjunto da obra de Bakhtin, as relações dialógicas são entendidas como espaços de tensão entre vozes” (Flores; Teixeira, 2012, p. 58). Estudar como as vozes sociais atuam permite entender como se projetam valores axiológicos.

Para Brait (2005), a linguagem, pensada como língua ou discurso, é dialógica por natureza. Ignorar esse aspecto é o mesmo que excluir a ligação que existe entre a linguagem e a vida. É aí que o dialogismo se faz presente, pois ele permeia toda a interação humana. Observar como ocorre essa intera-



ção entre língua, discurso e vida é a principal tarefa desses estudos dialógicos de vertente e orientação bakhtiniana.

Quando os sujeitos dialogam e promovem uma relação de interação social entre eles, é possível perceber que múltiplas vozes sociais se imbricam ou se chocam durante a comunicação verbal. Para Bakhtin (2006, p. 200), “toda a atividade verbal consiste, então, em distribuir a ‘palavra de outrem’ e a ‘palavra que parece ser a de outrem’”. Entendemos que todo discurso tem o seu objeto voltado para o outro (alteridade), já que sem o outro não há possibilidade para esse espaço dialogicamente marcado. Os discursos se entrecruzam, fundem-se e materializam-se nos mais diversos enunciados.

Como diz Bakhtin (2010), a “linguagem é dialógica” e é por meio dos enunciados que ela se manifesta de maneira plena. Entendê-la sob essa ótica é enveredar num possível caminho para compreender o funcionamento linguístico, por meio dos enunciados relativamente estáveis e concretos. Por isso, “a unidade fundamental da língua passa, assim, a ser o diálogo, entendido não somente no sentido aritmético do termo, mas como toda a comunicação verbal, independente do tipo” (Flores; Teixeira, 2012, p. 49).

Os sujeitos dialogam, negociam e constroem enunciados orais e escritos. Nesses gêneros do discurso, há uma enunciação que é impregnada de conteúdo ideológico. Logo, a separação, mesmo que apenas no plano teórico, entre a língua e o conteúdo ideológico não se justifica, visto que não encontra base teórica e empírica precisa. Não há que se falar em discurso e negligenciar a ideologia que per-



passa a fala do locutor e do interlocutor, que se manifestam em diferentes vozes sociais (Flores; Teixeira, 2012).

Notamos que, a partir da estreita ligação entre língua e sociedade, Bakhtin (2006) entende o processo de significação como o resultado das estruturas/conjunturas sociais, pois os discursos são moldados por aspectos sociais, históricos, políticos, ideológicos, entre outros, que influenciam os dizeres e a vida dos sujeitos. A própria enunciação, fazendo parte de um processo de comunicação ininterrupto e de enunciados concretos e relativos, é entendida como um acontecimento de natureza social, realizado por sujeitos que também são seres sociais. Nesse sentido, na enunciação interativa, “o diálogo é a forma clássica de comunicação discursiva” (Bakhtin, 2010, p. 275).



OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A pesquisa de campo foi realizada no município de Igaci/Alagoas, procurando mostrar como os aspectos culturais, históricos e linguísticos influenciaram nas motivações toponímicas dos nomes dos povoados Caraibinhas e Lagoa do Caldeirão²⁰.

Para realizar este estudo, buscamos subsídios teórico-metodológicos para coleta, interpretação, análise e resultados. Assim, seguindo as diretrizes de Paiva (2019), foi adotada uma metodologia com um olhar qualitativo, quanto

²⁰Segundo os dados do último Censo Demográfico (2022) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o município de Igaci possui seis povoados. São eles: Lagoa do Caldeirão, Lagoa do Capim, Novo Rio, Lagoa do Félix, Caraibinhas e Coité das Pinhas.

à abordagem; descritivo e interpretativo, quanto aos objetivos; pesquisa teórica, quanto ao gênero; pesquisa básica, quanto à natureza; quanto às fontes de informação, é uma pesquisa primária. No que respeita à análise, está embasada no modelo toponímico de Dick (1990 e desdobramentos atuais) em diálogo com estudos culturais e os linguísticos de base discursiva.

Tomando como base esses fundamentos teórico-metodológicos, ocorreram, num primeiro momento, as entrevistas orais com moradores dos povoados estudados; depois, a transcrição das informações da pesquisa; em seguida, a descrição dos elementos culturais, toponímicos e linguísticos; posteriormente, a interpretação dos dados orais e, finalmente, a apresentação dos resultados alcançados por meio deste trabalho.

Todos os passos descritos foram desenvolvidos com o propósito de subsidiar as análises dos dados e os aspectos que os constituem. Após a apreciação das informações adquiridas, ocorreu a seleção de duas amostras para contextualizá-las e, concomitantemente, analisá-las e interpretá-las, com o objetivo de obter, gradativamente, respostas para a nossa investigação. Objetivamos, dessa forma, desvelar quais são os aspectos culturais, toponímicos e linguísticos no discurso de moradores dos povoados Caraibinhas e Lagoa do Caldeirão que traduzem inter-relações com o ato de nomeação dos referidos lugares habitados, ambos localizados no território do município de Igaci.



ANÁLISE SOBRE AS MOTIVAÇÕES TOPONÍMICAS

O evento discursivo a seguir tem como tópico discursivo as motivações toponímicas do povoado igaciense Caraibinhas. A entrevista possui dois interlocutores (entrevistador e entrevistado) que, dialogicamente, negociam as trocas de turnos e os sentidos que são construídos na interação. Esse evento comunicativo ocorreu na casa do entrevistado, onde o entrevistador (L1) dominou o andamento da entrevista.

Assim, há um objetivo definido, que é saber como se originou o nome do povoado e, concomitante a isso, identificar e analisar as categorias que subsidiam esse trabalho. A elaboração desse momento de fala ocorreu previamente, pois o entrevistador já sabia o que iria perguntar ao entrevistado e vice-versa. Mesmo a entrevista acontecendo face a face, a situação discursiva já havia sido preparada pelo entrevistador. Não foi algo espontâneo. Nesse sentido, segue o momento interativo destacado:



Quadro 1: Momento Interativo 1

- L1: pode falar... por que é povoado caraibinha?
- L2: é:: por causa des/dessa... chama-se caraibinha mode essas duas craibieira que tinha... que chama craibeira de riacho né?
- L1: uhum...
- L1: dois pé de pau...
- L2: é ela tinha dois dois pé de pau duas craibeira... aí foi caraibinha né.. aí chama caraibinha dos do do zé vaqueiro...
- L1: do zé vaqueiro né?
- L2: é porque esse véio foi quem aduou isso daqui num sabe... quando eu fiz essa casa aqui... ali ainda tava o toco de esti: de arueira...
- L1: mais ou menos em que ano isso o senhor se lembra ou não?... mil e novecentos e... ?
- L2: não.. foi em mil... quando eu cheguei aqui foi em... cinquenta... eu vim praqui foi em cinquenta e dois... cinquenta e dois foi/quer dizer que eu comecei a morar aqui né?
- L1: certo...
- L2: agora caraibinha eu conheço ela de... eu tinha... quando eu tinha doze ano nós já vinha da lagoa do mato pro igaci... a gente carregava água nas costa... com um pote... nós saía meu pai não podia ir aí nós ia buscar água o que é que ele fazia dava dois ((incompreensível)) toma quando vocês voltar comprar uma rapa... lá na lagoa da peda nois comprava uma rapadura eu e meu irmão que morreu... no outro dia nois chegemo no clariar do dia...
- L1: quando o senhor veio morar aqui já tinha o nome caraibinha?
- L2: já:: homi... craibinha quando eu alcancei tava chei de gente já chama-va craibinha...
- L1: já chamava caraibinha...
- L2: já chamava craibinha... era craibinha já...
- L1: o principal motivo foi os dois pé de craibeira?
- L2: é os dois pé de craibeira que tinha né... aí o pessoal botaro o nome de craibinha...
- L1: quem botou mesmo a primeira pessoa o senhor não alcançou não né?
- L2: não alcancei não...
- L1: nunca ouviu falar não né?
- L2: não... diz o povo que foi o finado zé vaqueiro... mas eu não alcancei não né... alcancei sim o que o pessoá me dizia... chamava caraibinha mode essa craibeira que tinha...

Fonte: dados do autor (2024).



Conforme relato oral, a região onde localiza-se o povoado Caraibinhas é fruto de uma doação de terra feita por um senhor chamado de Zé Vaqueiro. O informante, que está na localidade desde 1952, conta que o principal motivo desse topônimo são dois pés de árvores denominados de caraibeiras, que ficavam às margens de uma lagoa, a qual ainda pode ser encontrada na comunidade, porém vazia. Ele relata que, possivelmente, a família de Zé Vaqueiro é a principal responsável por ser esse “sujeito-nomeador”.

Nessa entrevista, percebemos alguns aspectos que este trabalho vem discutindo ao longo das seções. Num primeiro momento, vemos a própria marca linguística do informante. Ela é caracterizada por uma fala popular, sem se preocupar com a formalidade, revelando uma identidade cultural própria do homem da roça, destituído, na maioria das vezes, do mundo da escolarização. Expressões como “*homi*”, “*véio*”, “*botaro*”, entre outras, revelam o lugar social ocupado pelo informante, qual seja, o da classe oprimida, que não teve a oportunidade de estudar. Além disso, vemos que as expressões revelam as múltiplas vozes sociais, vindas de uma classe desfavorecida.

As vozes discursivas que aparecem revelam as dificuldades encontradas pelo informante no início da segunda metade do século XX. Uma memória discursiva é retomada, trazendo à tona a seca da época e as dificuldades de se encontrar água. Segundo o entrevistado, “*quando eu tinha doze ano nós já vinha da lagoa do mato pro igaci... a gente carregava água nas costa... com um pote...*”. Observamos os duros esforços para se arranjar água, já que



era necessário carregar “*nas costa*”. Outro detalhe é que o informante só “*tinha doze ano*” quando fazia esse trabalho pesado. Isso justifica a não escolarização, pois ao invés de estar na escola, ele estava em atividades extremamente árduas para um jovem. E a própria distância de lugares fazia com que as dificuldades aumentassem consideravelmente. Percebemos que todos esses aspectos condicionam, inclusive, a escolha de um nome para “batizar” um acidente físico e/ou humano. Outras marcas discursivas do homem da roça podem ser percebidas quando o informante ressalta: “*lá na lagoa da peda nois comprava uma rapadura eu e meu irmão que morreu... no outro dia nois chegemo no clariar do dia...*”. Essa sequência revela marcas de discursivização, pois a própria rapadura é um doce encontrado com maior frequência na região Nordeste do Brasil. O fato de chegarem “*no clariar do dia*”, também revela a dura jornada para buscar água, possivelmente um dia inteiro de viagem a pé. Como vemos, esse era o cenário sociocultural de pessoas que viviam em Caraibinhas.

É válido destacar que as informações relatadas pelo informante são representações de uma possível realidade da comunidade em estudo, pois “indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade” (Pesavento, 2012, p. 39). Assim, toda representação trata de uma possibilidade de acontecimento em determinado período histórico. Por isso, entendemos que o entrevistado refaz a linha do tempo e cria uma representação do que ele entende ser a real história do povoado Caraibinhas. É por meio do relato oral e dessa



provável representação que se pode construir um possível entendimento de como surgiu esse topônimo.

Em se tratando das motivações histórico-culturais-que deram origem ao nome do topônimo Caraibinhas, constatamos que se trata de um fitotopônimo. Assim, os fitotopônimos, consoante a definição de Dick (1992, p. 31), são “topônimos de índole vegetal, espontânea, em sua individualidade, ou de espécies diferentes; além de formações não espontâneas individuais e em conjunto”. Ademais, verificamos que o discurso oral é a única forma de trazer à tona essa história e reconstruir uma possível representação do que aconteceu naquele local em uma determinada época histórica. Foi da própria vegetação que o sujeito-nomeador extraiu as informações para denominar.

Quanto ao segundo momento interativo, temos como tópico discursivo as motivações do nome do topônimo Lagoa do Caldeirão. Assim, entrevistador e entrevistado dialogam de forma interativa a fim de negociar sentidos em torno do tema em questão. A entrevista aconteceu na casa do entrevistado, no povoado em destaque.

Objetivamos, desse modo, entender como os aspectos culturais, históricos e linguísticos atuam conjuntamente para fazer com que os discursos produzam possíveis efeitos de sentido e não outros. A seguir, temos o segundo momento interativo:



Quadro 2: Momento Interativo 2

L2: esse homi ele vendia cachaça de engenho e rapadura sabe?... era o meu bisavô... aí veio com um monte de burro de boca da mata pra palmeira dos índios...

L1: aqui existe uma lagoa né?

L2: existe ainda... e com o passar do tempo ele:: foi gostando... não do povoado... dá área né que não era um povoado... e ele ficou viúvo e gostou da região... geográfica né... e com isso ele:: morreu viúvo com oito filhos e uma irmã dele viúva com dez... chamava-se X... e quando ele chegou com os filhos esses filhos foram crescendo e com o tempo quando ele vinha com esses burros de carga de de boca da mata a palmeira dos índios... ele chegava aqui nessa região geográfica tinha uma lagoa e essa lagoa existia uns pés de caldeiro que chama-se caldeirão né... o segundo apelido... e ele mandava mandava nos filhos e dizia assim oh vão dar água naquela lagoa que tem um pé de caldeirão... tá entendendo:

L1: tô entendendo...

L2: aí os filhos dele iam dar água os boi aí pronto... por isso ficou lagoa do caldeirão...

L1: tá vendo aí...

L2: pronto... então era do pau caldeiro né... caldeiro que é o nome científico agora só que o nordestino chama caldeirão...

L1: ficou até hoje?

L2 e casaram entre si os filhos dos dois irmãos e construíram o povoado... primo com primo se casaram...

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A explicação da motivação do topônimo Lagoa do Caldeirão advém da história de um homem que era um vendedor de cachaça de engenho e rapadura. O informante se diz bisneto do primeiro morador. Assim, o relato é oral e configura-se numa representação histórica do que possivelmente teria acontecido naquele espaço-temporal.

Segundo o entrevistado, “era o meu bisavô... aí veio com um monte de burro de boca da mata pra palmeira dos



índios...". Esse fato autoriza pensar na possibilidade de o bisavô do informante ser uma espécie de sem-terra, com ressignificações dos dias atuais. Por ser o seu bisavô, há também uma ancestralidade envolta, pois o bisneto (informante) guarda os discursos orais e até hoje reside no mesmo local onde seu bisavô fundou. Aqui podemos pensar numa memória toponímica que é guardiã dessas informações.

Ainda, de acordo com o entrevistado, percebemos os aspectos sociais presentes na narrativa, quando o informante diz que o seu avô *"ficou viúvo e gostou da região... geográfica né... e com isso ele:: morreu viúvo com oito filhos"*. Só o fato de ficar viúvo revela uma dificuldade a mais, porque um homem sozinho com oito filhos para cuidar não é uma tarefa fácil, ainda mais numa época de difícil sobrevivência. A figura da mãe representa, historicamente, pelo menos em nossa cultura, o cuidado, o zelo, a proteção, entre outras qualidades a ela intrínsecas. Assim sendo, inferimos as possíveis dificuldades que o primeiro morador do povoado Lagoa do Caldeirão enfrentou ao longo da vida.

O informante ainda relata que na região existia uma lagoa e até hoje ela pode ser notada no povoado. Ele afirma que dentro dela existiam uns pés de caldeiro, que é um tipo de vaso para se retirar água. Assim diz o relato oral: *"nessa região geográfica tinha uma lagoa e essa lagoa existia uns pés de caldeiro que chama-se caldeirão"*. Diante disso, o entrevistado diz que a lagoa e os pés de caldeiros foram os principais motivos propulsores que deram origem e motivaram a escolha do topônimo Lagoa do Caldeirão.



De acordo com o relato do informante, os caldeiros eram utilizados para buscar água e saciar a sede dos burros, pois o primeiro morador *“mandava nos filhos e dizia assim oh vão dar água naquela lagoa que tem um pé de caldeirão...”*. A partir disso, criou-se um costume chamar aquele local de Lagoa do Caldeirão, nome este que perdura até hoje. Como vemos, o sujeito-nomeador “batizou o local” em virtude da própria natureza, já que a vegetação local oferecia esses “recipientes” para retirar água.

Outro aspecto importante da cultura encontra-se no seguinte trecho: *“e casaram entre si os filhos dos dois irmãos e construíram o povoado... primo com primo se casaram...”*. Os filhos do primeiro morador casaram-se com as primas e deram origem ao povoamento do local. Não se fala aqui em incesto, como é comum em várias sociedades e culturas mundo afora, mas numa relação entre familiares com um grau de parentesco culturalmente autorizado, podendo se relacionar. Por isso, entendemos que os traços culturais são os aspectos fulcrais de uma comunidade, visto que são eles que regem as “leis” de um povo, bem como seus costumes, suas crenças e seus valores.

No tocante aos aspectos histórico-culturais que deram origem ao topônimo Lagoa do Caldeirão, observamos que o próprio caldeiro também é um tipo específico de vegetação, mas em formato de recipiente para se retirar água de uma lagoa, açude, barragem etc. Em síntese, percebemos que foi a própria vegetação local que deu origem ao nome ao povoado, configurando-se, segundo Dick (1992), também



num fitotopônimo, haja vista a influência da vegetação do espaço onde localiza(va)-se o povoado Lagoa do Caldeirão.

Entretanto, como a lagoa também interferiu nessa nomeação, podemos pensar aqui num hibridismo toponímico e mencionar que também se trata de um hidrotopônimo. De acordo com Dick (1990, p. 196), os “topônimos revestidos de natureza hidronímica [...] vincula-se à importância dos cursos d’água para as condições humanas de vida”. A nosso ver, é mais consistente pensar em uma dupla orientação toponímica neste caso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste sexto capítulo, discorreremos sobre dois nomes de povoados alagoanos por meio dos estudos toponímicos, culturais e discursivos, numa relação indisciplinar, procurando analisar como aspectos culturais, históricos e linguísticos estão refletidos nestes topônimos. Após as análises, podemos afirmar que a história dos dois povoados se associa a uma possível representação, por meio de uma memória coletiva. Isso ocorre porque não há uma documentação escrita que seja capaz de mostrar como se deram, de fato, as origens toponímicas dessas comunidades.

Os informantes relataram a história que eles acreditam ser a versão verdadeira. Assim sendo, os discursos vão sendo apreendidos nesse espaço de representações e lugares do imaginário simbólico coletivo. O relato oral e a transcrição dos dados foram de suma importância para o desvelamento de como possivelmente se originaram as mo-



tivações toponímicas dos povoados *Caraibinhas* e *Lagoa do Caldeirão*.

Percebemos que a recuperação das motivações dos nomes se deu no plano do discurso, imbricando aí o relato oral, visto que o contexto sócio-histórico-cultural no qual os topônimos estão inseridos não podem ser desvinculados dessa relação de sentidos discursivos. Quanto aos aspectos da cultura, observamos que é ela quem diferencia as sociedades, pois as distinções entre os sujeitos são de ordem cultural.

Evidenciamos que a escolha e a manutenção dos atuais topônimos se deram de forma cultural, histórica e linguística. Cultural porque cada sociedade tem a sua forma de cultura; histórica porque se tem uma ação ao longo do tempo; e linguística porque um sujeito-nomeador procura impor, na atividade linguageira, uma demarcação de domínio, de posse, de identidade consubstanciada no signo toponímico a ser interpretado e compartilhado pela/na comunidade, como bem destaca Melo (2024).

Finalmente, acreditamos que a grande contribuição em realizar essa investigação reside no fato de ainda não se ter um trabalho com esse olhar cultural e discursivo em um objeto de estudo como os relatos orais das motivações dos nomes dos povoados *Caraibinhas* e *Lagoa do Caldeirão*. Como impacto de pesquisa, esperamos que outros trabalhos possam ser realizados nessa área, expandindo-se para outros recortes e outras abordagens que possam investigar esses fenômenos.



REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikail. **Estética da criação verbal**. 5. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BENEDICT, Ruth. **Padrões de Cultura**. Tradução de Ricardo A. Rosenbusch. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. – (Coleção Antropologia).

BRAIT, Beth. **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2005.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**: Coletânea de Estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à linguística da enunciação**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós- modernidade**. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.



ISQUERDO, Aparecida Negri Isquerdo. Apresentação. In: ISQUERDO, Aparecida Negri Isquerdo (Org.). **Toponímia ATEMS: caminhos metodológicos**, v.1 [recurso eletrônico] – Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2019.

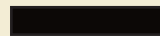
LARAIA, Roque de Barros, 1932. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge “Zahar” Editora, 2001.

MELO, P. A. G. de. Linguagem, território e cultura: cruzamentos entre a ação humana e a natureza na toponímia alagoana. **Lumen et virtus: revista interdisciplinar de cultura e imagem**, v. 15, n. 37, p. 52-71, 2024.

PAIVA, Vera Lucia Meneses Oliveira. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História**. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2012.





CAPÍTULO 7

TOPONÍMIA E LITERATURA:

NOMES DE PRAÇAS E DE BAIRROS ALAGOANOS NA OBRA LITERÁRIA *ANGÚSTIA* (1936) DE GRACILIANO RAMOS

Camila de Oliveira Souza

<https://orcid.org/0009-0001-1176-3260>

CONSIDERAÇÕES INICIAIS



Por meio da língua, os sujeitos projetam realidades e representações, bem como constroem interações e (com) partilham experiências sociais, históricas e culturais. Sendo assim, o estudo dos topônimos - unidades lexicais nomeadoras de lugares - pode deslindar aspectos linguísticos, literários e até extralinguísticos ligados à dinâmica de apropriação e organização territorial, seja no mundo real (aplicação prática no cotidiano) ou seja na linguagem usada em textos artísticos (utilização criativa e simbólica em obras de arte).

No plano onomástico-literário, os nomes de lugares mencionados em obras literárias deixam de ser apenas um locativo de marcação espacial, tornando-se resquícios de vivências de moradores, de projeções de personagens (para além do plano fictício) e aviva as marcas de suas diversas

singularidades em um dado território real e/ou simbólico, transformando uma obra literária em um documento histórico básico que fornece subsídios para a reconstrução duma memória toponímica nas escalas temporal e espacial.

Sob esse viés, objetivamos, neste sétimo capítulo, apresentar uma descrição onomástico-literária dos nomes de praças e de bairros citados na obra *Angústia* (1936), de Graciliano Ramos. Esses espaços públicos se caracterizam pela transformação inicialmente da natureza natural pela natureza socializada, com a utilização das técnicas desenvolvidas pelos homens, ou seja, a ação antrópica transforma a natureza e produz o espaço geográfico.

Quanto aos aspectos teórico-metodológicos, de forma geral, é um trabalho análogo as demais pesquisas já apresentadas nesta coletânea, trata-se de um estudo toponímico de vertente lexicológica, com objetivo descritivo de cunho bibliográfico, de abordagem qualitativa, fundamentada pelos princípios basilares da Toponímia tradicional, em especial a proposta de categorização de Dick (1990 e desdobramentos atuais) por meio de uma interlocução interdisciplinar entre a Toponímia e Literatura.

A motivação para a elaboração deste texto foi possibilitar um diálogo interdisciplinar entre as áreas da Toponímia e Literatura, analisando os nomes de logradouros – bairros e praças públicas – da cidade de Maceió do século XX em um texto literário. Neste contexto, esta pesquisa se justifica em razão de tratar de um tema que ainda não recebeu suficiente atenção, especialmente em Alagoas. Assim, esperamos



contribuir para as pesquisas toponímicas, em especial no que refere à relação entre tais estudos e a literatura.

O presente capítulo foi organizado em três seções: a primeira apresenta, de forma concisa, algumas informações sobre o autor Graciliano Ramos e sua obra literária *Angústia* (1936); a segunda seção apresenta concepções basilares sobre Toponímia, Literatura e Cultura; a terceira seção traz a análise e a discussão dos dados constitutivos do *corpus* deste estudo. Por fim, expõem-se as considerações finais, seguidas das referências.

A OBRA GRACILIÂNICA *ANGÚSTIA* (1936) E SEU AUTOR, GRACILIANO RAMOS

Embora esse estudo não apresente uma análise literária sobre o autor e a obra, faz-se necessário situarmos a obra *Angústia* e seu autor Graciliano Ramos que serviram de subsídio para esta investigação toponímica que aborda os topônimos como uma ferramenta de expressão artística, no qual assume múltiplos sentidos e interpretações.

O AUTOR – GRACILIANO RAMOS

O Alagoano Graciliano Ramos nasceu no ano de 1892, ano que foi marcado por uma crise econômica gerada devida às disputas políticas da época. De acordo com Moraes (2012), o início da República, ocasionada pelo golpe militar responsável por expulsar a família imperial trazia um ar de incertezas quanto ao futuro do país.



Graciliano Ramos, nesse contexto, nasceu na cidade de Quebrangulo, localizada na zona da mata alagoana – uma área que comportava grandes engenhos de cana-de-açúcar. Era filho de Sebastião Ramos de Oliveira, um senhor de engenho arruinado, mas com grande predisposição para as Artes, e de Maria Amélia Ferro e Ramos.

Sua infância foi dura, pois, seu pai era um homem rígido, e se considerava a supremacia, devido a sua figura paterna e como transmitia valores. Sua educação se dava por meio de chicotadas, puxões de orelha e castigos cruéis. Todo esse tratamento com Graciliano e os demais filhos dependia de como ia o sucesso nas vendas em seu negócio na vila Buíque; se iam bem, recebiam generosidade, se não, recebiam o pior (Moraes, 2012).

Devido à chegada e à prolongação da seca, Sebastião Ramos, sem esperança alguma, muda-se para a cidade de Viçosa, também conhecida pelas expressões “*Atenas alagoana*” e “*Princesa das Matas*” (Melo, 2018), onde lá teria ajuda de amigos e parentes. Nesse lugar, Graciliano viveu parte de sua infância e adolescência e também iniciou sua trajetória de escritor aos onze anos, quando seu primeiro conto *O Pequeno Pedinte* foi publicado em 1904 no jornal da escola.

Em 1905, devido às implicâncias do pai, passou a realizar seus estudos no Colégio Interno Quinze de março, na capital do estado de Alagoas, Maceió, e foi lá onde ampliou seu interesse pela língua e literatura. Já em 1910, ao lado de sua família, muda-se para Palmeira dos Índios, na região do agreste alagoano, e quatro anos depois se muda



para a cidade do Rio de Janeiro para trabalhar como revisor dos jornais *Correio da Manhã*, *A tarde* e *O século*. Logo depois, retorna a Palmeira dos Índios, em 1915, após o falecimento de duas irmãs, com isso, trabalhou com o pai e um ano depois se casou com Maria Augusta, com quem teve quatro filhos.

Graciliano Ramos, em sua vida, ocupou importantes cargos públicos, em 1928 foi eleito prefeito do município de Palmeira dos Índios. Já viúvo, casa-se mais uma vez, agora com Heloísa de Medeiros, com a qual teve quatro filhos. Após dois anos, deixa a prefeitura e muda-se para Maceió, assumindo a direção da Imprensa Oficial e da Instrução Pública do Estado.

Estreou na literatura com a publicação do romance *Caetés*, em 1933. Nesse tempo, conviveu com as ilustres figuras da literatura brasileira como: José Lins do Rego, Raquel de Queiroz e Jorge Amado. No ano de 1934, publica o romance *São Bernardo* e, em 1936 publica a obra *Angústia*. Ainda nesse mesmo ano, com cargo de diretor da Imprensa Oficial e da Instrução Pública, é preso, perante a acusação de que era comunista. Ficou nove meses preso, porém foi solto após não encontrarem provas.

Em 1937, muda-se para o Rio de Janeiro e, em 1939 é nomeado Inspetor Federal de Ensino. Já em 1945, ele entra para o Partido Comunista. Em 1951, foi eleito presidente da Associação Brasileira de Escritores. Graciliano Ramos é considerado um dos fundamentais no processo ficcionista do Modernismo e fazia parte do grupo que instituiu o realis-



mo crítico, demonstrando as dificuldades brasileiras como um todo ou apenas de determinado espaço geográfico.

A OBRA – ANGÚSTIA

A obra literária de Graciliano Ramos apresenta reflexões relacionadas a problemas sociais marcantes no momento em que os romances foram escritos. É designada a causar a conscientização, sendo assim, o romance regionalista tem como objetivo criticar ou denunciar um incômodo social. O autor também escreveu obras autobiográficas, reunindo ocorrências e cenas selecionadas pela memória, com bastante subjetividade.

O texto de Graciliano Ramos – *Angústia* – que nos interessa mais de perto neste capítulo, merece uma observação, principalmente acerca das dinâmicas territoriais e abrangência das dimensões geográficas urbana de Maceió presentes na obra. Ela foi escrita entre os anos de 1935 e 1936, foi a terceira obra publicada pelo referido autor alagoano. À época, o escritor vivia em Maceió/AL e trabalhava como diretor na Instrução Pública do Estado.

O romance é narrado por Luís da Silva, um funcionário público e escritor frustrado, *Angústia* se trata de uma obra caracterizada pela autoanálise e pelo encadeamento narrativo direcionado na interioridade do protagonista. Luís volta-se ao passado procurando reestabelecer a confusão interior causada pelo rompimento de seu noivado com Marina, agora comprometida com Julião Tavares. Contudo, a insatisfação permanente com o presente traz do passado



apenas conclusões amargas a respeito de si mesmo, dos outros personagens e do mundo em geral.

Como já exposto, a obra *Angústia* tem por espaço narrativo a cidade de Maceió, capital de Alagoas, durante as décadas que resultam a tomada do poder por Getúlio Vargas. No entanto, como o fio transmissor do enredo é guiado pela fragmentação interior de Luís, há uma sobreposição de espaços e períodos temporais ao longo da narrativa. Ora Luís descreve o presente, em Maceió; ora volta-se para seu passado rural, para a cidadela interiorana onde cresceu.

Neste contexto, em seu cotidiano, o protagonista realiza uma amostra de espaços públicos maceioenses por meio da toponímia urbana, entre eles as praças e os bairros que auxiliam para o desenvolvimento de sua narrativa. Sendo assim, a cidade de Maceió é apresentada não só como cenário, mas também como personagem na obra diante da narração de Luís da Silva.

É pertinente ressaltar que, para os fins deste estudo, essa obra literária se torna um documento histórico básico, fornecendo subsídios para a reconstrução da memória toponímica e da identidade de Maceió/AL, viabilizando um registro toponímico e línguocultural do seu povo.

TOPONÍMIA, LITERATURA E CULTURA: UMA PERSPECTIVA DE INTERDISCIPLINARIDADE

Ao pensarmos a relação entre o topônimo e seu uso no texto literário, podemos dizer que, geralmente, eles se referem aos “nomes de espaços reais emprestados à obra



literária, o topônimo que já fora em determinado momento escolhido pela comunidade para denominar, volta a ser escolhido pelo autor para especificar o espaço da narrativa” (Guimarães; Siqueira, 2018, p. 388). Todavia, pela necessidade de definir um espaço para a narrativa, os topônimos podem descrever um espaço real ou criar um espaço fictício de um dado território.

Nessa direção, Carvalhinhos (2009), corrobora ao dizer que

[...] Quando o topônimo figura em uma obra ficcional pode-se afirmar que a escolha desse nome passou por crivo duplo, pois o autor cria um topônimo (ou o escolhe dentro de um paradigma já existente) com o objetivo deliberado de construir um determinado espaço na sua narrativa, de modo que se crie um efeito de realidade (Carvalhinhos, 2009, p. 88).

Sendo assim, o elo entre a Literatura e a Toponímia pode ser compreendido como um ponto de “entrelaçamento de diversos fatores sociais, culturais e, claro, por fatores do ambiente”. Assim, em razão de sua plurivocidade, “uma obra literária, faz parte de um universo simbólico inerente aos seres que compõem um ecossistema (Guimarães; Siqueira, 2018, p. 390).

Neste estudo, partimos da definição de cultura como um sistema de signos e significados criados pelos grupos sociais, fruto “[...] da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus



valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas” (Bottelho, 2001, p. 2).

Em outros termos, a cultura compreendida como o “resultado natural da interação entre o homem e a natureza e do homem com seus semelhantes”, e mais, como o “[...] resultado de seu mundo de acordo como o vivem, o percebem e o concebem (Rocha; Almeida, 2005. p. 3), ou seja, cultura é uma teia de significados, um conjunto de tradições, conhecimentos e práticas e representações singulares e sociais, projetados na língua de um povo.

Para as autoras Reis Teixeira e Cruz (2022),

Um dos componentes culturais manifestados pela língua, a literatura se mostra um importante recurso por meio do qual se faz possível acessar registros de fatores socioculturais de uma comunidade. Ainda que nele figurem fatores ficcionais, o texto literário, de alguma forma, se apropria de aspectos da realidade para descrever o indivíduo e a sociedade na qual este se insere. Dentre tais aspectos encontra-se, de maneira muito forte, o vocabulário utilizado pelos escritores para tecer suas narrativas ficcionais. (Reis Teixeira; Cruz, 2022, p. 22).

A Toponímia embora esteja inserida no campo dos estudos da linguagem, em particular nas Ciências do Léxico, mais precisamente alicerçada na Onomástica, configura-se, também, a partir do suporte de outros campos do saber, tendo o que atualmente se chama caráter interdisciplinar.



Nesse particular, percebemos que essa característica plural é essencial para investigar a grande diversidade física e antropológica constitutiva do território brasileiro que podem estar representadas nos topônimos. Com efeito,

[...] através das camadas onomásticas, revelam-se, numa perspectiva globalizante, as feições características do local, sejam as de ordem física quanto sócio-culturais. De tal modo esses aspectos se corporificam nos topônimos caminhos metodológicos que se pode mesmo, muitas vezes, estabelecer a correlação entre ‘nome’ dos acidentes e o ‘ambiente’ em que ele se acha inscrito (Dick, 1992, p. 35).

Desse modo, ao pesquisarmos a toponímia seja em uma obra literária, seja em uma determinada região, podemos conhecer “a própria história dessa localidade, bem como as crenças, lutas, expectativas e os valores das pessoas que a habitam/habitaram (Ananias; Zamariano, 2014, p. 324).

No âmbito da Toponímia literária, ao estudarmos os topônimos mencionados nos escritos literários, o ato de nomear se coloca em uma dupla dimensão: a do espaço (a função toponímica) e a do tempo (a memória toponímica), mesmo que esse último seja ficcional/narrativo (ou não), a depender do contexto da obra ou da intenção do autor. Nessa perspectiva,

[...] refletir sobre o elo entre narrativas literárias, o espaço geográfico e suas representações é entender como o de-



nominador marca na língua seu *habitat*, refletindo e refratando seu modo de ver a realidade e a forma como os sujeitos sociais organizam seu ambiente no trato diário com a língua (Lima; Ramos, 2019, p. 242-243).

Sendo assim, o estudo toponímico, também no campo literário, não se limita somente ao aspecto linguístico ou etimológico dos nomes de lugares, mas na íntima relação dele com o espaço historicizado, pois um topônimo sempre está relacionado às subjetividades, aos aspectos sociais e culturais de um lugar em estudo.

Nessa perspectiva, quando é realizada uma análise toponímica, de acordo com Carvalhinhos (2009), em âmbito linguístico, é necessário observar sua história, geografia, urbanismo, etc.; já no caso de uma análise toponímica na obra literária, o foco estará na criação do espaço real ou simbólico, e que não seja precisamente ligado ao seu histórico.



ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Nesta seção, apresentamos as análises quali-quantitativas dos dados que constituíram o *corpus* deste estudo, ou seja, sete²¹ topônimos mencionados na narrativa do romance *Angústia* de Graciliano Ramos (1936) designando

21 Em toda a narrativa do romance *Angústia*, de Graciliano Ramos (1936), há 17 microtopônimos urbanos relativos a nomes de bairros, de praças e de ruas, inseridos na malha de nomeação oficial do município de Maceió²¹. Nesse particular, considerando a categorização do IBGE em AH (Acidente Humano), temos 04 nomes de bairros, 03 nomes de praças e 10 nomes de ruas.

os espaços urbanos relativos a quatro bairros e a três praças da cidade de Maceió²² do primeiro meados do século XX.

Para a classificação dos topônimos de praças e bairros coletados na obra *Angústia* (1936), utilizamos a proposta taxonômica de Dick (1990 e desdobramentos atuais). Cumpre ressaltar ainda que, enquanto fração do espaço geográfico catalisador de determinadas relações e saberes locais, as praças e os bairros funcionam como atores sociais fundamentais na organização territorial ou em suas novas construções identitárias.

Quanto à estrutura mórfica dos nomes de praças e bairros, o signo toponímico apresenta dois termos: o primeiro chamado de elemento genérico que é relativo à entidade geográfica que será denominada (neste estudo sempre será um bairro ou uma praça pública) e singularizada dentre outras semelhantes e o segundo termo é o elemento específico que se refere ao denominativo, é o topônimo propriamente dito.

Doravante, os sete topônimos, três nomes de praças e quatro nomes de bairros registrados no referido texto literário serão apresentados em fichas lexicográfico-toponímicas, que trazem informações linguísticas e extralinguísticas sobre estes signos toponímicos.

22 O registro toponímico realizado pelo autor considerou os nomes oficiais desses lugares até a data de publicação da referida obra, em 1936.



1 - FICHA LEXICOGRAFICO-TOPONÍMICA DA PRAÇA DEODORO

Taxonomia: Antropoaxiotopônimo; **Topônimo:** Deodoro

Etimologia: Do greg. *Diódoros*, ‘presente (doros) de Zeus (dio), com influxo de Teodoro (Guérios, 1981).

Estrutura Morfológica: elemento específico simples: morfema lexical *deodor* + morfema gramatical -o

Informações Enciclopédicas: A motivação toponímica na nomeação da Praça Deodoro está na homenagem feita ao alagoano Proclamador da República Brasileira: Marechal Deodoro da Fonseca. Foi edificado na praça um monumento em referência à figura do Proclamador da República brasileira na reurbanização da Praça Deodoro em 3 de maio de 1910, passando a ser uma das principais atrações do centro de Maceió. Essa escultura, em bronze, da imagem de Deodoro está ligada ao poder que tem o Estado em suas decisões. Portanto, tem símbolo social. Esse *Antropoaxiotopônimo* diz algo a respeito de seu portador vinculado à sua cidade natal, mas diz também a respeito do sujeito-nomeador. Nas sociedades ditas primitivas, os nomes próprios, além da função de indicar, classificam o indivíduo como pertencente a um clã (como de resto nas sociedades modernas também) e evocam um hábito, um atributo, uma singularidade (real ou simbólica) do nomeado, citando-lhe aspectos positivos ou negativos. No caso de Marechal Deodoro da Fonseca, em Alagoas, um valor heroico.

Fonte: Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/praca-deodoro-e-os-monumentos-em-homenagem-ao-marechal-alagoano.html>. Acesso 07 fev. 2024.



2 - FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA DA PRAÇA MONTEPIO

Taxonomia: Geomofortopônimo; **Topônimo:** Montepio

Etimologia: Etim. do it. *Monte Di Pietà*, ‘monte, conjunto de piedade’.

Estrutura Morfológica: elemento específico composto: morfema lexical *mont* + morfema gramatical *-e*; morfema lexical *pio* (nome atemático).

Informações Enciclopédicas: Sua motivação está relacionada à inauguração do primeiro Clube Republicano denominado de Monte Pio dos Artistas Alagoanos (era grafado assim) foi fundado em 3 de outubro de 1883, oficializado por um Decreto de 10 de setembro. Conforme consta na história de Alagoas, em sessão do Conselho da Intendência Municipal, no dia 4 de fevereiro de 1890, o conselheiro Filigonio A. Jucundiano de Araujo aprovou uma indicação com seguinte teor: a praça em cuja frente tem sua sede a sociedade do Monte Pio dos Artista seja denominada

Praça do Monte Pio dos Artistas como homenagem devida a ter sido ali inaugurado o primeiro Clube Republicano.

Fonte: Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/montepio-dos-artistas-alagoanos.html>. Acesso 07 fev. 2024.

3 - FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA DA PRAÇA DOS MARTÍRIOS

Taxonomia: Históriotopônimo; **Topônimo:** Martírios

Etimologia: Etim. do lat. *martyrium* ‘extremo sofrimento’.

Estrutura Morfológica: elemento específico composto: morfema lexical *mártir* (nome atemático) + morfema derivacional *-io* + morfema gramatical *-s*

Informações Enciclopédicas: Quando, em 1820, José da Silva Pinto cumprindo ordens do presidente da Província, Sebastião Francisco de Mello e Povoas, desenhou uma das primeiras plantas da cidade de Maceió, lá já estava o largo que é conhecido hoje como Praça dos Martírios. Esse largo também era conhecido como Atalaia. Era um descampado limitado por algumas poucas casas e pela encosta do Jacutinga, que era, nos períodos de chuva, responsável pelo acúmulo de lama no local. O Largo dos Martírios ganhou esta denominação em 1836, após a construção de uma capela pela irmandade do Bom Jesus dos Martírios. Com a presença do Palácio do Governo e da Igreja dos Martírios, o Largo dos Martírios foi urbanizado para ser uma das mais bonitas praças da capital.

Fonte: Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/historia-de-uma-praca-chamada-martirios.html>. Acesso 07 fev. 2024.



4 - FICHA LEXICOGRAFICO-TOPONÍMICA DO BAIRRO DE BEBEDOURO

Taxonomia: Hidrotopônimo; **Topônimo:** Bebedouro

Etimologia: Etim. do lat. *bibitor*, ‘engolir (líquido), ingerir’.

Estrutura Morfológica: elemento específico composto: morfema lexical *beb-* + morfema gramatical *-e* + morfema lexical *(d)our-* + morfema gramatical *-o*.

Informações Enciclopédicas: O povoado de Maceió já era “um empório comercial de certa notoriedade” nos primeiros anos do século XIX, segundo o historiador Craveiro Costa no livro “Maceió”, de 1939. Na futura capital, desembarcavam viajantes das mais diversas partes do mundo. Estes mascates estrangeiros vinham em busca de fortuna, sabendo existir em Maceió um ancoradouro que dinamizava o comércio. Se estabeleceram, principalmente em Jaraguá, e contribuíram para o rápido crescimento da população. Os almocreves que vinham do vale do rio Mundaú chegavam ao povoado viajando pelas margens deste rio e, já próximo ao litoral, contornavam a Lagoa do Norte (Mundaú) em direção à Jaraguá, com estadias no Rio Bebedouro e no Largo dos Martírios, onde eram negociadas parte dos produtos com os compradores do comércio local. No início da estrada de Bebedouro, próximo ao Largo dos Martírios, havia um sítio “localizado entre o Bom-Parto, Jacutinga e Maceió, denominado Cambona do Machado.

Fonte: Costa (1981); Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/estrada-de-bebedouro-um-dos-primeiros-caminhos-para-maceio.html>. Acesso 07 fev. 2024.



5 - FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA *BAIRRO DO JARAGUÁ***Taxonomia:** Fitotopônimo; **Topônimo:** Jaraguá**Etimologia:** Tupi-Guarani – *Yara* – *Guá* – e significa Senhor do Vale.**Estrutura Morfológica:** elemento específico simples: morfema lexical *jaragua* (nome atemático).

Informações Enciclopédicas: A área onde se situa o bairro de Jaraguá é uma planície quaternária, de ordem marinha, que possuía formações antigas de dunas, hoje já aplainadas pelo homem. A altitude é de dois metros acima do mar. Os arrecifes, além de servirem de apoio ao cais, formam uma barreira de proteção contra a ação das correntes marinhas, proporcionando relativa segurança às embarcações. O povoado abrigava pessoas abastadas, na maioria comerciantes, que construíam sobrados baixos, de biqueiras largas, com grades de madeira pintadas nas janelas, num estilo trazido de Portugal. O sobrado do Barão de Jaraguá, na Sá e Albuquerque, 590, é uma das construções que sobrou. Esse estilo foi abandonado por outro mais elegante, o greco-romano, a partir de 1840. Jaraguá sempre teve marcada a atividade industrial, com fábricas têxteis, de sabão, beneficiamento de algodão, coco, café, etc. Atualmente, o comércio varejista marca presença com lojas de peças, postos de gasolina, artefatos para construção, distribuidora de cimento, adubos etc. Devido às características do bairro, os serviços giram em torno das atividades portuárias, principalmente da indústria açucareira, sendo grande o número de escritórios de usinas, bancos, transportadoras, oficinas mecânicas etc. Seu comércio diário é relativamente autônomo em relação ao abastecimento de alimentos. Possui feira livre, dois supermercados, mercearias e padarias, e seus moradores dependem de Maceió apenas quanto ao comércio especializado [dados de 1986].

Fonte: Costa (1981); Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/jaragua-a-enseada-das-canoas.html>. Acesso 07 fev. 2024.



6 - FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA DO BAIRRO DO FAROL

Taxonomia: Ergopônimo; **Topônimo:** Farol

Etimologia: Etim. do cast. *farol*, deriv. cat. ant. *faró* e, este, do gr. *pháros* e do lat. *pharus*, ‘construção na costa, provida de luz que emite sinais aos navegantes’ (Cunha, 2010).

Estrutura Morfológica: elemento específico simples: morfema lexical *farol* (nome atemático).

Informações Enciclopédicas: A Estrada do Jacutinga foi a primeira grande obra viária em Maceió após o surgimento do automóvel. A partir de então a cidade passou a se desenvolver também em torno de estradas de rodagem. Assim, o bairro do Jacutinga, que havia sido implantado em torno da Casa da Pólvora e cobrado a construção da atual Ladeira da Catedral, principalmente após a construção do farol, se estendeu para além da Praça Jonas Montenegro. Em fevereiro de 1948, O Farol foi escolhido para ser o primeiro bairro beneficiado pela recém- criada a Fundação da Casa Popular. O governador Silvestre Péricles foi quem doou o terreno na Av. Fernandes Lima para a construção de 52 casas. A pedra fundamental foi lançada no dia 24 daquele mês. À medida que se expandia, o Farol foi deixando de ser toda a área no entorno da Av. Fernandes Lima. Outras denominações surgiram para partes do planalto, fazendo referência a alguma característica física ou histórica. Assim surgiram os bairros circunvizinhos da Pitanguinha, Pinheiro, Gruta de Lourdes, Canaã e Santo Amaro. Com seu clima de planalto, a brisa leve ruas tranquilas, O Farol foi sempre o bairro preferido da burguesia alagoana, que construiu suas mansões. Seu nome origina-se da implantação do Farol no Planalto do Jacutinga, nome original. Os coronéis e barões que moravam em Bebedouro até o início do atual século,

foram optando pela parte alta da cidade, por seu clima saudável e a proximidade como Centro da cidade. A Avenida Fernandes Lima até as proximidades do Quartel do Exército, era toda tomada por mansões onde residiam usineiros, grandes industriais, comerciantes, magistrados e políticos. Infelizmente, parte do bairro do Farol, nos dias atuais, está desabitado em razão do problema de afundamento e instabilidade do solo causado pela exploração de sal-gema, de acordo com o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) em 2019. A mineração teria causado essa instabilidade no solo.

Fonte: Costa (1981); Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/historia-dos-bairros-do-alto-do-farol.html>. Acesso 07 fev. 2024. Bairros de Maceió. Disponível em: <https://bairrosdemaceio.net/bairros/farol> acesso em: 8 de ago. de 2024.



7 - FICHA LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICA DO BAIRRO DA LEVADA

Taxonomia: Dimensiotopônimo; **Topônimo:** Levada

Etimologia: Etim. do lat. *levātu*, ‘levantado’.

Estrutura Morfológica: elemento específico simples: morfema lexical *farol* (nome atemático).

Informações Enciclopédicas: Refere-se à dimensão de uns canais alagadiços existentes em Maceió. Um deles, talvez o maior, interligava a lagoa ao mar atravessando a restinga por uma área onde hoje se localiza a Praça do Pirulito. Foi este canal que deu origem ao Canal da Levada e ao Porto da Levada. O bairro da Levada tem sua origem nos tempos do Império. Por ser vizinho ao Centro da Cidade, o bairro era habitado por pessoas da classe média, que construíram seus casarões sempre com sobrados e as sacadas, por onde se descortinavam a vista para alagoa. As ruas eram estreitas (como ainda são), com gente nas calçadas, conversando e colocando o assunto em dia. Aos poucos foram surgindo as casas comerciais e, no final do século passado, a “Feira do Passarinho”. Atualmente, as ruas do bairro da Levada recebem nomes de velhos coronéis, altos comerciantes, políticos e gente simples, como a dona de casa Celeste Bezerra, que foi atropelada e morta, na década de 40, quando se dirigia a um Grupo Escolar para votar em seu candidato preferido: Silvestre Péricles, para governador do Estado, que foi vitorioso. O bairro se limita com o Centro, Prado, Ponta Grossa e a lagoa Mundaú, atingindo ainda a parte da Cambona, na divisa com a linha férrea.

Fonte: Costa (1981); Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/levada-de-maceio-o-porto-da-cidade-restinga.html>. Acesso 07 fev. 2024.

Bairros de Maceió, Disponível em <https://bairrosdemaceio.net/bairros/levada#:~:text=Mas%20o%20bairro%20da%20Levada,des+cortinavam%20a%20vista%20para%20alagoa>. Acesso em 8 de ago. de 2024.

As praças e os bairros são lugares de paisagem humanizada que correspondem a espaços vividos, dotados de significados próprios e particulares que são transmitidos culturalmente. Sendo assim, eles são carregados de sentimentos, afetividade e significado, para aqueles que habitam ou habitavam aquele espaço.



Esses lugares nos trazem sempre lembranças sobre as formas antigas de ocupação e modificação na natureza em determinado espaço, esse poder de alteração está diretamente associado ao grau de capacidade técnicas de cada sociedade, assim como as influências culturais ao longo do tempo.

No entanto, é importante enfatizar que a paisagem não é o mesmo que o espaço geográfico. A paisagem deve ser compreendida como uma manifestação do espaço e essa manifestação pode estar representada, linguístico-culturalmente, nos nomes atribuídos a esses espaços, como, por exemplo, bairros e praças.

Ao analisarmos os dados, percebemos que as taxes dos nomes das praças e bairros de Maceió/AL, registradas no *corpus*, foram diversas dentro do modelo proposto por Dick (1990), desde taxes de natureza física até as taxes de natureza antropocultural.

No âmbito das motivações toponímicas, evidenciamos traços culturais, religiosos, datas importantes e homenagens às figuras humanas relevantes da localidade (como, por exemplo, topônimos que fazem referência à religião católica - nomes de santos/igrejas, outros que fazem alusão a membros da sociedade maceioense, tendo grande relevância na área profissional – especialmente no ramo da medicina etc.), até peculiaridades físico-geográficas como constituição do solo e a hidrografia (podemos destacar as condições e o contexto de estrutura da construção desses locais, que, em virtude da época, os seus topônimos passaram a reproduzir tais particularidades).



No plano linguístico, após a consulta em dicionário especializado, observamos que o recorte da microtoponímia estudada se revelou diversificado com a presença de étimos: latino, grego, germânico, italiano e tupi. Porém, com uma predominância bastante homogênea latina, como base etimológica.

Essas materialidades linguísticas, em nível toponímico, fazem-nos perceber uma pluralidade de escolhas nas quais as intenções do sujeito-nomeador estão transparecidas nesses microtopônimos, refletindo e refratando uma dinâmica de ciclos formativos do território maceioense.

Por fim, pontuamos que os traços antropoculturais do processo de nomeação, os quais demonstram que os topônimos não teriam apenas uma função de referencialização espacial, mas uma representação intencional, na qual o sujeito nomeador, por meio da língua, faz conhecer uma demarcação expressiva de poder, de posse, de identidade de domínio geográfico de dados grupos se revelam nesses nomes de praças e bairros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na obra narrativa *Angústia*, os topônimos assumem funções essenciais no texto literário ligadas, além da localização espacial, à imaginação, à criatividade e à representação da realidade, haja vista que os fatos (re)criados por Graciliano Ramos devem ser situados geograficamente, porque ressaltam a importância do lugar para que as ações



dos personagens se deem da maneira como são narradas nos contos.

Os personagens transitam, interagem com o espaço e a paisagem, saltam da memória para a exterioridade da realidade projetada. Nessa direção, o diálogo entre a obra literária e a pesquisa toponímica pode contribuir para possibilitar, em primeiro lugar, reflexões entre os espaços geográficos habitados e suas possíveis transformações, quando analisadas em contexto geográfico real, obviamente. E, em segundo lugar, para aproximar e/ou dirimir lacunas entre as pesquisas da área de literatura e as pesquisas da esfera linguística, em particular estudos lexicais.

O estudo aqui apresentado sobre o nome próprio, em geral, possuiu uma vinculação carregada de identidade social a qual revelou características diversas dos espaços por eles nomeados. Assim, essa investigação apontou que identificar nomes de lugares como praças e bairros inseridos no desenrolar duma narrativa literária e associá-los a fatos geofísicos, à cultura e à história de dado território maceioense, tanto diacrônico como sincronicamente, levando em consideração as vivências que, com o passar do tempo, podem traduzir parte da memória local que, muitas vezes, é esquecida ao longo dos anos.

No âmbito dos aspectos internos do recorte toponímico aqui analisado, percebemos a predominância do étimo latino na composição nuclear dos nomes estudados e uma maior produtividade de formações compostas (sintagmas toponímicos). Quanto aos externos, observamos que as taxas mais atuantes são de natureza antropocultural, ou seja,



traz referências culturais, políticas e históricas a figuras e a fatos da constituição antrópica do território maceioense.

Por sua vez, e em tempo, compreendemos, a partir desse estudo, que a memória toponímica não é algo individual e isolada, pois sem a interdisciplinaridade ela apenas funciona como fundo de memória, mas se aliada com histórias literárias reais podem imbricar em significações e representações do passado trazendo memórias para os habitantes de dado lugar. Dessa maneira, entendemos que essa prática denominativa possui algum tipo de intenção, podendo ser utilizada como estratégia de manipulação simbólica para atender alguma forma de interesse material ou simbólico. Por conseguinte, evidenciamos, em suas inter- relações culturais com o território, como o sujeito/ autor/narrador criam representações da realidade que lhe sejam significativas, materializando-as na língua por meio da linguagem literária.



REFERÊNCIAS

ANANIAS, Anna Carolina Chierotti dos Santos; ZAMARIANO, Márcia. Interface dos estudos toponímicos com a literatura em Iracema de José de Alencar. **Revista do GELNE**, Natal/RN, v. 16, n. 1/2, p. 319-344, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/11639>. Acesso em: 29 jun. 2021.

BOTTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura e políticas públicas**. São Paulo em Perspectiva : São Paulo, v. 15, n. 2, 2001.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. Interface onomástica/literatura: a toponímia, o espaço e o resgate de memória na obra Memórias da Rua do Ouvidor, de Joaquim Manuel de Macedo.

Cadernos do CNLF, Rio de Janeiro, v. 12, n. 10, p. 83-99, 2009. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xiicnlf/10/09.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2021.

COSTA, Craveiro. **Maceió**. 2. ed. Maceió: SERGASA, 1981.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 744 p., 2010.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, Edições Arquivo do Estado, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/ USP, 1992.

GUÉRIOS, Rosário Faráni Mansur. **Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes**. 3. ed. revista e ampliada. São Paulo: Editora Ave Maria Ltda., 1981.

LIMA, Karollyny de Araújo; RAMOS, Ricardo Tupiniquim. Microtoponímia de Palmeira dos Índios registrada em Caetés, de Graciliano Ramos: motivação e mudanças. **Revista Philologus**, Ano 25, n. 75. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez. 2019. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/rph/ANO25/75/16.pdf>. Acesso em: 12 de abr. de 2021.

MORAES, Dênis de. **O velho Graça**: uma biografia de Graciliano Ramos. São Paulo: Boitempo, 2012.

MELO, P. A. G. de. **Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL) - municípios e seus aspectos linguísticos e extra-linguísticos**. 2018. 360 f. Orientador: Prof. Dr. Manoel M. A. da Silva. Tese (Doutorado em Letras: Estudos Linguísticos) —



Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2018.

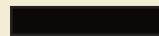
RAMOS, Graciliano. **Angústia**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1936.

GUIMARÃES, Lidiane Silva Araújo; SIQUEIRA, Kênia Mara de Freitas. Toponímia e literatura: o nome do rio como referência no conto Gente da gleba. **Palimpsesto - Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Letras Da UERJ**, 17(26), 383–401. <https://doi.org/10.12957/palimpsesto.2018.35306> Nº 26 | Ano 17 | 2018 | pp. 383-401 | Dossiê | 389.

ROCHA, Lurdes Bertol; ALMEIDA, Maria Geralda. Cultura, mundo-vivido e território. In: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE GEOGRAFIA, PERCEPÇÃO E COGNIÇÃO DO MEIO AMBIENTE, 2005, Londrina. **Anais**. Londrina: UEL, 2005. Disponível em: <http://geografiahumanista.files.wordpress.com/2009/11/lurdes.pdf>. Acesso em: 18 set. 2021.

REIS TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis; CRUZ, Marilyn Fernandes da. Onomástica literária: análise dos antropônimos e dos topônimos em cacau: **Revista Geadel**, v. 3 n. 04, p. 20–32, (2022). disponível em: <https://doi.org/10.29327/269116.3.4-3>. Acesso em: 18 set. 2021.





CAPÍTULO 8

UM RECORTE INDÍGENA NA TOPONÍMIA DE ALAGOAS: NOMES DE ÉTIMO TUPI DESIGNATIVOS DE MUNICÍPIOS ALAGOANOS

Maria Madalena Moura do Nascimento
<https://orcid.org/0009-0009-5449-6711>

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O português do Brasil passou por diversas influências linguísticas ao longo dos séculos. A língua indígena, sobretudo, foi a que mais influenciou, pois era a língua mais falada no século XVI.

Muito antes de os portugueses se utilizarem da sua própria língua em nosso país, necessitavam do tupi para estabelecer alguma interação, desse modo, com aqueles que foram por eles dominados. Nesse sentido, podemos dizer que, sem se conhecer tal língua, tornava-se difícil viver na nova terra. Isso porque ela era mais falada do que o português no século XVI. Os nomes das plantas e dos animais do Brasil, dos alimentos da terra, dos utensílios domésticos, dos instrumentos de trabalho, grande parte deles provinha da língua dos índios. O português do Brasil recebeu, assim, for-



te influência daquela língua da costa em seu léxico (Navarro, 2021, p. 3).

Como supracitado, o tupi antigo foi, durante as primeiras décadas de ocupação portuguesa, a principal língua de comunicação entre povos originários, europeus e uma geração de brasileiros mestiços começava a se espalhar pelo território nacional. Nesse contexto, a nomeação dos lugares habitados se realizou, como toda ação toponímica, numa relação intrínseca entre o sujeito-nomeador e o espaço por ele nomeado. Com efeito, os topônimos carregam em si um amontoado de valores de um dado momento da história, quer sejam aspectos linguísticos, quer sejam extralinguísticos.

A Toponímia, enquanto disciplina que estuda os nomes próprios dos lugares, também detalha um conjunto de singularidades que envolve, por exemplo, particularidades culturais, linguísticas, históricas, geográficas, sociais, entre outras. “Além disso, a toponímia pode revelar acontecimentos históricos e influências decorrentes do contato entre grupos étnicos” (Silva; Isquierdo, 2020, p. 173). Assim sendo, o signo linguístico, quando em função toponímica, é a materialização linguística do lugar.

Nessa direção, neste oitavo capítulo, partimos de uma visão línguo-cultural para apresentar uma descrição acerca das motivações de um recorte de 31 tupinismos²³ na função de nomeação de municípios alagoanos. Seguindo a mesma

23 Neste estudo, usamos o termo ‘tupinismos’ compreendidos como unidades léxicas de origem tupi, tomadas por empréstimo e adaptadas fonologicamente para a língua portuguesa.



metodologia das pesquisas, até então, aqui apresentadas, o *corpus* deste estudo foi constituído a partir de consultas junto ao Banco de Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2024) e na Carta topográfica da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio – SEPLAG (2023). Destacamos, dessa maneira, este estudo toponímico de cunho bibliográfico e de abordagem quali-quantitativa, fundamentado pelos princípios teórico-metodológicos da Toponímia tradicional, em especial a proposta de categorização de Dick (1990 e desdobramentos atuais) em diálogo com a Linguística geral.

Este capítulo está dividido em duas partes fundamentais: a primeira parte apresenta um panorama conceitual do campo de estudo da Toponímia e a segunda, expõe a análise e discussão dos resultados da pesquisa. Por último, são apresentadas as considerações finais.



BREVE ABORDAGEM ACERCA DOS ESTUDOS TOPO-NÍMICOS

Historicamente, sabemos que atribuir “nome aos lugares é uma prática antiga, pois o homem, para se situar no espaço, precisa nomeá-lo” (Isquierdo, 2019, p. 11). Na atualidade, a área da Onomástica/Toponímia, também conhecida como área toponomástica, vem expandindo muitas pesquisas no Brasil.

Ao tratar sobre as pesquisas científicas no campo da Onomástica, Carvalhinhos (2002- 2003) explica-nos que:

Os atuais estudos onomásticos no Brasil vêm justamente resgatando a história social contida nos nomes de uma determinada região, partindo da etimologia para reconstruir os significados e, posteriormente, traçar um panorama motivacional da região em questão, como um resgate ideológico do denominador e preservação do fundo de memória (Carvalhinhos, 2002-2003, p. 142).

Estudar nomes de lugares e sua motivação toponímica é trazer à tona para a sociedade o passado, é conectar ao presente, é deixar um legado acerca do *modus vivendi* da coletividade, para permitir que outros que não conheçam possam ter o conhecimento dos saberes que ficam preservados nos nomes. Nos dizeres de Isquerdo (2019, p. 11):

A Toponímia, estudo dos nomes próprios de lugares, e a Antroponímia, estudo dos nomes próprios de pessoas, tradicionalmente vinculam-se a uma área de investigação mais ampla, a Onomástica, que se ocupa do estudo linguístico dos nomes próprios em geral (Isquerdo, 2019, p. 11).

Ao mergulharmos no universo do estudo dos nomes de lugares e do processo de nomeação destes espaços historicizados é muito importante, antes, destacar a relevância da Toponímia enquanto uma disciplina científica, sobretudo nos aspectos conceituais e seus progressos. Ela, porém, é muito mais do que um mero fator auxiliar do agir e do viver individual ou coletivo; é indício de rumos tomados pelos



falares ao longo dos períodos históricos, de comportamentos presentes no cotidiano e de atitudes morais ou operosas valorizadas pela população (Dick, 2007).

Melo (2017, p. 48) dá como definições, o seguinte:

Toponímia - do grego *topos* e *onyma* nome de lugar - é um ramo disciplinar dinâmico e de caráter multi, trans e interdisciplinar que tem como objeto de estudo o léxico toponímico real (não potencial) e seu produto gerado: a palavra com função locativa e suas transformações ao longo do tempo.

As realizações linguísticas do homem, quando se trata de integrar o nome e o lugar nomeado por ele, passam a ser explicadas pela dinamicidade dessa disciplina e pelo seu caráter produtivo em todos os aspectos citados e, ainda mais, o acervo toponímico de um espaço geográfico



[...] evidencia o *modus vivendi* do grupo humano de uma região, pois o denominador, ao atribuir um nome a um córrego, uma cachoeira, uma montanha, por exemplo, pensando-se em elementos de natureza física, ou a uma fazenda, uma chácara, uma cidade, um povoado, um bairro, uma rua, no caso de elementos humanos, transfere para o nome do lugar, o topônimo, as suas impressões pessoais, seus valores, suas crenças, suas expectativas, enfim, a cosmovisão que lhe é própria. (Isquierdo, 2019, p. 8, grifo da autora).

A Toponímia aponta indícios de rumos que foram tomados ao longo dos períodos históricos sobre os comportamentos do cotidiano humano, dos atos linguísticos, da preservação de uma parte considerável da língua como, por exemplo, a língua indígena registrada nas bases lexicais de topônimos.

De tal modo, a Toponímia transparece conhecimento materializados em seus topônimos para outros campos de saberes, mediando outras disciplinas, revelando, assim, seu caráter inter- multi-pluridisciplinar. Cumpre destacar que, ao nos referirmos ao signo toponímico, não estamos falando do ambiente geográfico e sim do nome que este espaço recebeu e todas as impressões que tornam o signo linguístico em um signo toponímico.

Outro fato a ser considerado é que a toponímia consiste, verdadeiramente, num registro particular no qual se torna plausível resgatar

[...] fatos históricos, geográfico - descritivos, etnológicos, sociais das regiões pesquisadas, uma vez que um estudo toponímico pode contribuir significativamente para verificação das idéias de um grupo, de sua cultura, de sua história, enfim, da realidade (Tavares, 2008, p. 265).

Sendo assim, apreender de diferentes modos como um nome de lugar habitado oferta tantas possibilidades de interpretações e de saberes históricos, linguísticos e culturais é de suma relevância. São tais aspectos imbuídos



nestes nomes que cooperam para que o espaço nomeado se constitua, se firme como se fosse o próprio lugar.

Desta forma, se compreendemos o homem enquanto um ser capaz de mudanças em sua própria realidade, também, podemos considerar que:

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. (Laraia, 2001, p. 24).

Aqui percebemos os topônimos, pelo olhar cultural, como agregadores de valores que podem ser (re)transmitidos por décadas e, até mesmo, sendo perpetuados. Assim são os nomes de lugares habitados e o seu estudo pode descortinar fatos linguísticos, que tornam a motivação toponímica imprescindível para se compreender como a natureza do nome e a realidade geográfica e outros fatores se complementam. Com efeito, as pesquisas toponímicas buscar investigar

essa relação no âmbito do léxico, por se entender que é principalmente por intermédio desse nível da língua que se revelam particularidades sobre como uma comunidade linguística manifesta a sua maneira de ver e de representar o espaço que ocupa”. (Isquerdo, 2020, p. 9).



O léxico toponímico alagoano é composto por um vocabulário linguístico-histórico. Em seu recorte indígena, apresenta remanescentes das línguas indígenas no Brasil, sobretudo a Tupi, em diversas ocorrências linguísticas (tupinismos toponímicos), revelando dados, principalmente, da cultura desses povos originários. Nesse particular, o estado de Alagoas, por sua vez, também recebeu influência das línguas que eram faladas na época da colonização. “[...] o latim, junto com o tupi, foram línguas que contribuíram para a formação do léxico toponímico municipal alagoano” (Melo, 2013, p. 10).

O topônimo, então, enquanto signo toponímico em função onomástica, circunstancia o nome de qualquer espaço. Entre outras percepções linguísticas, as disciplinas que estudam o léxico (como a Lexicologia, a Lexicografia, a Terminologia, a Onomástica, entre outras) esclarecem a relevância do ato de nomear.

Segundo Mendes (2011), o topônimo

[...] surge da necessidade de se indicar algo; diferente dos nomes comuns, que tem a função de significar algo; assim, ao se “baptizar” uma localidade, o que era arbitrário linguisticamente, transforma-se, no ato do batismo, em um termo essencialmente motivado (Mendes, 2011, p. 2).

Assim, acreditamos que a língua é uma fonte rica de informação, e que preserva nos signos toponímicos e recupera os significados do léxico. Em suma, dispor de um repertório linguístico, no uso comunicativo e na integrida-



de dos topônimos, é suficiente, quase sempre, para essas intenções de nomeação. (Dick, 2007).

Finalizamos esta seção, destacando que os nomes de municípios alagoanos nas correspondências de lugares habitados apresentam várias singularidades, por exemplo, características linguísticas, geográficas, culturais, sociais e históricas que só os topônimos possuem. Neste contexto, os topônimos municipais alagoanos de origem indígena, também, são resultados de recortes linguísticos do tupi e refletem a importância do papel do sujeito-nomeador através da herança linguística preservada nestes signos toponímicos. A seguir, demonstramos os dados da pesquisa.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Nesta seção, serão apresentadas a análise e discussão dos topônimos pesquisados. O *corpus* toponímico foi constituído por 31 (trinta e um) nomes de origem tupi que nomeiam os municípios alagoanos. Utilizamos o *Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi*: significado dos nomes geográficos de origem tupi, de Luiz Caldas Tibiriçá (1985), para identificarmos o étimo de origem tupi dos nomes aqui analisados.

Foram registrados os seguintes signos toponímicos de origem indígena de étimo tupi:

(01) Arapiraca, (02) Canapi, (03) Cajueiro, (04) Coité do Noia, (05) Coruripe, (06) Craíbas, (07) Ibateguara, (08) Igaci, (09) Inhapi, (10) Jacaré dos Homens, (11) Jacuípe, (12) Japaratinga, (13) Jaramataia, (14) Jequiá



da Praia, (15) Jundiá, (16) Maceió, (17) Maragogi, (18) Matriz do Camaragibe, (19) Muruci, (20) Pariconha, (21) Paripueira, (22) Passo do Camaragibe, (23) Piaçabuçu, (24) Pindoba, (25) Piranhas, (26) São José da Tapera, (27) Santana do Ipanema, (28) Santana do Mundaú, (29) Satuba, (30) Traipu e (31) Taquarana.

A seguir, apresentamos uma tabela com as taxonomias referentes aos tupinismos nos nomes municipais investigados destacados em *itálico*. Cumpre ressaltar que nos topônimos compostos híbridos, destacaremos a forma indígena também em *itálico*.

Tabela 1. Taxonomias dos tupinismos municipais alagoanos

Taxonomias	Topônimos	Quantidade	Percentual
Ergotopônimos	<i>Jequiá da Praia, São José da Tapera</i>	2	6%
Geomorfotopônimos	<i>Ibateguara,</i>	1	3%
Litotopônimos	<i>Inhapi, Maceió</i>	2	6%
Zootopônimos	<i>Jacaré dos Homens, Jundiá, Piranhas, Satuba</i>	4	13%
Hidrotopônimos	<i>Canapi, Coruripe, Igaci, Jacuípe, Japaratinga, Maragogi, Matriz do Camaragibe, Paripueira, passo do Camaragibe, Santana do Ipanema, Santana do Mundaú, Traipu</i>	12	40%
Fitotopônimos	<i>Arapiraca, Cajueiro, Coité do Noia, Craibas, Jaramataia, Murici, Pariconha, Piaçabuçu, Pindoba, Taquarana</i>	10	32%
Total		31	100%

Fonte: Elaborada pela autora (2024).



A tabela acima demonstra as taxonomias dos topônimos municipais investigados. Os tupinismos estão agrupados de acordo com as suas taxes correspondentes, assim sendo, destacamos: 1º) A presença de 2 (dois) Ergotopônimos, relativos à cultura material de um povo, são eles: Jequiá da Praia e São José da Tapera, que correspondem ao total de (6%). São indícios do *modus vivendi* dos indivíduos que, num dado momento do tempo e da história, obtiveram, por meio da natureza, meios mais rudimentares de sobrevivência, como por exemplo, a confecção de *jequiá*, armadilhas para pescar ou *tapera*, casas feitas de taipa (construções mais primitivas). Melo (2015, p. 70) enfatiza que

cultura é compreendida como um conjunto de tradições, conhecimentos e práticas individuais e sociais, projetados na língua de um povo, bem como o ato de nomear lugares como atividade significativa ao homem como forma de entender a realidade circundante.

Nomear as coisas, as pessoas, os lugares é uma atividade cultural realizada pelos indivíduos em suas atividades sociais, religiosas, econômicas, políticas entre outras.

2º) Em nossa análise, identificamos, ainda, 2 (dois) Litopônimos: Inhapi e Maceió, nomes relativos a constituição do solo, o que representa (6%) dos tupinismos. Inhapi, no étimo Tupi “pedra”, o local batizado era rico em pedras de onde saiam correntes de águas, já Maceió “maçayó”



constituía um solo alagadiço, ainda fazia jus ao nome que os indígenas davam as áreas formadas pelas águas da chuva.

3º) Ibateguara é o único Geomorfotopônimo, nome relativo a topografia da região, corresponde a (3%) dos tupinismos. 4º) Os Zootopônimos aparecem com (14%) de recorrência do léxico, correspondendo a presença dos animais característicos de suas regiões: Jacaré dos Homens, (do tup. *iaka're*) faz referência a um jacaré que fora encontrado à época no rio local. Assim, a região passou a incorporar o nome (do termo latim home) e ser chamada Jacaré dos Homens. Outro tupinismo é *Jundiá*, (*yundiá*) nome dado pelos índios ao peixe bagre. *Satuba* (*yssá-tibas=içás*, formigas saúva) nome de formigas existentes na região, e Piranhas (*pi'rãia* < *pi'ra* + *'ãia*, dente de peixes) nome que faz referência a peixe carnívoro da região. Estes nomes do étimo Tupi revelam a abundância na fauna dos locais a época, construindo uma forte relação dos indivíduos que habitavam a região com o meio ambiente.

5º) A ocorrência de hidrotopônimos, nomes relativos a hidrografia de modo geral, representa (40%) dos tupinismos, um número bem expressivo na toponímia municipal indígena alagoana. Constatamos 12 tupinismos: *Canapi*, *Coruripe*, *Igaci*, *Jacuípe*, *Japaratinga*, *Maragogi*, *Matriz do Camaragibe*, *Passo do Camaragibe*, *Paripueira*, *Santana do Ipanema*, *Santana do Mundaú*, *Traipu*. Esse número evidencia a abundância do recurso hídrico do estado. A água sempre foi para os seres vivos um elemento indispensável para a sua sobrevivência. As terras de Alagoas registram uma hidrografia bastante diversa com lagoas, riachos e rios, por



exemplo, o rio São Francisco, Jacuípe, Mundaú, Coruripe entre outros - tão importantes para as comunidades à sua volta - para o desenvolvimento do estado, do abastecimento de água das cidades, das atividades industriais, residenciais, agropecuárias, extrativismo animal, como a pesca etc.

6º) A ocorrência de fitotopônimos, nomes relativos a vegetação em geral, representa (32%) dos tupinismos, é o segundo aspecto impressionante da relação do homem com o meio ambiente onde vive, interage e/ou trabalha. Os fitotopônimos são: Arapiraca, Cajueiro, Coité do Noia, Craíbas, Jaramataia, Murici, Pariconha, Piaçabuçu, Pindoba e Taquarana, que caracterizam como era a flora de cada região e/ou o que havia em maior fecundidade à época da escolha do nome para os lugares.

A predominância de topônimos com tais características reflete ainda mais um *modus vivendi* do passado de seu povo, porém, sobre o desenvolvimento do homem com a natureza, é possível observar que a presença de traços da cultura indígena se faz presente nos nomes. Os traços desta língua são preservados através dos tupinismos revelando a sua relação com o meio onde habitava.

A seguir, evidenciamos em gráfico quanto ao percentual de natureza física ou antropocultural de tupinismos.



Gráfico 1. Natureza física ou natureza antropocultural dos tupinismos.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

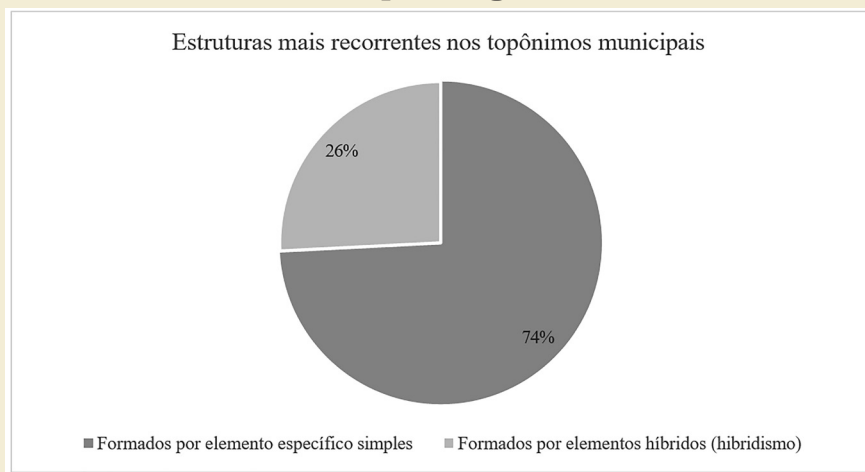
Quanto a motivação dos tupinismos em questão, a conexão entre a língua e os aspectos de natureza física são reveladores, pois estes signos toponímicos apresentam (94%) de taxonomias relacionadas ao ambiente. Assim sendo, as regiões do estado de Alagoas se apresentam férteis em vegetação nativa e fauna diversa, assim os tupinismos destacados na tabela das taxonomias mostram que os nomes relacionados a sua hidrografia predominam, o destacam por seu aspecto geográfico natural.

Esta é uma característica natural do estado, evidenciada nos nomes municipais de origem indígena, sobrepondo aos aspectos de natureza antropocultural nos nomes, em que os nomes de origem indígenas que possuem alguma re-

lação com o homem, cultura e sociedade, representa apenas (6%) do léxico tupi: Jequiá da Praia e São José da Tapera.

Os aspectos relativos à cultura material das comunidades que viveram nestes lugares no início da formação territorial do estado, se mantêm. Esses indicativos, mesmo que em menor quantidade, destacam a importância dos elementos naturais existentes nas regiões, dos quais os indivíduos se utilizavam, para a manutenção de seu estilo de vida. A seguir, destacamos o gráfico referente a estrutura mais recorrente nesses tupinismos.

Gráfico 2. Estrutura mais recorrentes nos tupinismos municipais alagoanos



Fonte: Elaborada pela autora (2025).



Os nomes municipais investigados que apresentam uma estrutura simples em sua composição morfológica, a saber: *Arapiraca, Canapi, Cajueiro, Coruripe, Craíbas, Ibateguara, Igaci, Inhapi, Jacuípe, Japaratinga, Jaramataia, Jundiá, Maceió, Maragogi, Murici, Pariconha, Paripueira, Piaçabuçu, Pindoba, Piranhas, Satuba, Traipu, Taquarana*. Os nomes municipais investigados que apresentam uma estrutura morfológica composta por hibridismo são: *Coité do Noia, Jacaré dos Homens, Jequiá da Praia, Matriz do Camaragibe, Passo do Camaragibe, São José da Tapera, Santana do Ipanema, Santana do Mundaú*.

Constatamos que 74% dos nomes, representados por 23 topônimos, são formados por elemento específico simples: *Arapiraca, Canapi, Cajueiro, Coruripe, Craíbas, Ibateguara, Igaci, Inhapi, Jacuípe, Japaratinga, Jaramataia, Jundiá, Maceió, Maragogi, Muruci, Pariconha, Paripueira, Piaçabuçu, Pindoba, Piranhas, Satuba, Traipu e Taquarana*. Em 8 topônimos, o que representa 26% de ocorrências, temos nomes formados por outros ramos linguísticos + a língua *Tupi*, sendo 2 (dois) topônimos: *Santana do Ipanema* e *Santana do Mundaú* (Português + *tupi*), 3 (três) topônimos: *Matriz do Camaragibe, São José da Tapera* e *Passo do Camaragibe* (latim + *tupi*) e 3 (três) topônimos: *Coité do Noia, Jacaré dos Homens* e *Jequiá da Praia* formados por (*tupi* + latim).

São heranças linguísticas registradas sob “a influência tupi na toponímia brasileira se fez sentir, como já foi dito, em múltiplos elementos da cultura material e espiritual do povo” (Dick, 1981, p. 47).

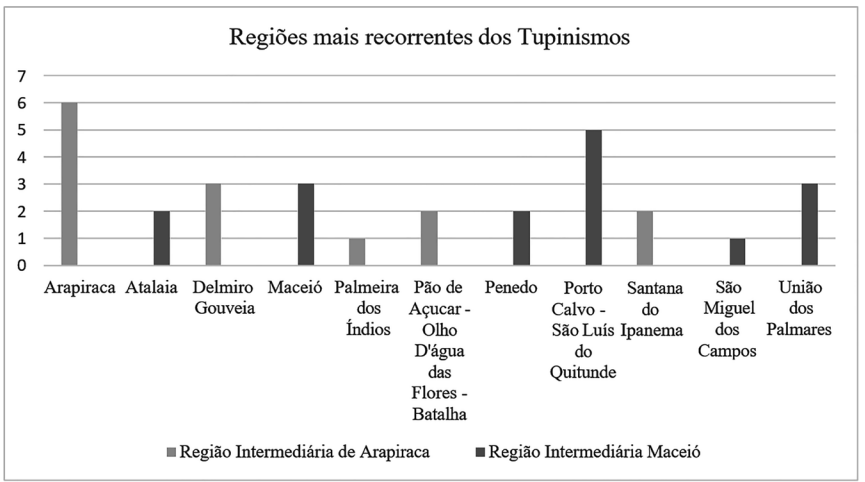


Esses elementos da língua tupi antigo caracterizam o falar dos mais variados povos originários que constituíam a costa brasileira, como ressalta Navarro (2011, p. 2) “ao longo da costa brasileira, havia diversas nações indígenas de mesma língua: tupis, tupinambás, caetés, potiguaras, tupiniquins, temiminós, tupinaés, tabajaras, etc.” Como em meados de 1500, o tupi era uma língua dominante dos nativos, mas que fora também apreendida pelos colonizadores, grosso modo, os traços linguísticos dessa cultura ficaram registrados no léxico de muitos nomes. A etimologia de origem tupi fortalece essa rede de significações, de memória, história e língua e muitos falantes não imaginam a quantidade de vocábulos que se originaram no tupi e até hoje usam como se fosse a língua herdada dos dominantes.

Nesse sentido, as análises de um léxico compreendem, assim, o que nele está impresso, traduzindo-os, como afirma Andrade (2006, p. 116) “O léxico, como repositório de unidades lexicais e reflexo da cosmovisão de uma dada realidade, reflete o ambiente físico e social dos falantes”. Abaixo, identificamos no gráfico as regiões alagoanas mais fecundas em Tupinismos.



Gráfico 3. Regiões alagoanas com tupinismos municipais mais recorrentes



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Para finalizarmos nossas análises, o gráfico 3 destaca a ocorrência de tupinismo nas duas regiões intermediárias de Alagoas: Arapiraca e Maceió, o que corresponde a uma presença de 100% de tupinismos em todo o estado, porém observamos que há um quantitativo específico para cada região imediata do estado, a saber: 1) Região Imediata de Arapiraca 6 tupinismos: *Arapiraca*, *Craíbas*, *Coité do Noia*, *Jaramataia*, *Taquarana* e *Traipu*, o que corresponde a 19% dos topônimos municipais desta região. 2) Região Imediata de Atalaia 2 tupinismos: *Cajueiro* e *Pindoba*, o que corresponde a 7% dos topônimos desta área. 3) Região Imediata de Delmiro Gouveia 3 tupinismos: *Inhapi*, *Pariconha* e *Piranhas* o que corresponde a 10% de tupinismos do lugar. 4) Região Imediata de Maceió 3 tupinismos: *Maceió*, *Paripueira* e

Satuba o que corresponde a 10% dos nomes municipais de origem tupi. 5) Região Imediata de Palmeira dos Índios 1 tupinismo: *Igaci* o que corresponde 3% dos nomes de municípios de origem tupi.

Ainda verificamos que na 6) Região Imediata de Pão de Açúcar – Olho D’água das Flores – Batalha há 2 tupinismos: *Jacaré* dos Homens e São José da *Tapera* o que correspondem a 7% de tupinismos do lugar. 7) Região Imediata de Penedo há 2 tupinismos: *Coruripe* e *Piaçabuçu* o que corresponde a 7% de tupinismos da região. 8) Região Imediata de Porto Calvo – São Luís do Quitunde há 5 tupinismos: *Jacuípe*, *Japaratinga*, *Maragogi*, *Matriz do Camaragibe* e *Passo do Camaragibe*. o que corresponde a 17% de tupinismos do lugar. 9) Região Imediata de Santana do Ipanema existem 2 tupinismos: *Canapi* e *Santana do Ipanema* o que corresponde a 7% de tupinismos do lugar.

Destacamos, por fim, as ocorrências de tupinismos municipais de origem do étimo tupi em 10) Região Imediata de São Miguel dos Campos com 1 nome de município tupi: *Jequiá* da Praia o que corresponde a 3% do registro e na 11) Região Imediata de União dos Palmares destacamos a presença de 3 tupinismos: *Ibateguara*, *Murici* e *Santana do Mundaú* o que corresponde a 10% de tupinismos do lugar.

É inegável a presença de elementos que caracterizam a língua dos povos originários do Brasil em nosso estado alagoano, sobretudo, identificamos a influência da língua tupi na composição das palavras que formam os nomes municipais, evidenciando assim, a sua importância, não



somente no que diz respeito a sua participação na formação do Estado, mas nos aspectos linguísticos e culturais.

Estas ocorrências caracterizam, por fim, um léxico diversificado em tempo que se apresenta como uma fonte de saberes históricos, culturais e linguísticos perceptíveis. Como afirma Dick (1981, p. 55) sobre essa ramificação linguística em nosso país:

O homem brasileiro, tal como se entenda o nativo dos diferentes troncos étnicos, poderá, assim, ser conhecido não apenas sob o ponto de vista da antropologia clássica [sic] mas também pelas características fundamentais da nomenclatura que manipula, num dado momento histórico.

Em conclusão de nossas análises toponímicas acerca dos nomes municipais do Estado de Alagoas de étimo tupi, reafirmamos a relevância que o léxico alagoano revela em seus topônimos municipais, que são cheios de motivos e causas para a nomeação dos lugares, que atraem novos olhares para as pesquisas toponímicas do estado. Dessa maneira, compreendemos, que a cada palavra que formou o nome de um lugar sofreu algum tipo de influência, quer seja no tupi, quer seja na língua latina, bem como em outras línguas, a história do Estado e de seu povo alcançaram mais visibilidade nas pesquisas toponímicas e deixaram marcas para um registro histórico, linguístico e cultural.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos estas considerações afirmando que o léxico alagoano mantém preservados em seus topônimos muitos aspectos, por exemplo, aspectos de sua cultura, da presença indígena, da história de seu povo, valores simbólicos, saberes locais e de outras etnias, bem como, evidencia uma vegetação nativa própria, sua flora e fauna e formas topográficas constituintes de cada região singularizam tão expressivamente Alagoas.

Esses tupinismos em questão, deixam evidente que, dos 102 nomes municipais alagoanos: 31 nomes municipais são de origem tupi, assim registramos as seguintes ocorrências neste léxico:

- a. Signos toponímicos do Étimo Tupi nas duas regiões geográficas intermediárias do Estado. Constatamos um total de *17 tupinismos na região intermediária de Maceió* e *14 tupinismos na região intermediária de Arapiraca*. A presença do étimo tupi em maior frequência na região intermediária de Maceió nos remete à história do estado alagoano, sobretudo ao início de sua formação, e que há hoje, um novo olhar sobre a disposição atual dos povos indígenas nos municípios, pois esta frequência de nomes não está ligada diretamente a presença dos povos indígenas totais existentes em Alagoas, apesar de esse registro contribuir para a materialização dos fatos línguoculturais do próprio léxico.
- b. Em relação à taxonomia dos topônimos municipais foram detectados na sincronia atual: 2 (dois) *ergotopô-*



nimos, topônimos que expressam uma relação com a cultura material indígena. 1 (*um*) *Geomorfotopônimo*, relativo a topografia alagoana, 2 (*dois*) *litotopônimos*, relativos a constituição do solo alagoano, 4 (*quatro*) *Zootopônimos*, relativos a fauna da região alagoana, 12 (*doze*) *Hidrotopônimos* relativos a hidrografia da região e 10 (*dez*) *Fitotopônimos* correspondentes a vegetação nativa do espaço geográfico do estado.

- c. Um expressivo número de topônimos de natureza física. 29 topônimos municipais expressam uma motivação de natureza física: *Ibateguara*, *Inhapi*, *Maceió*, *Jacaré dos Homens*, *Jundiá*, *Piranhas*, *Satuba*, *Canapi*, *Coruripe*, *Igaci*, *Jacuípe*, *Japaratinga*, *Murici*, *Maragogi*, *Paripueira*, *Traipu*, *Arapiraca*, *Cajueiro*, *Coité do Noia*, *Craíbas*, *Jaramataia*, *Murici*, *Pariconha*, *Passo do Camaragibe*, *Piaçabuçu*, *Pindoba*, *Santana do Mundaú*, *Santana do Ipanema* e *Taquarana*. Evidenciamos, também, 2 tupinismos de natureza antropocultural: *Jequiá da Praia* e *São José da Tapera*, assim esse fato observado em nossa análise evidencia essa abundância de elementos físicos que constroem e singularizam o estado alagoano por suas riquezas naturais.
- d. Em relação *as estruturas mais recorrentes nos tupinismos*, destacamos que 74% dos *tupinismos* apresentam em sua estrutura morfológica elementos específicos simples e por fim, que 26% de *tupinismos* possuem estruturas *formadas por bases linguísticas híbridas*: tupi + português ou tupi + latim.



- e. O ato de nomear municípios alagoanos sofreu influências de traços linguísticos diversos como pudemos observar, porém, o étimo tupi é uma referência ao passado de um povo, que existiu e, ainda resiste em tempos de modernidade, ao apagamento de sua cultura. Logo, entendemos que as belezas naturais das regiões, a sua vegetação e hidrografia são parte não apenas do lugar físico, mas do repertório linguístico alagoano.

Em suma, esta pesquisa sobre o léxico toponímico municipal de origem indígena de étimo Tupi é apenas um contributo para auxiliar perspectivas sobre o léxico alagoano. Aos interessados pelo tema, fica à disposição este resultado, esperando, assim, contribuir com todos os que se interessam pelo tema e novas pesquisas.



REFERÊNCIAS

ANDRADE, K. dos S. **Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins** - Projeto Atito. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. 2006.

CARVALHINHOS, P. de J. Onomástica e lexicologia: o léxico toponímico como catalisador e fundo de memória. **Revista da USP**, São Paulo, n. 56, p. 172-179, dez./fev., 2002-2003.

DICK, M. V. de P. do A. **Aspectos genéricos da toponímia indígena brasileira e sua distribuição linguística**. Boletim bibliográfico Biblioteca Mário de Andrade/Secretaria municipal de cultura departamento de bibliotecas públicas. São Paulo, v. 42, n. 2, abr./jun., 1981.

DICK, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo - SP: Arquivo do Estado, 1990.

DICK, M. V. de P. do A. Atlas toponímico do Brasil: teoria e prática II. **Revista Trama**, v. 3, n. 5, 2007. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br> Acesso em: 29 jun. 2025.

ISQUERDO, A. N. **Toponímia ATEMS**: caminhos metodológicos. V. 1, Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2019.

ISQUERDO, A. N. **Toponímia**: tendências toponímicas no estado de Mato Grosso do Sul. V. 2, Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2020.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 14. ed., Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

MELO, P. A. G. de. O nome de lugar: possíveis sentidos atribuídos aos topônimos de povoados de Alagoas. **Revista Odisseia**, Natal - RN, n. 14, p. 69-89, jan.-jun. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Desktop/Melo%202015,%20Odisseia.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2024.

MELO, P. A. G. de. Léxico toponímico: nomes de motivações de natureza Antropocultural na toponímia de alagoas. **Revista de Estudos Acadêmicos de Letras**. UNEMAT editora, v. 10, n.1, jun. 2017.

MELO, P. A. G. de. Um recorte do léxico toponímico indígena municipal alagoano: motivações toponímicas. **Revista Interfaces**. Guarapuava, v. 4 n. 2, p. 39-51. 2013. Disponível em: https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/2342 Acesso em: 28 jun.2025.

MENDES, A. A. A ausência ou presença de artigo definido diante de topônimos na fala dos moradores da zona rural



das cidades de Matipó e Abre Campo. **Anais** [...], v. 2, n. 2, Uberlândia: Editora EDUFU, 2011.

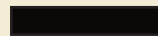
NAVARRO, E. de A. Os topônimos com a posposição tupi -pe no território brasileiro. **Cienc. Hum.**, Belém, v. 16, n. 2. 2021.

SILVA, C. A. do N da; ISQUERDO, A. N. Toponímia e línguas indígenas: um estudo de caso com base na toponímia sul-mato-grossense. **Revista Moara**, n. 55, jan-jul, 2020.

TAVARES, M. A motivação de topônimos indígenas de Mato Grosso do Sul. **Revista Signum**, Londrina - PR, n. 11, v. 2, p. 257-275, 2008.

TIBIRIÇÁ, L. C. **Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi**: significado dos nomes geográficos de origem tupi. Brasil: Editora Traço, 1985.





CAPÍTULO 9

TOPONÍMIA, PESQUISA E ENSINO: CONSTRUINDO NOVOS SABERES EM UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

Vagner Soares da Silva

<https://orcid.org/0009-0004-7815-5392>

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este nono capítulo trata sobre a pesquisa toponímica a partir da dimensão da interdisciplinaridade, compreendendo como os diversos saberes adquiridos por meio do estudo dos nomes de lugares podem ser aplicados, efetivamente, em diversas áreas do conhecimento no contexto escolar.

Por esta razão, apresentamos o resultado de uma pesquisa sobre os nomes dos municípios alagoanos que compõem a região geográfica imediata de Santana do Ipanema, localizada nas zonas do agreste e sertão de Alagoas, na qual identificamos a interdisciplinaridade por meio das relações de poder: econômico, político, religioso e cultural no processo de nomeação de espaços geográficos alagoanos e tais relações podem ser integrantes de diferentes componentes curriculares de disciplinas da Educação Básica.



Nesse sentido, a toponímia da região geográfica imediata de Santana do Ipanema/Alagoas apresenta muitas particularidades naturais e antrópicas. Os topônimos constitutivos deste território são, por sua vez, signos linguísticos em função toponomástica que refletem aspectos (extra) linguísticos capazes de (re)constituir memórias e/ou acontecimentos, vivências diversas, dentre outras conotações da realidade circundante.

Sob esse viés, o presente capítulo apresenta um estudo acerca dos nomes das municipalidades da referida região intermediária do estado de Alagoas, buscando demonstrar que é possível um diálogo entre disciplinas e os saberes adquiridos por meio da pesquisa toponímica, uma vez que a Toponímia se configura como um ramo disciplinar dinâmico e multifacetado para a construção de saberes nas mais variadas disciplinas.

Metodologicamente, de forma geral, seguimos o modelo das demais pesquisas apresentadas nesta obra, assim, abordamos sobre uma investigação toponímica de cunho bibliográfico, de abordagem qualitativa, fundamentada pelos princípios teórico-metodológicos da Toponímia tradicional, em especial a proposta de categorização de Dick (1990 e desdobramentos atuais) em diálogo com a área da Educação.

Desta feita, organizamos a divisão deste nono capítulo em três partes fundamentais: a primeira, consiste na interdisciplinaridade da toponímia: princípios teóricos, a segunda, num estudo toponímico da região imediata de Santana do Ipanema/Alagoas e a terceira parte, que evidencia, além dos resultados da pesquisa, uma inter-relação



da toponímia com a área da educação. Por fim, tecemos as considerações finais.

TOPONÍMIA, INTERDISCIPLINARIDADE E PRÁTICA DOCENTE: UMA INTERLOCUÇÃO PEDAGÓGICA POSSÍVEL

A prática docente cria um espaço dinâmico de construção e reconstrução de conhecimentos, onde a pesquisa desempenha um papel fundamental. Nesta perspectiva, os professores devem assumir o papel não apenas de transmissores de conhecimento, mas de intelectuais, transformadores capazes de desafiar e reconfigurar estruturas de poder e saberes tanto dentro quanto fora das instituições educacionais. (Giroux, 1997).

Desde os primórdios da humanidade, o ser humano nomeou pessoas, sensações, coisas, espaços como forma de identificá-los, de garantir o pertencimento, de marcar territórios, de imprimir a sua marca a tudo que o rodeia (Amaral; Seide, 2020). Sendo assim, pensar em Toponímia no âmbito escolar, remete à possibilidade de resgatar e conhecer a história e a memória local do espaço no qual a escola está inserida. Com isso, viabiliza, de maneira interdisciplinar, um contato entre estudantes e atividades de pesquisas.

Ao irmos de encontro aos modelos tradicionais e monodisciplinares, defendemos, neste capítulo, uma articulação entre a pesquisa toponímica e a prática docente no ambiente escolar, compreendendo, nessa direção, que o campo Toponomástico se apresenta como um terreno fértil para reflexões multifacetadas. No entanto, essa perspectiva



demanda uma abordagem que vá além da simples instrumentalização da educação, promovendo uma práxis crítica que acolha a incerteza e a multiplicidade de vozes e perspectivas.

Para o autor Nascimento (2021, p. 291),

[...] o estudo do nome, a saber, designativos de lugares, pode, assim, proporcionar aos alunos e professores reflexões acerca da Onomástica como ferramenta de aprendizagem interdisciplinar em sala de aula que possibilita ao professor trabalhar a partir da realidade do aluno.

Com efeito, a partir da investigação toponímica de um dado território, por exemplo, podemos conhecer aspectos sociopolíticos e culturais da época em que se deu a criação de escolas e recuperar informações a respeito da constituição do patrimônio cultural da comunidade na qual ela e cada membro da comunidade escolar estão inseridos.

Conforme Carvalhinhos (2012, p. 16) nos assegura

cada vez mais, pois, a toponímia é encarada no mundo como um elemento chave não apenas na reconstituição do passado, mas na compreensão do presente, em sua função pragmática.

A nosso ver, a convergência desses dois domínios Toponímia e Educação, articulando a teoria e a prática, não apenas se revelam como uma complementaridade para a construção e aplicação de novos saberes, mas também como uma interdependência crucial para o desenvolvimen-



to de uma atividade educativa reflexiva e transformadora, que leva em consideração aspectos da realidade local dos espaços onde escola e estudantes estão localizados.

No cerne dessa discussão, compreender que a interdisciplinaridade é essencial nesse processo, pois ela permite a utilização de saberes não apenas compreendidos em suas disciplinas específicas, mas também, reconhecendo-os em suas interconexões e aplicabilidades dentro do ambiente escolar. Dessa forma, os estudos toponímicos e os componentes curriculares não devem ser vistos e tratados de forma isolados, mas como parte integrante de um todo educacional que pode ser refletido em uma prática pedagógica.

Essa integração permite não apenas a aplicação concreta dos diversos saberes construídos e aprendidos, mas também o desenvolvimento de habilidades reflexivas e adaptativas necessárias para uma prática educacional eficaz e responsiva às necessidades dos alunos e do ambiente escolar contemporâneo dentro de um dado território.

A Toponímia se configura como “um universo línguo-cultural, em que dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e não exclusivamente” (Dick, 1990, p. 36). Com efeito, essa integração de saberes pode viabilizar a busca contínua por melhorias e inovações no processo de ensino-aprendizagem, em especial sobre aspectos naturais e antrópicos de um dado lugar habitado materializado no léxico toponímico.

Neste contexto, a pesquisa toponímica pode desempenhar um papel crucial, proporcionando aos professores



ferramentas (por exemplo, dicionário e atlas toponomásticos) para investigar e compreender diversas questões enfrentadas no ambiente escolar, bem como, para explorar novas abordagens que possam promover uma aprendizagem mais eficaz e inclusiva.

Além disso, ao incorporar métodos de pesquisa científica na prática de ensino, professores e alunos não apenas se tornam mais informados e conscientes na construção de novos saberes, de igual modo, contribuem para a aquisição de novos conhecimentos e adaptável às necessidades contemporâneas. Nesse sentido, Melo e Silva (2019), explicam como as obras lexicográficas de cunho toponímico

[...] podem ajudar os consulentes a conhecer novos usos de palavras, estabelecer relações entre lugares e seus nomes, desvelar efeitos de sentidos e novos significados, oferecer informações gramaticais, históricas, enciclopédicas dentre outras sobre os topônimos e suas causas, uma vez que a língua se constitui, desde o seu sistema fonológico até as relações pragmáticas de escolhas linguísticas nas variadas situações de interação social, de elementos que identificam a percepção que temos de nós próprios e dos outros (Melo; Silva; 2019, p. 128).

Como supracitado, ressaltamos a importância do uso de instrumentos didáticos adequados e de conhecimentos advindos destas pesquisas. Isso implica em uma prática interdisciplinar e coletiva, em que cada disciplina contribui



com sua especificidade para enriquecer a compreensão geral sobre as complexidades da prática de nomear lugares.

Os estudos toponímicos podem constituir “um resgate sócio-histórico, [sic] podendo refletir fatos e ocorrências de diferentes momentos da vida de uma sociedade (Sousa, 2010, p. 31)”,

revestindo-se “como fonte de conhecimento, não só da língua falada na região em exame, como também de ocorrências geográficas, históricas e sociais, testemunhadas pelo povo que a habitou, em caráter definitivo ou temporário.” (Dick, 1990, p. 42).

Isso quer dizer que uma análise toponímica traz consigo informações significativas da relação homem-sociedade, já que o signo linguístico é a linguagem traduzida em questões valorativas que se prefixaram nele com o passar do tempo.

É sob esta ótica que compreendemos a importância do estudo dos nomes de lugares no contexto escolar e não somente nas aulas de uma disciplina de línguas ou geografia, mas de outras que fazem parte da matriz curricular básica. Todavia, para avançarmos neste debate, torna-se imperativo reconhecer a pesquisa toponímica e a docência como campos dialéticos em constante evolução, em que a interrogação contínua e a autocrítica desempenham papéis centrais.



Nos dizeres de Carvalho (2012),

[...] é entre a fronteira do pensamento linear e não linear que o estudo da toponímia pode traduzir o *modus vivendi* de um grupo, um país, ou ainda responder a vários interesses. É fundamental compreender os topônimos a partir dos diferentes significados, olhares e áreas de atuação, pois, por se organizarem de maneira dinâmica, constantemente (re)inventam-se no tempo e no espaço, sobrepondo-se valores socioculturais, econômicos, políticos e religiosos (Carvalho, 2012, p. 3).

Dessa maneira, professores e alunos se tornam agentes ativos na produção do conhecimento. Para complementar o que nos diz a autora supracitada, recorreremos ao *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCNs) – documento elaborado com a finalidade de balizar as práticas aplicadas por educadores no processo ensino-aprendizagem, nos níveis fundamental e médio, destacamos que

[...] os conhecimentos que se transmite e se recriam na escola ganham sentido quando são produtos de uma construção dinâmica que se opera na interação constante entre o saber escolar e os demais saberes, entre o que o aluno aprende na escola e o que ele traz para a escola, num processo contínuo e permanente de aquisição, no qual interferem fatores políticos, sociais, culturais e psicológicos (Brasil, 1997, p. 34).



Não podemos dessa maneira pensar o conhecimento como acabado no âmbito escolar, ou menos ainda, delimitado para uma única maneira de alcançá-lo. Os saberes produzidos pelos estudantes estão imersos em sua relação com a escola e outros saberes, com os indivíduos de sua comunidade, bem como, fora dela. Assim, podemos dizer que a escola é um espaço para atuação e produção de conhecimentos diversos, para novas aberturas de conteúdos e de aprendizagens, como demonstra o autor:

[...] é função da escola oferecer ao aluno, a partir de práticas didático- pedagógicas adequadas, subsídios (instrumentalização teóricas e práticas) para o efetivo exercício da cidadania, ou seja, viver e compreender de forma crítica seu tempo, nas diversas situações sócio-culturais (Sousa, 2010, p. 4).



Nesse sentido, temos interesse nas orientações voltadas para o caráter interdisciplinar apontado nesses documentos oficiais. Ele é uma possibilidade para compreendermos, por meio de uma convergência de leituras, por exemplo, um acontecimento, a decifração de um problema, de uma questão etc. Todavia, é relevante destacarmos que essa proposta de interlocução apenas será possível se pensada sob o prisma da relação de complementaridade entre as áreas de conhecimento, considerando a dimensão da interdisciplinaridade e da noção de complexidade (Morin, 2008). Nesse sentido, a partir de disciplinas existentes é possível desenvolver soluções para os problemas reais do

ensino-aprendizagem. Conforme consolidado nos PNCs, observamos a seguir:

[...] o conhecimento não é visto como algo situado fora do indivíduo, a ser adquirido por meio de cópia do real, tampouco como algo que o indivíduo constrói independentemente da realidade exterior, dos demais indivíduos e de suas próprias capacidades pessoais (Brasil, 1997, p. 36-37).

A intersecção da Toponímia com as disciplinas da grade curricular básica, como Língua Portuguesa, História e Geografia é uma real possibilidade de desenvolvimento de novas habilidades. Por exemplo, ao discorrermos sobre toponímia no ensino de Geografia se torna “possível ampliar o protagonismo e formação de sujeitos críticos e conhecedores da sua realidade no âmbito local e regional” (Pereira, 2021, p.46). Evidentemente, não estamos falando de utopias ou métodos inalcançáveis em sala de aula, mas de propostas que já despontam no cenário dos estudos toponímicos por causa de seu caráter interdisciplinar. “A Toponímia não pode ser pensada desvinculada de outras ciências, pois a interdisciplinaridade é intrínseca a ela” (Bastiane; Andrade; Pereira, 2018, p. 112-113).

Gonçalves e Ximenes (2023, p. 53-54) dizem: “é indispensável para a realização de um estudo toponímico a interseção com outras áreas do saber, para que se possa ter uma compreensão mais ampla desse fenômeno da linguagem”. Nesse sentido, pensamos ser por meio da linguagem que se constroem os novos saberes, uma vez que ao nosso



redor está todo o universo linguístico criado pelos falantes da língua. Inclusive, a nível lexical, analisamos a relação entre o nome do lugar e o sujeito-nomeador que dela se apropria para nomear lugares habitados.

Dessa maneira, salientamos que

a interdisciplinaridade seria a integração, o estabelecimento de alguma combinação e harmonia nesse encontro entre as áreas do saber, em um movimento relacional de articulação (Gonçalves; Ximenes, 2023, p. 51).

É um viés por onde o conhecimento se dá, ou seja, em um diálogo com os diferentes saberes, de modo que se completam. Por isso, a pesquisa toponímica é uma ferramenta que se pode utilizar para explorar os campos de saberes com mais curiosidade, investigação do léxico, reflexão e organização das informações alcançadas nas disciplinas diárias em sala de aula.

Desta feita, enxergamos na pesquisa toponímica, quer seja a que os professores façam, quer seja as que os estudantes façam, mediante orientação, representa uma possibilidade concreta de obter mais conhecimento, ressignificando as relações entre eles em sala, seus professores e sua comunidade, atestando, de fato, que o mundo à sua volta está presente no léxico toponímico que conhecem.

Apresentamos, a seguir, uma análise dos dados da pesquisa acerca das municipalidades da região imediata de Santana do Ipanema/Alagoas e a relação de nomeação com



as particularidades de cada região, estabelecendo possíveis diálogos com a Toponímia e seu caráter interdisciplinar.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Nos nomes municipais da região imediata de Santana, observamos que há características linguísticas e extralinguísticas que se revelam importantes. Por isso, o estudo desses topônimos também favorece o conhecimento de aspectos históricos, sociais e culturais de seu povo, contidos em seu léxico.

A partir daí, construímos uma ponte entre a Educação e a Toponímia, uma vez que ao se utilizar da multiplicidade de sentidos e significados que há nos signos toponímicos, reconhecemos que o uso da nomenclatura toponímica de um dado território ou uma pesquisa sobre esse acervo lexical, mostra como é indispensável apreender sobre os nomes dos lugares. Ao analisar os topônimos, imediatamente nos remetemos ao lugar, não como algo real, mas na projeção do real, tornando impossível o desprender-se da noção de geografia, como também as categorias geográficas de território, lugar, paisagem, espaço geográfico etc.

Para Pereira, (2021, p. 28):

A possibilidade de retirar inferências geográficas e sociais a partir da distribuição dos topônimos deve ancorar-se numa certeza histórica e contextualizar-se nos restantes fenômenos que dão corpo e originalidade a uma região.



Nesta pesquisa, evidenciamos o *corpus* constituído pelos nove nomes oficiais das municipalidades pertencentes à referida região alagoana, a saber: (01) Canapi, (02) Carneiros, (03) Dois Riachos, (04) Maravilha, (05) Olivença, (06) Ouro Branco, (07) Poço das Trincheiras, (08) Santana do Ipanema e (09) Senador Rui Palmeira, coletados junto ao Banco de Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2024) e na Carta topográfica da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio – SEPLAG (2023).

A seguir, apresentamos a Tabela 1 com a totalidade dos nove nomes dos municípios alagoanos da região geográfica imediata de Santana do Ipanema, acompanhados pelo número de ocorrência e a sua categorização toponímica.



Tabela 1. Totalidade dos nomes dos municípios analisados, seguidos de suas taxas e valores

Taxe	Topônimo	Qt.	Perc.
Zootopônimo	Carneiros	1	11%
Antropotopônimo	Olivença	1	11%
Litotopônimo	Ouro Branco	1	11%
Hidrotopônimo	Canapi, Poço das Trincheiras	2	23%
Animotopônimo	Maravilha	1	11%
Hagiotopônimo	Santana do Ipanema	1	11%
Axiotopônimo	Senador Rui Palmeira	1	11%
Numerotopônimos	Dois Riachos	1	11%
Total		9	100%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

Após a análise dos dados, evidenciamos a ocorrência de dois topônimos relacionados à natureza física do lugar, em especial fazendo alusão ao elemento água: (1) Canapi e (2) Poço das Trincheiras, ambos, hidrotopônimos.

(1) O nome Canapi faz uma referência ao rio Canapi, esse elemento natural foi muito importante ao longo dos anos para o povoamento da região e seus habitantes, influenciando a nomeação do lugar.

(2) O nome Poço das Trincheiras faz referência a outro importante recurso hídrico de Alagoas, na época, o rio Ipanema. Diz a tradição que a motivação toponímica desse nome reside no fato de que havia um poço e trincheiras de pedras no lugar do futuro município, na época das invasões e ocupações das terras alagoanas pelos portugueses.

É importante ressaltar que o elemento hídrico não é somente uma fonte indispensável à sobrevivência humana, outrossim, faz parte da história de luta do povo de Alagoas, em regiões como a do agreste, onde a presença da água representa um componente importante na apropriação desse território.

Evidenciamos, ainda, as demais sete taxes, a saber:

(3) O numerotopônimo *Dois Riachos* que faz referência a dois pequenos córregos d'água que existiam na região, na época, foram encontrados pelo habitante pioneiro da região do atual município, Miguel Vieira,



um viajante, que se tornou ilustre comerciante e empreendedor na região.

(4) O zootopônimo *Carneiros*, único macrotopônimo referente à fauna da referida região imediata. Diz a tradição que sua motivação toponímica está associada ao fato de terem encontrado na época, um carneiro enlouquecido pela sede. Segundo a história popular, o animal cavou um enorme buraco com as patas e os chifres até formar uma cacimba para beber água, e, assim, o local passou a ser chamado de Carneiros.

(5) O animotopônimo eufórico *Maravilha*, esse macrotopônimo é resultado de uma mudança por substituição sistemática. Anteriormente, o município tinha de *Covas dos Defuntos*.

Segundo Melo (2018), o que motivou essa mudança toponímica foi uma observação de um missionário que viveu muitos anos na região do atual município que, diferentemente do que pensavam sobre o lugar, ele o considerava uma maravilha, devido ao povo, ao clima, à beleza dos sítios. A partir da propagação dessa ideia valorativa da região e sua forte influência local, o lugar passou a ser assim reconhecido.

Nas palavras de Dick, (1990, p. 30),

o homem, em sua qualidade de membro de um agrupamento, representa, por força da introdução de costumes e de hábitos generalizados, senão integralmente, pelo menos uma parcela significativa do pensamento coletivo.



Essa observação feita pela referida autora, demonstra a efetividade da língua para o homem ao deixar manifestado nos nomes os traços da cultura a qual faz parte.

(6) O antropotopônimo *Olivença*, nome que tece uma homenagem às famílias fundadoras da região, por meio do sobrenome Oliveira. Há, dessa forma, um traço marcante de cultura, de modo geral, na nomeação dos lugares, pois alguns levam o nome de personalidades influentes da sociedade ou cenário político, isso evidencia a predominante força de classes dominantes da elite do estado. Nesse caso, percebemos como é notável que o estudo dos antropotopônimos estão ligados à identidade do ser, revelando algo singular de cada indivíduo e/ou família. Isso pode revelar marcas identitárias e culturais que se modificam de acordo com cada comunidade, desvelando, portanto, aspectos, não apenas linguísticos, mas pragmáticos e ideológico. Assim, os registros da cultura da sociedade local, ficaram preservados nos signos toponímicos.

(7) O litotopônimo *Ouro Branco* que faz referência, de forma metafórica, à riqueza da região na época de povoamento do território alagoano. É importante destacar que essa riqueza não seria o metal ouro, mas por associação semântica, a riqueza da cultura do algodão, em Alagoas, traduzida na brancura das imensas plantações de algodão da região, que era considerado, em sentido figurado, o ouro branco alagoano, de acordo com Melo (2018).



(8) O hagiotopônimo *Santana do Ipanema*, indica uma clara referência à Santa Ana – santa do Catolicismo, mãe de Maria. Senhora Santana é a padroeira do município de Santana do Ipanema. Esse macrotopônimo transparece aspectos da religiosidade católica, da preservação das tradições, crenças e da influência do poder da Igreja, uma marca deixada desde a história de colonização do país.

(9) O axiotopônimo *Senador Rui Palmeira*, um nome que está ligado a uma relevante família de políticos de Alagoas, símbolo de homenagem frequente na região. Esse macrotopônimo revela uma tendência de se nomear lugares com nomes de políticos, de pessoas da classe social dominante, e ainda, nesse caso há uma exaltação à condição política marcada pelo título Senador.



No campo da Morfologia, podemos pontuar que houve uma predominância de nomes compostos em relação aos nomes simples na formação lexical desse recorte toponímico estudado. Nesse contexto, os macrotopônimos analisados são formados por elementos compostos híbridos, ou seja, aqueles que apresentam etimologias distintas na composição linguística de suas bases lexicais, como por exemplo: Poço das Trincheiras (Latim + Francês), Dois Riachos (Latim + Castelhana), Ouro Branco (Latim + Germânico), Santana do Ipanema (Port. Brasileiro + Tupi) e Senador Rui Palmeira (Latim). Além disso, detectamos nomes de municípios formados por elementos específicos

simples, ou seja, aqueles que apresentam uma única base linguística, como por exemplo: Canapi (Tupi), Carneiros (Latim), Olivença (Latim), Maravilha (Latim).

Quanto à motivação toponímica dos nomes dos municípios estudados, atestamos que fatores diversos, como já demonstrados, cooperaram para as escolhas desses macro-topônimos na toponímia alagoana.

De acordo com Isquerdo (2019):

No que se refere à motivação, é preciso considerar que, no momento da criação de um topônimo, uma série de fatores, em especial o próprio meio ambiente, atuam sobre a linguagem e, consequentemente, sobre a forma de uma dada comunidade pensar e se manifestar em termos de atribuição de nomes a elementos da realidade. (Isquerdo, 2019, p. 22).

Desta feita, destacamos o importante papel das pesquisas toponímicas na produção de diversos conhecimentos de forma científica. Tal prática, viabiliza uma interação entre pesquisa e ensino no âmbito escolar, constituindo-se num campo de estudo profundamente enriquecedor e desafiador na promoção de uma educação reflexiva e transformadora.

Os macrotopônimos analisados, refletem, materializados em seus aspectos semânticos muitos saberes locais. Tais saberes podem ser explorados pelo viés da interdisciplinaridade entre Toponímia e Geografia, Toponímia e História, Toponímia e Língua Portuguesa, entre outras



interconexões epistemológicas. É nesse sentido que de fendemos, no âmbito do ensino básico, propostas pedagógicas que englobem várias disciplinas e o saber toponímico. Por conseguinte, para fortalecer o diálogo com a área da Educação, sugerimos o uso reflexivo e crítico dos saberes dos quais essas disciplinas dispõem diálogo com toponímia e, assim, os estudantes possam apreender sobre os nomes dos lugares de sua região e como eles são importantes para a sua história.

Por fim, ressaltamos que nem todos os nove nomes apresentados nesta pesquisa foram analisados e interpretados em sua total potencialidade. Porém, de fato, o que pretendíamos, neste nono capítulo, é demonstrar ser possível uma abordagem entre a pesquisa toponímica e a prática pedagógica, em especial no Ensino Básico, por meio de uma interconexão entre os conhecimentos teóricos e práticos produzidos, complementando-os, articulando-os e integrando-os, para que, assim, transitem entre as diferentes áreas do saber.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os macrotopônimos municipais da região de Santana do Ipanema, em Alagoas, fazem parte do léxico, territorialidades e comunidades, pois são usados no cotidiano dos falantes, estando presentes em quase todas as situações comunicativas, eles podem ser objeto de estudo e de interesse de professores, escolas e estudantes para o desenvolvimento de atividades interdisciplinares.

Nesse cenário, o estudo dos nomes de lugares estabelece relações com outras áreas do conhecimento, possibilitando estudar o léxico toponímico em várias dimensões: em termos de origem, estrutura, transformação, significação, distribuição espacial numa área geográfica, histórica, sociológica entre outras possibilidades. Diante disso, acreditamos que a interlocução entre os resultados obtidos por meio da pesquisa toponímica dos nomes da região de Santana do Ipanema, em Alagoas, e a prática pedagógica interdisciplinar pode beneficiar para o processo de ensino e aprendizagem no âmbito escolar em diversos recortes e abordagens.

No que concerne especificamente à pesquisa ora apresentada neste capítulo, podemos destacar quanto à motivação, fatores de ordem antropocultural, ou seja, os traços línguo-culturais que estabelecem uma relação entre a língua, o homem e a sociedade alagoana foram mais recorrentes e determinantes na escolha dos topônimos atribuídos aos municípios da região geográfica imediata de Santana do Ipanema/AL.

A partir disso, podemos corroborar o fato de que os topônimos podem ser fontes úteis de pesquisas no âmbito das disciplinas, com conteúdo voltado para a compreensão de fatores geográficos, sociais, culturais, e históricos da sociedade.

Ainda quanto à motivação de natureza antropocultural, destacamos que topônimos que fazem referência à religião católica e os nomes de cunho socioeconômico ou político revelam marcas de poder em nossa sociedade.



Dessa forma, atestamos que há questões de ordem valorativas para o homem e para a sociedade que estão cristalizadas em uma memória toponímica regional.

Conforme pesquisa apresentada neste nono capítulo, observamos que, há topônimos municipais estudados que a sua motivação possui alguma relação com a geografia física do lugar, porém, os topônimos que possuem uma relação simbólica com o homem, com a sociedade e com a cultura se mostraram mais abundantes. Em suma, explorar o universo de significações dos topônimos municipais mostram como a Toponímia pode ser um instrumento pedagógico profícuo entre os aprendizes-ensinantes e os ensinantes-aprendizes. E que, professores de disciplinas como Geografia, Língua Portuguesa, História dentre outras, podem construir propostas para as aulas que sejam interessantes para os estudantes e que os despertem para a curiosidade de uso de um léxico toponímico regional e que valoriza a memória coletiva e a identidade local.



REFERÊNCIAS

AMARAL, E. T. R.; SEIDE, M. S. **Nomes próprios de pessoa:** introdução à antroponímia brasileira. São Paulo: Blucher, 2020. 278p.

BASTIANI, C.; ANDRADE, K. dos S.; PEREIRA, C. M. R. B. Toponímia e geografia: diálogos possíveis no contexto da teoria da interdisciplinaridade. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia – MG, v. 19, n. 65, março, p. 109–124. 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

CARVALHINHOS, P. de J. Estudos de onomástica em língua portuguesa no Brasil: perspectivas para inserção mundial. **Anais [...]**. São Paulo: FFLCH/USP, 2008.

CARVALHO, A. P. M. A. de. Língua e identidade cultural: O estudo da toponímia local na escola. **Anais do SIELP**, v. 2, n. 1, Uberlândia: EDUFU, 2012.

DICK, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Editora: Arquivo do Estado, 1990.

GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais:** rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. 270 p.

GONÇALVES, E. L. S.; XIMENES, E. E. Interdisciplinaridade nos estudos toponímicos: a contribuição do modelo taxionômico de Dick (1980, 1990). **Estudos da Língua(gem)**: Vitória da Conquista, v. 21, n. 1 p. 47-61, jul., 2023.

ISQUERDO, A. N. **Toponímia ATEMS:** caminhos metodológicos. V.1, Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2019. 302 p.

MELO, P. A. G. de. **Dicionário Toponímico de Alagoas (DITAL)** - municípios e seus aspectos linguísticos e extralinguísticos. Tese (Doutorado em Letras: Estudos Linguísticos) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2018. 360f.

MELO, P. A. G. de; SILVA, Manoel Messias Alves da. Dicionário Toponomástico de Alagoas (DITAL) – municípios: uma pro-



posta lexicográfica. 27. ed. **Revista Intersecções**, ano 12, n. 1, mai. 2019. 128p.

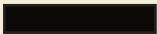
MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

NASCIMENTO, R. V. do. Toponímia e o ensino de língua portuguesa: sugestões didático-pedagógicas interdisciplinares. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 66, 2021.

Pereira, E. M. A toponímia como recurso didático no conceito de lugar nas aulas de geografia do ensino médio. **Revista Ensino de Geografia**, Recife, v. 4, n. 3, p. 22-50. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.51359/2594-9616.2021.248225>. Acesso em: 28 jun. 2025.

SOUSA, A. M. de. Toponímia e Ensino: Propostas para a Aplicação no Nível Básico. **Revista de Educação**, Rio Branco, v. 12, n. 2, p. 45-60, jul./dez. 2010.





SOBRE OS AUTORES

PEDRO ANTONIO GOMES DE MELO

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4873-564X>

Graduado em Letras: Português e Inglês e suas respectivas literaturas pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió (CESMAC) e em Geografia pelo Centro Universitário Cidade Verde (UniCV). Mestrado em Letras, Área de Concentração: Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Doutorado em Letras, Área de Concentração: Estudos Linguísticos, pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). É membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Professor Titular, ambas funções ligadas aos cursos de Letras: Inglês e Português da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Atualmente, desenvolve suas atividades de pesquisa e ensino na Graduação da UNEAL - campus III e no Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Cultura - PRODIC/UNEAL - campus I.



KAROLLYNY DE ARAÚJO LIMA

ORCID: <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0003-3069-0754>

Graduada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira pela Faculdade Futura. Foi bolsista de Iniciação Científica pelo Programa Institucional de Bolsas

de Iniciação Científica (PIBIC/FAPEAL/UNEAL). Atualmente, é pesquisadora do Grupo de Pesquisa Cultura, Resistência, Etnia, Linguagem e Leitura (GP - CRELL/UNEB/CNPq) e professora de Língua Portuguesa.

RENATA DOS SANTOS TENÓRIO

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-9052-723X>

Graduada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Foi bolsista de Iniciação Científica pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/FAPEAL/UNEAL). Atualmente é pesquisadora e professora de Língua Portuguesa.



TAÍS CAROLINE LEITE DOS SANTOS

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-5525-5906>

Graduada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Foi bolsista de Iniciação Científica pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/FAPEAL/UNEAL). Atualmente é mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Cultura - ProDiC/UNEAL - Arapiraca/AL, linha de pesquisa Território, Cultura e Saberes Locais. É pesquisadora e professora de Língua Portuguesa.

MAX SILVA DA ROCHA

<https://orcid.org/0000-0002-6333-5532>

Graduado em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas pela Universidade Estadual de

Alagoas (UNEAL). Mestrado em Linguística, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Doutor em Linguística, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGEL) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). É membro do Núcleo de Pesquisas em Análise do Discurso (NEPAD/UFPI/CNPq). Atualmente é pesquisador e professor universitário.

CAMILA DE OLIVEIRA SOUZA

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-1176-3260>

Graduada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Foi bolsista de Iniciação Científica pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/FAPEAL/UNEAL). Atualmente é pesquisadora e professora de Língua Portuguesa.



MARIA MADALENA MOURA DO NASCIMENTO

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-5449-6711>

Graduada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas e especialista em Linguagem e Ensino, ambas formações pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Atualmente, é mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Cultura - ProDiC/UNEAL - Arapiraca/AL, linha de pesquisa Território, Cultura e Saberes Locais. É pesquisadora e professora de Língua Portuguesa.

VAGNER SOARES DA SILVA

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-7815-5392>

Graduado em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) e em Pedagogia pela Faculdade Única de Ipatinga (FUNIP). Especialização em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira pela Faculdade Única de Ipatinga (FCI). Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Autónoma de Asunción (UAA). Atualmente, é pesquisador e professor de Língua Portuguesa.



Os signos toponímicos são, portanto, receptores e refletores de memórias, tornando-se signos ideológicos por excelência e particularizam espaços em um dado território real e/ou simbólico, no sentido de representações da realidade, afinados, de forma direta ou indireta, com as dinâmicas territoriais e as intervenções humanas produzidas no decorrer de um dado momento histórico, suscetível às influências dos fatos que aconteceram nesse período. Portanto, as motivações de nomes de lugares se constituem em uma memória coletiva que se faz mister o seu registro, permitindo a (re)construção de uma toponímia que muitos desconhecem seu sentido primeiro.

Desejamos uma ótima leitura a todos!

Prof. Dr. Pedro Antonio Gomes de Melo

